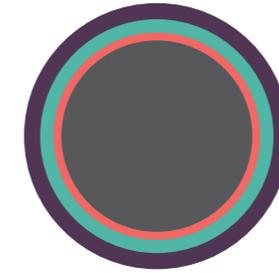


acolhimento
no ESPAÇO
construído

uma
LINGUAGEM
para abrigo institucional



acolhimento

no **espaço construído**
uma linguagem para abrigo institucional

Taís Herig

ORIENTAÇÃO

Evandro Ziggiatti Monteiro

TRABALHO
FINAL DE
GRADUAÇÃO
2016



Faculdade de
Engenharia Civil,
Arquitetura e
Urbanismo

A proposta deste Trabalho Final de Graduação é desenvolver uma LINGUAGEM DE PADRÕES como ferramenta para o processo de projeto arquitetônico de abrigos para crianças e adolescentes sob medida protetiva. A consolidação da linguagem se dará a partir do desenvolvimento do projeto para o ABRIGO MUNICIPAL DE CAMPINAS. E como motor deste trabalho estão as subjetividades associadas ao espaço construído, no sentido de responder às questões relacionadas à ruptura que permeiam a vida dessas crianças e adolescentes.

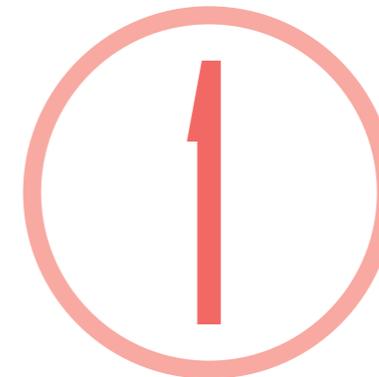
A escolha do projeto foi consequência de uma investigação feita a partir de temas que me tocam de alguma maneira. Em primeiro plano, sempre estive a habitação, cujo programa me cativa pela possibilidade da arquitetura contribuir fortemente com a qualidade de vida no que permeia o morar das pessoas. Na sequência, está um interesse muito presente de explorar o lúdico e trabalhar com crianças, compreendendo seu desenvolvimento e as questões presentes em seu mundo. Somado a isso, tive contato recentemente com o tema do abandono e a repercussão que essa experiência pode provocar no indivíduo adulto. Por fim, pensar no espaço com um olhar sensível, buscando maneiras de ele responder aos anseios internos dos que nele vivem é uma intenção da minha atuação como arquiteta. Diante dessas motivações e da busca por um projeto que responda a uma demanda social, surgiu a proposta da unidade de acolhimento para crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo.

ABRIGO

SIGLAS

CADÚNICO . Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal
CENTRO POP . Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CMDCA . Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMPCA . Centro Municipal Proteção à Criança e ao Adolescente
CNAS . Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA . Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS . Centro de Referência da Assistência Social
CREAS . Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAS . Distritos de Assistência Social
ECA . Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM . Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNDAÇÃO CASA . Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
GM . Guarda Municipal
LOAS . Lei Orgânica da Assistência Social
MDS . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP . Ministério Público
PAEFI . Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF . Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA . Plano Individual de Atendimento
PM . Policial Militar
PMAS . Plano Municipal de Assistência Social
PNAS . Plano Nacional de Assistência Social
PNCFC . Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PSEAC . Proteção Social Especial de Alta Complexidade
SAPECA . Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e Adolescente
SCAIS . Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social
SCFV . Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD . Sistema de Garantia dos Direitos
SINASE . Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMCAIS . Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social
SNAS . Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS . Sistema Único de Assistência Social
VIJ . Vara da Infância e da Juventude

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA



1 2 3

Subjetividade no espaço construído pg 11
Acolhimento no Brasil pg 17
Acolhimento em Campinas pg 32

PROJETO



1 2 3 4 5

Proposta pg 51
Mapeando o problema pg 53
Estudo de diretrizes pg 70
Aplicação: abrigo municipal pg 80
Linguagem de Padrões para abrigo pg 96

REFERÊNCIAS



1 2

Referências Projetuais pg 115
Referências Bibliográficas pg 121

INTRODUÇÃO E
JUSTIFICATIVA





Subjetividade no espaço construído

"A casa é nosso canto no mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo."

Bachelard, 1978 (1957)

Além dos cuidados que qualquer ser humano precisa durante seu desenvolvimento, crianças e adolescentes que vivem sob medida protetiva de abrigo demandam uma atenção especial. Viver uma ruptura de vínculos com a família, que é a primeira rede de socialização — a fonte primária dos valores morais — é um processo que pode desencadear uma série de consequências importantes para o desenvolvimento.

É nesse contexto que atuam as unidades de acolhimento. Elas funcionam como solução alternativa de proteção para crianças e adolescentes, que, por algum motivo, não puderam gozar dos cuidados familiares. Essa medida não é vista como solução capaz de substituir a família, ela é excepcional e provisória.

Nesse cenário, acolher é mais do que abrigar e dar um refúgio seguro: é cuidar. Sem cuidado, a vida não sobrevive (VALENTE, 2013).

Como discutiremos a seguir, um importante elemento desse "cuidar" é o espaço construído, por ser o palco do acolhimento. Sua importância reside em suas possibilidades de afetar os que nele vivem, aperfeiçoando as sensações e percepções, definindo as funções sociais e as relações (TUAN, 2013). A partir do momento que a arquitetura comunica, facilita ou dificulta determinados comportamentos, o projeto arquitetônico passa a ser um instrumento valioso para auxiliar no processo do cuidado. Esse projeto deve ser pensado em suas diferentes escalas: desde o espaço individual da criança ou do adolescente, até o espaço coletivo, "possibilitando a construção da autonomia para a vivência comunitária" (VALENTE, 2013). Com esse olhar, alguns conceitos abordados a seguir serão importantes para fundamentar o projeto.

Privacidade

O cuidado no abrigo pressupõe um conjunto de atuações, alinhadas com o objetivo de prover o que não pode ser adquirido através da família. Desenvolver a autonomia passa a ser fundamental, diante da falta de perspectiva de retorno à família de origem ou encaminhamento para família substituta. A autonomia, especialmente para esses jovens que não têm apoio familiar, é uma ferramenta essencial para a construção de uma vida adulta independente.

A partir desse olhar, a privacidade destaca-se como fundamento comportamental essencial no processo de desenvolvimento da autonomia. Entendendo a privacidade como o controle dos processos interpessoais, não ter controle leva o indivíduo a se sentir privado de autonomia, de independência (GIFFORD, 1997). Autonomia é poder escolher entre ficar sozinho ou na companhia de outras pessoas. Para aqueles que vivem sob medida protetiva de abrigo, esse poder de escolha foi inevitavelmente cerceado, uma vez que não está sob seu controle a decisão de viver longe da família.

Além da relação direta com a autonomia, a privacidade tem outros desdobramentos. A possibilidade de estar sozinho e em contato com a intimidade auxilia no processo de compreensão de quem somos, de quem queremos ser, construindo assim a identidade do indivíduo. Quando se está em contato com si mesmo, a sós, fica-se livre também para "liberar" as emoções.

A privacidade também está diretamente relacionada à comunicação, quando deseja-se protegê-la, não compartilhá-la com qualquer um. Ter clareza da influência da privacidade na comunicação é extremamente relevante no contexto do abrigo. Há diversas situações em que esse tema se faz presente, como por exemplo: no contato da família de origem com o acolhido durante as visitas, pensando que o espaço pode favorecer a comunicação ou não estimulá-la de acordo com configurações que favoreçam ou não a privacidade; e durante as reuniões da equipe técnica, quando assuntos particulares são abordados e não podem ser compartilhados com as crianças e adolescentes.

A demanda por privacidade varia de acordo com o desenvolvimento. Crianças precisam de espaço para a intimidade física, mas demandam poucos momentos de solidão, de anonimato, necessidades essas que vão surgindo com o crescimento. Para os adolescentes, a privacidade é uma questão mais presente na vida, desejada em diferentes situações e importante para o desenvolvimento da identidade e dos vínculos interpessoais através da comunicação.



íntima

próximo: 0-15cm
distante: 15-45cm



peçoal

próximo: 45-75cm
distante: 75-120cm



social

próximo: 120-200cm
distante: 200-350cm



pública

próximo: 350-700cm
distante: acima de 700cm

.1
Zonas de distância interpessoal
Elaboração própria. FONTE: GIFFORD (1997).

Espaço pessoal

O espaço pessoal é um conceito que pode funcionar como mecanismo para regulação da privacidade. Segundo Gifford, ele é o componente geográfico das relações pessoais, ou seja, a distância e orientação entre indivíduos enquanto eles interagem. Inicialmente, espaço pessoal foi um conceito definido por Robert Sommer como a área com limites invisíveis ao redor de uma pessoa onde intrusos não devem entrar, atuando como uma "bolha protetora" para o indivíduo.

O espaço pessoal varia de acordo com as circunstâncias, comunicando o tipo de relação entre os envolvidos na interação. Hall propôs zonas de distância interpessoal, como mostra a Figura .1. Essas zonas são gradações do tipo de relação envolvida, bem como das informações sensoriais compartilhadas em uma interação.

O espectro de possibilidades começa na distância íntima proximal, que é nula, passa pelas distâncias pessoal e social, até chegar na última, a pública.

Compreender a dinâmica das distâncias entre as pessoas e sua repercussão nos sentidos é fundamental para pensar espaços alinhados com as necessidades do público e que não violem o controle individual sobre o espaço pessoal de cada um.

Topofilia

O termo topofilia é utilizado para se referir ao elo afetivo entre as pessoas e o ambiente físico, denotando familiaridade, apego ao lugar (TUAN, 1980 [1974]). As pessoas têm sentimentos e ideias relacionadas com o espaço e o lugar, e se comportam diferente ao longo do desenvolvimento. Se definido genericamente como centro de valor, o lugar, para um bebê, é a mãe. E o apego a localidades surge depois que pessoas e objetos já foram seu lugar — centro de valor — expandindo o horizonte geográfico.

O mundo da criança é diferente do mundo do adolescente e do adulto. A diferença de escala é um dos fatores que acentua essa variação de olhares. Nota-se que crianças pequenas gostam de se esconder embaixo da mesa, dentro do armário, brincar de cabana, em casas na árvore. Supõe-se, portanto, que exista a necessidade de estar em ambientes de acordo com o seu tamanho (TUAN, 2013).

Segundo Tuan, os seres humanos sentem a necessidade de ter os seus próprios pertences e um lugar seu. Nas crianças, por exemplo, é comum brigarem quando uma pega o brinquedo da outra. Elas sentem necessidade de mostrar de quem é o brinquedo, independente de quererem brincar

no momento. O autor aponta também outra característica das crianças: ter a imaginação presa à atividade e o olhar no presente e no futuro. Pausas reflexivas e lugares com profundos significados não condizem com a vitalidade e o universo que as crianças têm a explorar.

Pensar o espaço a partir do mundo da criança pode aguçar sua sensibilidade e reforçar que ela viva o que sua imaginação vai construindo ao longo do desenvolvimento.

O canto como lugar

As diferentes configurações do espaço construído trazem inúmeras possibilidades de relacionamento com o lugar. Bachelard (1978[1957]) traz uma reflexão preciosa sobre os lugares que funcionam como cantos, que adotamos para acessar nossa intimidade:

"todo canto de uma casa, todo ângulo de um aposento, todo espaço reduzido onde gostamos de nos esconder, de confabular conosco mesmos é para a imaginação, uma solidão, ou seja, o germe de um aposento, o germe de uma casa."

O autor alimenta a ideia do canto pelas possibilidades que ele cria de se acessar o ser e dialogar com o eu isolado do mundo. A casa pode ser o canto do ser no mundo, como lugar de refúgio, de privacidade, intimidade, assim como o canto pode ser a casa do ser. A casa está para o mundo como o canto está para a casa.

O canto coloca quem ele habita, fora da situação vivida, permite que se distancie do mundo para refletir. Permite que se encontre a paz para conexão com o eu, que não pode ser achada na atividade, na velocidade. O canto traz a sensação de proteção, de preenchimento. Ele remete ao significado de lugar enquanto pausa no movimento (TUAN, 2013), para aqueles que se preenchem do vazio que ele tem a oferecer. Para Bachelard (1978[1957]):

"Não há como dizer melhor que o canto é a casa do ser."

A casa, a natureza e a imaginação

"Cômodos rigidamente definidos por sua funcionalidade lembram-nos instituições, cárceres e hospitais. Ora, esses lugares são definidos a partir de uma funcionalidade e regidos por uma lei que busca banir o imprevisto e o acidente a fim de manter a ordem. Não seria a casa o avesso disso?"



O território do brincar é um projeto de intercâmbio de saberes sobre a cultura infantil. Gandhi Piosrki é um pesquisador das práticas da criança, que gravou uma videoconferência para o projeto.

FONTE: <http://territoriodobrincar.com.br>.

Essa provocação (MARCOS, 2004) se faz bastante pertinente para este trabalho, num contexto onde o espaço físico das unidades de acolhimento busca se desvencilhar do seu passado aos moldes institucionais, como será discutido no próximo capítulo.

A brinquedoteca, por exemplo, seria um ambiente revelador de um caráter institucional em detrimento da casa. Espaços para brincar podem acontecer de maneiras diferentes, explorando a imaginação, que é a ferramenta primordial pra se dialogar com a alma da criança, como aponta **Gandhy Piosrki**.

Um processo interessante para o desenvolvimento do espaço físico de uma unidade de acolhimento é explorar soluções que não estabelecem previamente uma função, no seu sentido restritivo, mas abrem a possibilidade para a criação do brincar. E nesse sentido, de estimular a imaginação, a natureza tem papel fundamental, tendo a capacidade de acordar símbolos e força criadora na criança, como também aponta o pesquisador.

Localização da unidade de acolhimento

Para além da escala do espaço construído, é importante discutir as implicações da localização das unidades de acolhimento no espaço geográfico.

Pode-se considerar o conjunto de lugares e itinerários do homem, descritos por Marandola Jr. (2006) como espaço de vida. Esses espaços estão relacionados às histórias de vida de cada um. A partir dessa noção, é possível objetivar os movimentos diários das populações na escala do indivíduo. De maneira geral, os espaços de vida vão sendo alterados ao longo da vida, apresentando certos padrões de acordo com as faixas etárias.

Na infância, por exemplo, esses espaço está no início de sua construção, sendo limitado e restrito basicamente aos laços familiares, que se expressam na casa, na escola, na casa de amigos e parentes.

Na juventude, esse espaço se amplia como resultado da independência adquirida com relação aos pais, à constituição de novas amizades, de lugares frequentados. As relações familiares permanecem e o território se expande, ampliando o conjunto de lugares que estão de alguma maneira sob seu domínio.

Crianças e adolescentes que são retirados do seu lugar de origem têm seu espaço de vida diretamente afetado. Dada a ampliação desse espaço ao longo da juventude, entende-se: que quanto mais avançada for a

idade de acolhimento, maior seria a ruptura no espaço de vida do ser. Assim, independente da ruptura inevitável num processo como a medida protetiva de abrigo, acredita-se, também, que a localização da unidade de acolhimento pode potencializar o impacto no espaço de vida, quando localizada em outra região geográfica que não a de origem, ou amenizar, caso esteja inserida na própria comunidade.

...

A subjetividade é inerente ao processo de percepção do mundo. Okamoto (2002) afirma que é por meio do elemento subjetivo que se percebe a realidade, devendo ser também considerado no momento da criação.

Os conceitos e reflexões discutidos neste capítulo revelam maneiras subjetivas de compreender o espaço construído e irão nortear o processo de projeto do abrigo, para que as estratégias projetuais sejam direcionadas à questão central desta proposta: o acolhimento.

1.2 Acolhimento no Brasil

“É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.”

ECA, 1990

O Brasil passa por uma série de mudanças nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. A grande ruptura se deu com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, quando o olhar do serviço se voltou de fato para as crianças e adolescentes, em detrimento das instituições. Passados 26 anos desde a criação do ECA, muitos estudos foram realizados para a melhoria do sistema de proteção¹ e a prática tem acompanhado as alternativas apontadas e servido de subsídio para o contínuo aprimoramento dos serviços de acolhimento.

No que diz respeito ao abrigamento, a assistência social prestada atualmente no Brasil é incomparável ao que era praticado no passado. É louvável o esforço que diversos agentes da rede socioassistencial têm dispendido no sentido de garantir a qualidade do serviço e zelar pelos direitos dessas crianças e adolescentes que tiveram os vínculos familiares rompidos.

A cultura da institucionalização

Somente a partir do ECA, a importância do vínculo familiar e comunitário para o desenvolvimento do indivíduo, principalmente nos anos iniciais de sua vida, apareceu traduzida em política pública. Até então, predominava no país a cultura da institucionalização, que se deu de diversas maneiras ao longo da história, em formatos que, hoje, são rejeitados, como orfanato, reformatório, internato, asilo, dispensário.

Foram inúmeras as situações que conduziram crianças e adolescentes às instituições (RIZZINI, 2004). Durante o Brasil colônia, por exemplo, foi implantada a “Roda dos expostos” (Figura .2), modelo europeu através da qual as Santas Casas de Misericórdia recebiam bebês deixados anonimamente, por serem ilegítimos, não terem condição de criá-los, ou por qualquer outro motivo. No processo de colonização, crianças

1. O sistema de proteção se refere ao conjunto de medidas aplicáveis em casos de ameaça ou violação de direitos. Os serviços de acolhimento são uma dessas medidas.



.2
“Roda dos expostos” situada em uma pequena casa portuguesa, na rua da Muralha, vila Almeida - Portugal.

FONTE: Aldeias históricas de Portugal.

índias foram tiradas de suas tribos e criadas em colégios jesuítas. No Brasil império, as Companhias de Aprendizes Marinheiros, escolas do tipo internato, recebiam meninos apanhados nas ruas pela polícia. No começo do século XIX, meninas indígenas foram levadas de suas tribos pelo bispo D. Manoel de Almeida Carvalho para serem educadas em Casa de Caridade. Com a Lei do Ventre Livre, de 1871, filhos de escravas eram encaminhados para orfanatos depois dos 7 anos de idade, ou ficavam trabalhando até os 21 anos junto da mãe até receber a alforria. Abandonadas nas ruas ficaram também crianças filhas de colonizadores com índias e escravas (GULASSA, 2010).

A cultura da institucionalização era aplicada por diferentes motivos e não havia distinção entre orfandade, pobreza, e "delinquência", para usar o termo pejorativo da época. No Código do Menor de 1927, qualquer um que se enquadrasse em algum desses estados estaria em situação irregular, e seria, portanto, objeto do Direito. E a melhor solução para privar a sociedade de entrar em contato com os irregulares era confinando-os em internatos, orfanatos, mantendo a segurança externa e a disciplina interna.

Quando a criança e o adolescente passam a ser considerados sujeitos de direitos, no ECA, o modelo das instituições se torna por princípio, uma violação a eles, independente do motivo utilizado para institucionalizar.

Nesse momento também se define medidas que podem ser aplicadas a crianças, consideradas até os doze anos incompletos, e a adolescentes, dos doze aos dezoito anos. Todos têm direito à proteção integral, e apenas adolescentes podem ser encaminhados para medidas socioeducativas, caso cometam ato infracional. O novo entendimento sobre medida protetiva e de privação de liberdade culminou na extinção das Fundações de bem estar do menor (FEBEM), antigas entidades estaduais, que passaram a se



FONTE: André Dahmer - Série Vida e Obra de Terêncio Horta

chamar Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), em 2006.

O cenário do país antes de começar a vigorar de fato o ECA é este: fundações de bem estar do menor com grande número de internações, atuando sob regime que mistura repressão e assistencialismo, abrigando crianças e adolescentes pelos mais diversos motivos, desde pobreza, abandono, orfandade até abuso sexual, ou condenado por ato infracional (FEBEM, 1990).

Assistencialismo e a atuação do estado

A atuação do Estado na política da assistência social é recente no país. Historicamente a assistência foi assumida por diferentes instituições, principalmente por entidades de caráter religioso e filantrópico. Foi apenas em 1927, com o Código de Menores Mello Mattos², que a intervenção do Estado passa a ser prevista em lei. Foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1942, com enfoque correccional e repressivo para menores infratores e abandonados, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). No início no regime militar, em 1964, finalmente o SAM foi extinto, e foi então criada a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM), com proposta claramente assistencialista, a ser executada pela FUNABEM nacionalmente e pelas unidades da FEBEM nos estados. Em 1979 foi aprovado um novo Código de Menores³ trazendo ainda medidas semelhantes para menores infratores, carentes ou abandonados. Finalmente em 1988, a nova Constituição Federal estabelece um marco na garantia dos direitos básicos, prevendo proteção integral a crianças e adolescentes. Logo em seguida, em 1990, aprova-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprofundando a proteção integral. A Funabem foi extinta, e a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA) foi criada. Mas no processo de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1995, a FCBIA e a LBA foram extintas. Atualmente as atribuições referentes ao sistema socioassistencial do país são de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, integrante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Com a entrada do Estado assumindo a responsabilidade pela assistência social, as entidades não governamentais que prestavam esse serviço continuaram a fazê-lo, mas com a condição de se adequarem às novas políticas. Com o ECA, a execução das políticas públicas para a proteção integral das crianças e adolescentes é assumida pelos municípios, que a atuam a partir de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais em todas as esferas do poder: federal, estadual e municipal.

2. Decreto 17.943-A de 12/10/1927. O termo "situação irregular" é utilizado para se referir aos menores de 18 anos, pobres, abandonados ou delinquentes.

3. Lei 6.697/79.

.3 (próxima página)
Principais marcos regulatórios para o Direito da Criança e do Adolescente, para a Assistência Social e os Serviços de Acolhimento.
Elaboração própria.

ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado como lei em 1990, e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, que passaram a ser sujeitos de direito. Além de elencar os direitos, o estatuto define como deve se dar a prevenção à ocorrência de ameaça ou violação de direitos; como deve ser a política de atendimento; quais são as medidas de proteção; dispõe sobre os atos infracionais; e sobre os atores do sistema de garantia de direitos.

A instituição do ECA se dá num cenário favorável, quando a Constituição Federal acabava de ser aprovada em 1988 e incluía os direitos das crianças e adolescentes; e quando em 1989 foi aprovada na ONU, a Convenção sobre os direitos da criança, ratificada pelo Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Câmara dos Deputados



1990

A lei orgânica foi aprovada em 1993 para dispor sobre a organização da Assistência Social num contexto pós aprovação do ECA, quando o sistema socioassistencial do país mudou completamente de paradigma. Institui a Assistência Social definitivamente como direito, responsabilizando o poder público a responder às necessidades dos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Regulamenta as indicações da Constituição Federal de 1988, estabelecendo: os objetivos da Assistência Social, os princípios, diretrizes, sua organização e gestão, seus benefícios, serviços, programas, projetos, financiamento.

Lei orgânica da Assistência Social - LOAS, Câmara dos Deputados

LOAS

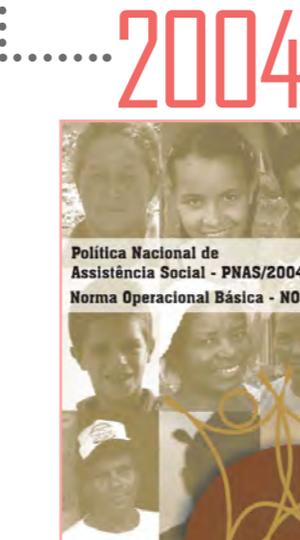
PNCF

Este plano coloca o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária no centro da discussão, dando prioridade a essa temática no sentido de orientar e direcionar a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem seus direitos.

Por romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, fortalecendo o paradigma da proteção integral e a preservação dos vínculos familiares e comunitários, este plano é visto como um marco nas políticas públicas no Brasil.

Como fundamentos primordiais deste plano estão: prevenir o rompimento dos vínculos familiares, qualificar os serviços de acolhimento e investir no retorno ao convívio com a família de origem.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCF, CNAS/CONANDA



2004

2005

A Política Nacional de Assistência Social é desenhada na perspectiva de implementar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), proposto no LOAS e materializar as diretrizes da lei. A Política busca incorporar as demandas da sociedade e esclarecer suas diretrizes no sentido de efetivar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Política Nacional de Assistência Social - PNAS, CNAS

PNAS

Orientações Técnicas

Este documento de orientações técnicas, aprovado em resolução conjunta entre o CNAS e o CONANDA, e elaborado por um conjunto de conselhos, gestores, ONGs, entre outros, visa reordenar e regulamentar em âmbito nacional a organização e oferta de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo.

As orientações técnicas foram elaboradas a partir do PNCF/2006 e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (ONU, 2009). A proposta é que norteiem a organização dos serviços prestados localmente, a partir de orientações metodológicas e diretrizes que contribuam para que o atendimento seja transitório, porém reparador. Arranjos distintos de acordo com a realidade e cultura local são permitidos se resultarem em maior qualidade no atendimento oferecido.

Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, CNAS/CONANDA



2006

A Norma de Operação Básica estabelece parâmetros para a operacionalização do SUAS no território nacional: o caráter do SUAS; funções da Política Pública de Assistência Social; níveis de gestão do SUAS; instâncias que compõem o processo de gestão do SUAS; financiamento.

Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS, CNAS

NOB SUAS



2009

Esta resolução elaborada pelo Conselho de Assistência Social organiza nacionalmente os serviços socioassistenciais em níveis de complexidade do SUAS, padronizando a proteção básica e especial. São estabelecidos os conteúdos essenciais, o público alvo, o objetivo, o horário de funcionamento, os resultados esperados de cada serviço, bem como a articulação em rede e o impacto esperado.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, CNAS

Tipificação

PNPI

O Plano Nacional pela Primeira Infância tem como objetivo propor ações amplas e articuladas de promoção e realização dos direitos da criança de até seis anos de idade. Ele estabelece diretrizes gerais, objetivos e metas para o país realizar em cada um dos direitos da criança, previstos na Constituição Federal, no ECA e nas leis dos diferentes setores. Dialoga com os planos nacionais, como o PNAS, e deve ser visto como a expressão da vontade brasileira de cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, no que diz respeito aos direitos das crianças.

Plano Nacional pela Primeira Infância, Rede Nacional Primeira Infância



2010

Crianças e adolescentes e seus direitos

A proteção integral da criança e do adolescente é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, e pressupõe efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Com o objetivo de promover, defender e controlar essa efetivação nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, as instâncias públicas governamentais e a sociedade civil se articularam e se integraram no Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) da Criança e do Adolescente⁴. Em linhas gerais, o papel de cada um dos agentes que compõem o SGD da Criança e do Adolescente é (BRASIL/CONANDA/CNAS, 2006):

4. Resolução 113, de 19 de abril de 2006, do CONANDA.



PODER EXECUTIVO: execução das políticas públicas

PODER LEGISLATIVO: revisão das leis, monitoramento do orçamento público

JUDICIÁRIO: aplicação das medidas legais de proteção

MINISTÉRIO PÚBLICO: aplicação das medidas legais de proteção, fiscalização

DEFENSORIA PÚBLICA: assistência judiciária

CONSELHOS TUTELARES: articulação com todo o SGD, zelando pelo cumprimento dos direitos

CONSELHOS DE DIREITOS E SETORIAIS: discussão, elaboração de políticas públicas, controle das ações do Poder Executivo

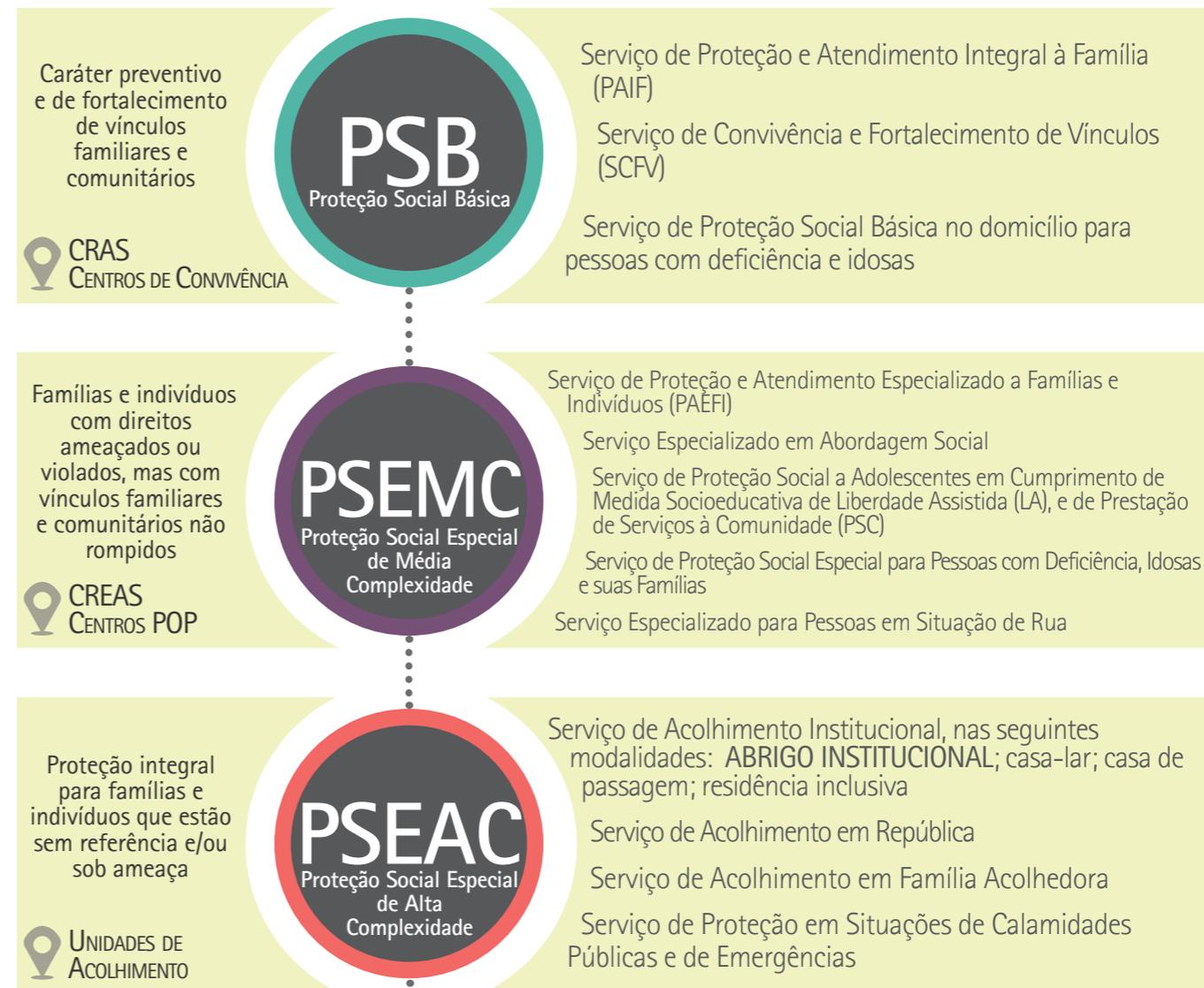
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: complementação ao atendimento

SOCIEDADE EM GERAL: participação nos Conselhos

Sistema Único da Assistência Social – SUAS

A Assistência Social tem por princípio o atendimento às necessidades sociais básicas, a dignidade e autonomia dos cidadãos, o direito a benefícios e a serviços de qualidade. Enquanto política de Estado, tem como função: a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais (BRASIL/CNAS, 2004).

A proteção social se dá através de um conjunto de ações no sentido de reduzir e prevenir o impacto das situações de vulnerabilidade. Por



⁴ Serviços socioassistenciais divididos nos níveis de complexidade do SUAS, de acordo com a tipificação, e locais de oferecimento. Elaboração própria. FONTE: BRASIL/CNAS (2009).

vigilância entende-se o desenvolvimento da capacidade e de meios para identificar as formas de vulnerabilidade da população e do território. E a defesa social está atrelada ao tripé de seguridade social, junto à saúde e à previdência, apontando para a articulação com outras políticas na garantia de direitos e condições dignas de vida.

O Sistema Único da Assistência Social – SUAS, organiza os serviços socioassistenciais no Brasil. Eles podem ser divididos de acordo com o tipo de proteção que oferecem, básica ou especial, e ainda, divididos de acordo com sua complexidade, como mostra a .4.

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

Art. 1º LOAS, 1993

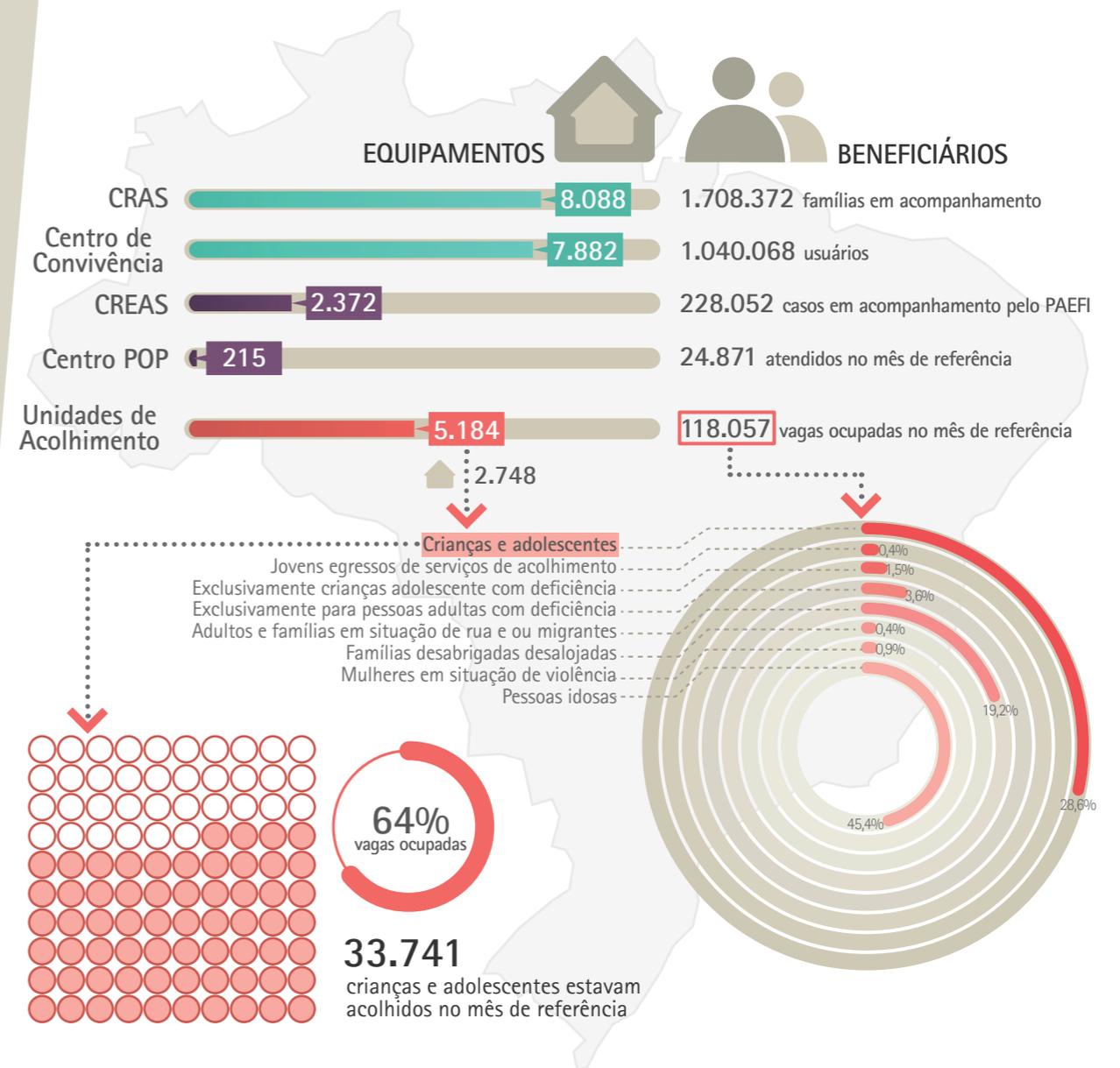
A Proteção Social Básica (PSB) oferece serviços de caráter preventivo e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, para que a família consiga exercer a função de proteção de seus membros. É prestada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e também por outras unidades, como os Centros de Convivência.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) atende indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, mas que ainda não tiveram seus vínculos rompidos. Os serviços são oferecidos principalmente pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP).

A Alta Complexidade trabalha com a proteção integral, acolhendo famílias e indivíduos que estão sem referência familiar e/ou estão em situação de ameaça, sendo responsável portanto, pelos serviços de acolhimento.

A quantidade de beneficiários dos serviços de Proteção Social é maior na PSB e decresce nas demandas Especiais. Devido ao tipo de atendimento, apesar da PSEAC atender menos pessoas, tem mais equipamentos que a PSEMC. Os dados divulgados pelo Censo SUAS de 2014 (Figura .5) ilustram essa relação. Dentre as unidades de acolhimento estão aquelas destinadas a crianças e adolescentes, que somam um total de 2.748 no país, acolhendo em torno de 33.741 pessoas (número de vagas ocupadas nas unidades de acolhimento no mês de referência do levantamento).

.5
Equipamentos respondentes do censo SUAS 2014, beneficiários dos serviços, unidades de acolhimento de acordo com o público atendido, com destaque para as unidades e vagas ocupadas por crianças e adolescentes. Mês de referência: agosto de 2014.
Elaboração própria. FONTE: BRASIL/Censo SUAS (2014).



PSEAC para crianças e adolescentes

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC) possui uma gama de serviços para crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo (ver quadro a seguir), com o intuito de dialogar com a diversidade de perfis que chegam aos serviços. A escolha do tipo de acolhimento para cada criança/adolescente é feita a partir do perfil, da situação familiar, do processo de desenvolvimento, do histórico de vida etc. A proposta é localizar na rede de serviços a melhor opção para o cada caso, tendo em vista a reintegração familiar ou a colocação em família substituta.





A Casa de passagem foi criada para oferecer um serviço de curtíssima duração, funcionando como porta de entrada aos serviços de acolhimento e atendendo casos urgentes ou excepcionais. Este modelo acolhe crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com o intuito de realizar um diagnóstico eficiente para cada caso, buscando sempre que possível a reintegração com a família de origem ou, quando não for possível, encaminhando para o serviço de acolhimento mais adequado.



Modalidade de acolhimento que será desenvolvida neste projeto!

Com capacidade para 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, o abrigo institucional ainda é a modalidade de acolhimento mais utilizada. Os educadores/cuidadores trabalham em uma proporção de 1 para cada 20 crianças/adolescentes e em turnos fixos, para manter uma rotina diária. A proposta é que o abrigo se assemelhe ao máximo com uma residência, para tanto, a edificação deve dialogar com as residências do entorno e não deve ter identificação. Deve estar inserido na comunidade local e utilizar os equipamentos e serviços disponíveis na região.



Com estrutura semelhante a de uma residência privada, este modelo de acolhimento é destinado principalmente a grupos de irmãos e a crianças e adolescentes que devem permanecer no serviço por um período mais prolongado, por estarem destituídos do poder familiar ou em processo de destituição. Podem morar em cada residência até 10 pessoas, de 0 a 18 anos, sob os cuidados de um educador/cuidador residente, cujo papel é ser um centro afetivo e proporcionar um vínculo mais estável. A autonomia é trabalhada com bastante ênfase para prepará-los para a vida adulta, quando deverão deixar o serviço.



A república é um serviço de acolhimento destinado a jovens em processo de desligamento dos serviços de acolhimento por terem atingido a maioridade e ainda não apresentarem autonomia para assumir a vida adulta independentemente. Acolhe jovens de 18 a 21 anos, em unidades separadas por gênero e com no máximo 6 jovens em cada. A escolha dos integrantes é feita por uma equipe técnica capacitada, levando em consideração o perfil, a autonomia e a afinidade entre os moradores.

Apesar da modalidade República não estar na categoria de acolhimento institucional na Tipificação Nacional/2009, entende-se neste trabalho que ela pode ser considerada um modelo institucional, como proposto no PNCFC/2006, uma vez que funciona como acolhimento de saída do modelo institucional e se aproxima mais desse acolhimento do que do familiar.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O acolhimento institucional é realizado por entidades, públicas ou privadas, e atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo. É uma medida provisória e excepcional, não implicando em privação de liberdade.

ACOLHIMENTO FAMILIAR

O acolhimento familiar é organizado por serviços de acolhimento em famílias acolhedoras e mediado por profissionais a partir de um plano de intervenção definido. O serviço é oferecido em famílias, acompanhadas para receber crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo. É uma medida provisória e excepcional. Esse modelo passou a ser previsto na legislação nacional em 2009, com a lei da adoção (12.010/09), que alterou o artigo 34 do ECA, dando inclusive preferência para o acolhimento familiar, em detrimento do institucional.



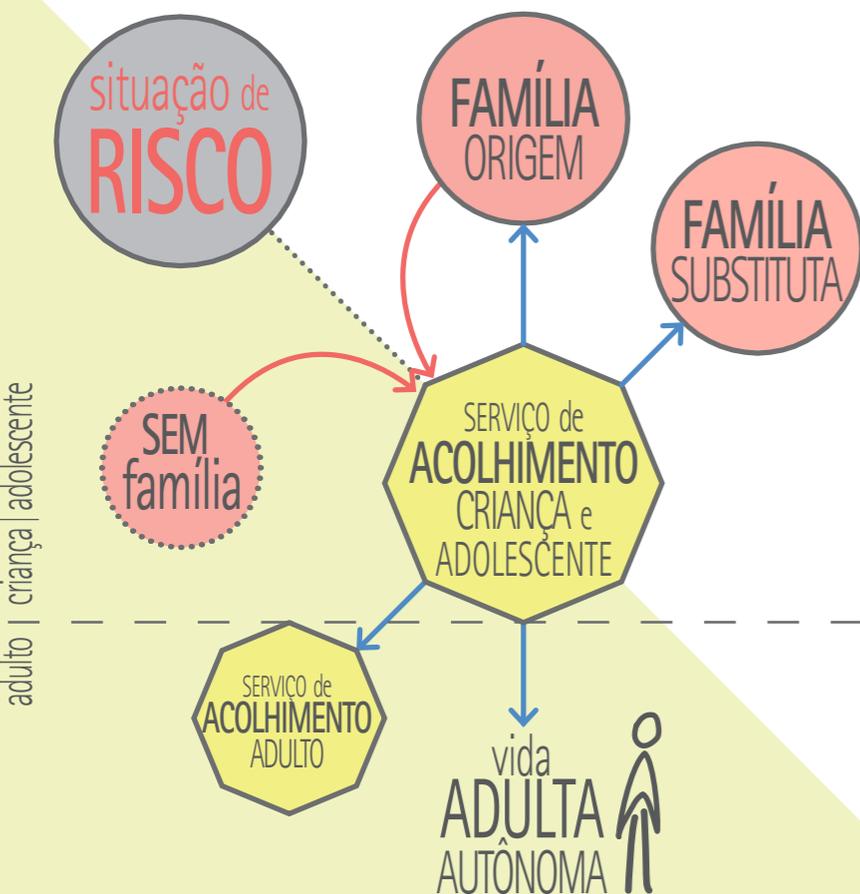
A família acolhedora recebe até uma criança/adolescente por vez, sob sua guarda, de forma temporária, aguardando a reintegração familiar ou encaminhamento para família substituta, em uma relação de parceria e colaboração, sem substituição. A família passa por um processo de cadastramento, seleção e capacitação para poder exercer essa atividade, que é acompanhada durante todo o tempo de acolhimento, e é preparada para acolhimentos sequenciais. Este modelo é particularmente adequado para crianças/adolescentes com possibilidade de retorno à família de origem e para crianças pequenas. O acolhido mantém vínculo com as duas famílias (acolhedora e de origem) durante todo o processo.

Serviço de acolhimento – uma medida protetiva

De acordo com o **artigo 98 do ECA**, quando uma criança ou adolescente tiver algum de seus direitos ameaçados ou violados, podem ser aplicadas medidas de proteção. Dentre as medidas de proteção previstas pelo estatuto está o acolhimento institucional e o familiar.

O acolhimento é uma medida excepcional e provisória, que não implica em privação de liberdade, e que é aplicável como transição para a reintegração familiar ou colocação em família substituta, caso o retorno para a família de origem⁵ não seja possível. O caráter temporário da medida reside no direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, previsto no ECA.

O acolhimento somente deve ser utilizado como medida protetiva quando todas as possibilidades tiverem sido esgotadas, havendo uma situação de risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou do adolescente.



Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:
I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III – em razão de sua conduta.

5. Família de origem se refere tanto à família nuclear – pais e seus filhos, quanto à família extensa – ascendentes e descendentes para além dos progenitores e seus filhos.

LEGENDA
 ● Serviço de acolhimento
 ● Família ou sua ausência
 → Entrada no Serviço de Acolhimento para Criança e Adolescente
 → Saída do Serviço de Acolhimento para Criança e Adolescente
 - - Linha divisória da faixa etária
 ▲ Ausência de família

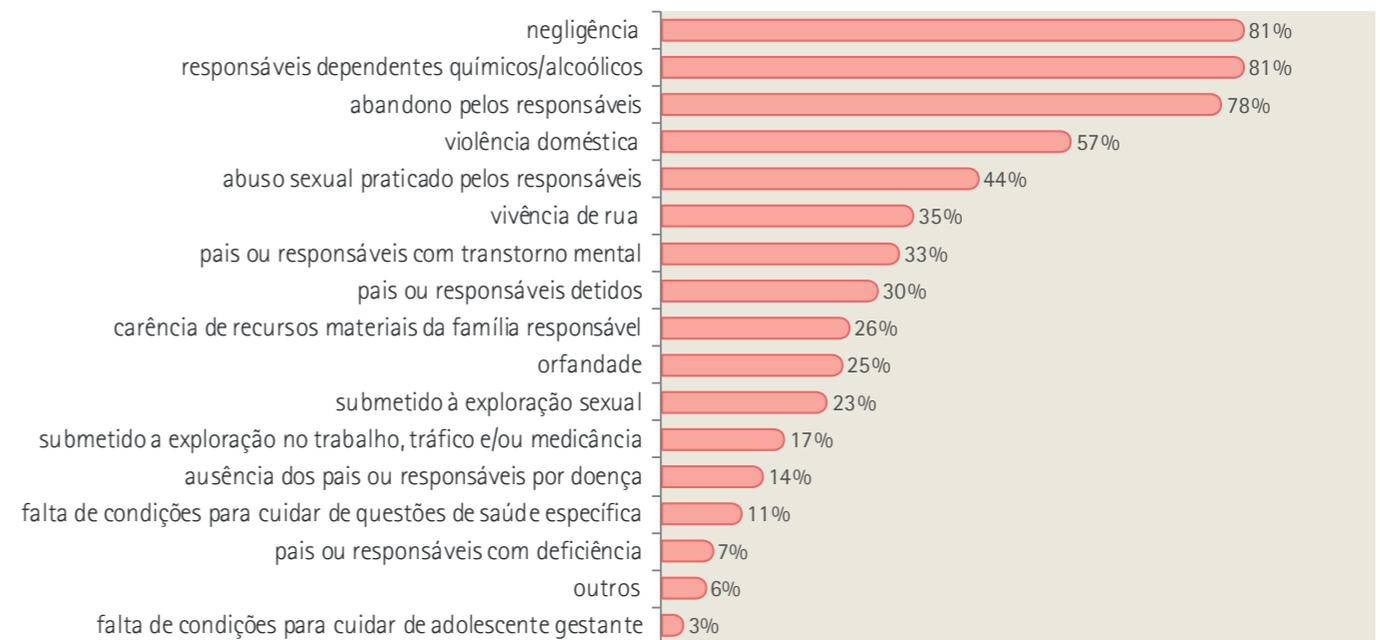
.6
 O serviço de acolhimento como medida de proteção e sua lógica de funcionamento
 Elaboração própria.

O porquê de estarem nos serviços de acolhimento

As situações de risco, que justificam o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, são criadas por inúmeros motivos, com destaque para alguns que aparecem com grande frequência (BRASIL, 2013): negligência, responsáveis dependentes químicos/alcoólicos, abandono, violência doméstica, abuso sexual praticado pelos responsáveis (.7).

É interessante observar que, exceto pelo item pobreza, os principais motivos apontados no levantamento de 2004⁶ (BRASIL/IPEA/CONANDA, 2004), coincidem com os que apresentam maior frequência em 2013⁷: responsáveis dependentes químicos/alcoólicos, abandono, violência doméstica.

6. O motivo "negligência" não estava incluído na pergunta do levantamento de 2004.
 7. A pergunta que deu origem aos dados de 2004 foi o principal motivo de abrigamento. Em 2013, a pergunta se referiu aos principais motivos, portanto, mais de um item podia ser indicado.



.7
 Motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos no Brasil, em 2013.
 FONTE: BRASIL (2013)

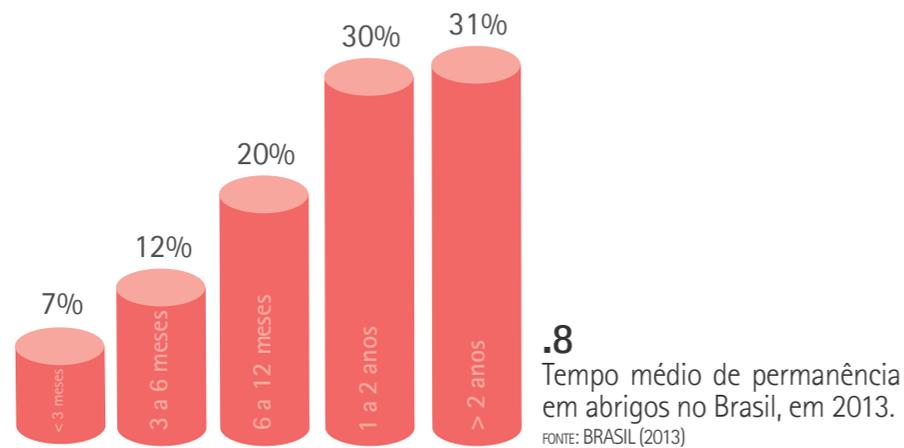
De acordo com as diretrizes do ECA (Art.23), entende-se que a falta ou carência de recursos materiais – pobreza – não é por si só motivo para abrigamento. Em 2004, a pobreza era o principal motivo para a entrada no serviço de acolhimento, revelando a herança histórica dos antigos padrões de institucionalização ainda remanescentes. Dada a importância de romper com esse padrão, destaca-se em 2010, no Plano Nacional pela Primeira Infância, a seguinte meta: "Garantir, até 2015, o restabelecimento do vínculo familiar e comunitário de 100% das crianças abrigadas por situação de pobreza" (BRASIL, 2010). Em 2013, percebe-se a pobreza associada a outros fatores, o que justificaria a medida protetiva, porém, não é possível identificar, a partir desse levantamento (BRASIL, 2013), a existência de casos de acolhimento tendo a pobreza como único motivo.

A provisoriedade da medida

O caráter provisório do acolhimento deve se refletir no tempo de permanência no serviço: o MENOR POSSÍVEL. Como diretriz, adota-se um limite para permanência no serviço de acolhimento de dois anos. Os casos que ultrapassarem esse período devem ter caráter extremamente excepcional, fundamentado em avaliação criteriosa (BRASIL/CONANDA/CNAS, 2009).

Quando as possibilidades de solução forem remotas, no sentido de garantir o direito à convivência familiar e comunitária através da reintegração familiar ou do encaminhamento para família substituta, deve-se ater atenção especial. Fortalecer a autonomia e as redes sociais de apoio, especialmente nesses casos, é fundamental para prepará-los para a idade adulta, quando deverão ser desligados do serviço. Dados de 2013 apontam que esses casos, nos quais o tempo de permanência é superior a 2 anos, representam 31% dos acolhidos na modalidade abrigo (.8).

Esse dado mostra que a provisoriedade da medida protetiva de abrigo não se efetiva para pelo menos 31% dos casos. Além do trabalho constante para reverter essa situação e tornar a medida cada vez mais provisória, cabe pensar quais são os espaços físicos que estão funcionando como abrigo para essas crianças e adolescentes por períodos importantes de sua formação.



Os espaços físicos das unidades de acolhimento

A partir do entendimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito e do acolhimento como medida protetiva, com o ECA, em detrimento de uma medida de prevenção e correção nas antigas instituições, há a necessidade de reordenar os serviços e repensar os espaços físicos dos abrigos.



2004



2011



2013



FONTE: OLIVEIRA (2007)

8. Até os 6 anos de idade.

.9 Principais levantamentos realizados no Brasil sobre os serviços de acolhimento

O reordenamento tem algumas perspectivas (BRASIL/IPEA/CONANDA, 2004):

Aspecto externo: a edificação deve estar inserida no entorno, assemelhando-se às demais edificações residenciais, e não deve apresentar identificação;

Configuração interna: deve ser semelhante a de uma residência comum, permitindo o atendimento individualizado ou em grupos pequenos, deve adequar-se às normas de acessibilidade;

Atividades previstas: o espaço deve prever a realização de atividades cotidianas, ser receptivo a brincadeiras, ao estudo, guardar os pertences.

Reintegração familiar

Tudo o que deseja-se quando uma criança ou adolescente chega ao serviço de acolhimento é que ele possa retornar para sua família de origem. Nesse sentido, a equipe técnica responsável deve elaborar um Plano de Atendimento Individual e Familiar, com objetivos, estratégias e ações para orientar o trabalho que será feito em cada caso. O fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio pode se dar através de visitas, encontros. E o acompanhamento das famílias em parceria com a rede de assistência é fundamental para incentivar o acesso a políticas públicas que contribuam para o alcance das condições favoráveis à reintegração.

Encaminhamento para família substituta

Quando não houver possibilidade de reintegração familiar, o encaminhamento para família substituta passa a ser a opção para garantir o direito ao convívio familiar e comunitária. De maneira geral, crianças e adolescentes que acabam não indo para família substituta se encaixam em um dos seguintes perfis: são grupos de irmãos, já passaram da primeira infância⁸, têm deficiência ou necessidades específicas de saúde, pertencem a minorias étnicas, entre outros (BRASIL/CONANDA/CNAS, 2009).

O PNCFC questiona a adoção como medida para dar filhos aos que não os têm. O foco não é a família, mas a garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes. A colocação em família substituta pode se dar mediante guarda, como medida preventiva que ainda pode ser revogada; como tutela, quando há destituição do poder familiar, mas a criança/adolescente não é desvinculado da família; ou como adoção, quando os laços com a família de origem são completamente rompidos.

1.3

Acolhimento em Campinas

"[...]o risco a que qualquer um, em princípio, está sujeito – de não conseguir suprir seu próprio sustento e cair na miséria – deixa de ser problema meramente individual e passa a constituir uma responsabilidade social pública."

Vianna, 1999 apud PMAS, 2014

A assistência social no município de Campinas é responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS), sendo seu Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) o encarregado pela gestão e execução da política, que deve estar fundamentada no PNAS e no SUAS. A atual política do município está expressa no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), elaborado para a gestão de 2014 a 2017 (CAMPINAS, 2014), que tem a Jane Valente como secretária.

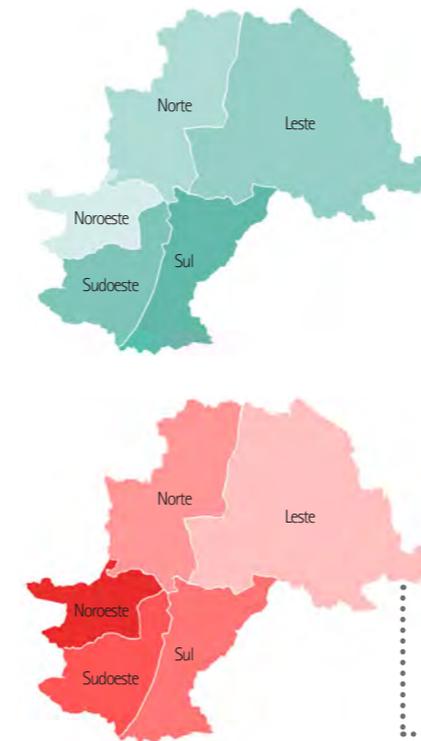
População de Campinas no CádÚnico

A SMCAIS divulgou, em 2015, um estudo⁹ sobre o perfil da população de Campinas cadastrada no CadÚnico, de acordo com os dados disponibilizados pelo MDS. O CadÚnico é o Cadastramento Único para programas sociais do governo federal, instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, dando acesso às políticas públicas. Na época, 67.300 famílias estavam cadastradas, somando um total de 208.305 pessoas, o que equivale a 17,9% da população do município¹⁰.

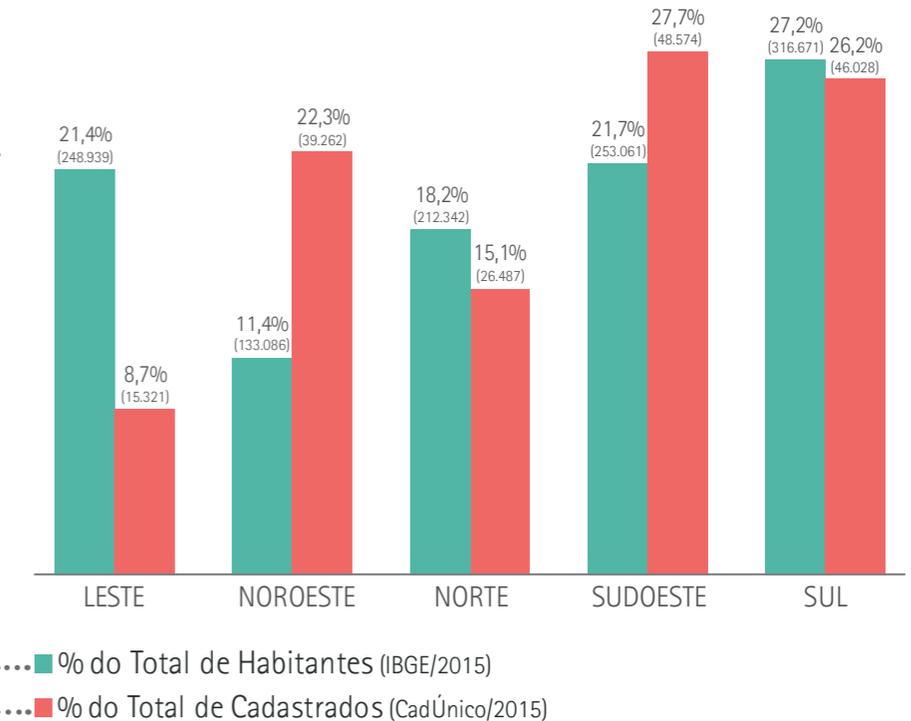
A .10 traz uma comparação interessante para entender como o município se comporta com relação à distribuição da população mais vulnerável em seu território. Em verde está a distribuição da população de Campinas nas cinco regiões, de acordo com dados do IBGE, enquanto em vermelho estão apenas as pessoas cadastradas no CadÚnico. Os percentuais em vermelho indicam que as regiões Sudoeste, Sul e Noroeste abrigam, nessa ordem, a maior quantidade de pessoas que precisam de assistência social. E a região Noroeste é a que mais concentra essa população

9. A análise foi realizada pela área de Vigilância Socioassistencial, responsável pela produção, sistematização e análise de informações relativas às situações de vulnerabilidade e risco.

10. A estimativa do IBGE para a população do município de Campinas em 2015 era de 1.164.098 pessoas.



cadastrada, pela grande disparidade na relação com a população total da região. Na região Leste, por outro lado, há a menor quantidade de cadastrados para usufruir de assistência social, e grande disparidade com a quantidade de habitantes, indicando que essa é a região menos carente de assistência.



.10

Comparação entre o percentual de habitantes e de cadastrados no CadÚnico em Campinas, por regiões, em 2015.

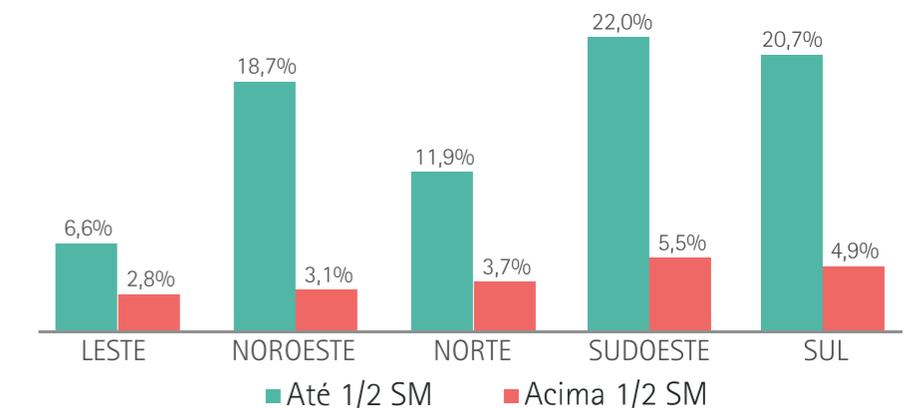
Elaboração própria. FONTE: SMCAIS/MARCHESINI (2015).

Com relação à faixa de renda *per capita*, a .11 mostra que valores abaixo de 1/2 salário mínimo prevalecem em todas as regiões de Campinas, entre os cadastrados no CadÚnico, apontando para a grande necessidade de assistência social.

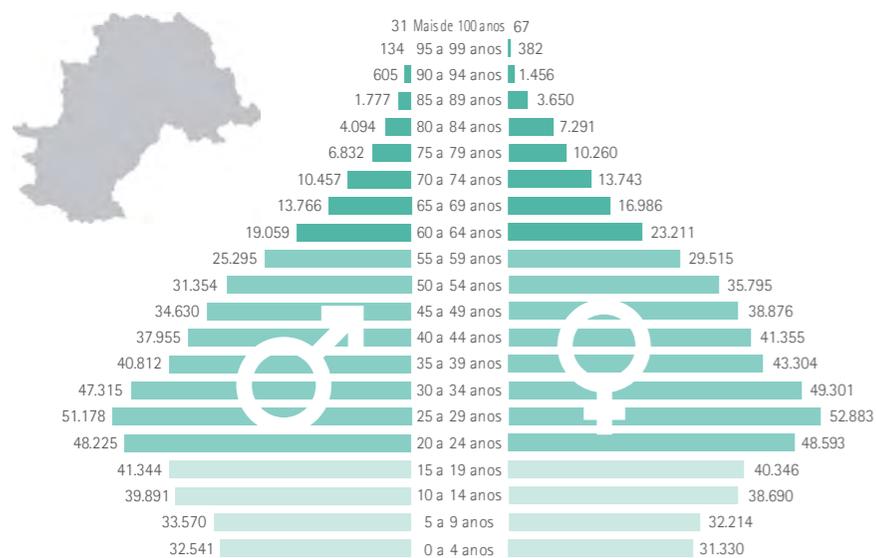
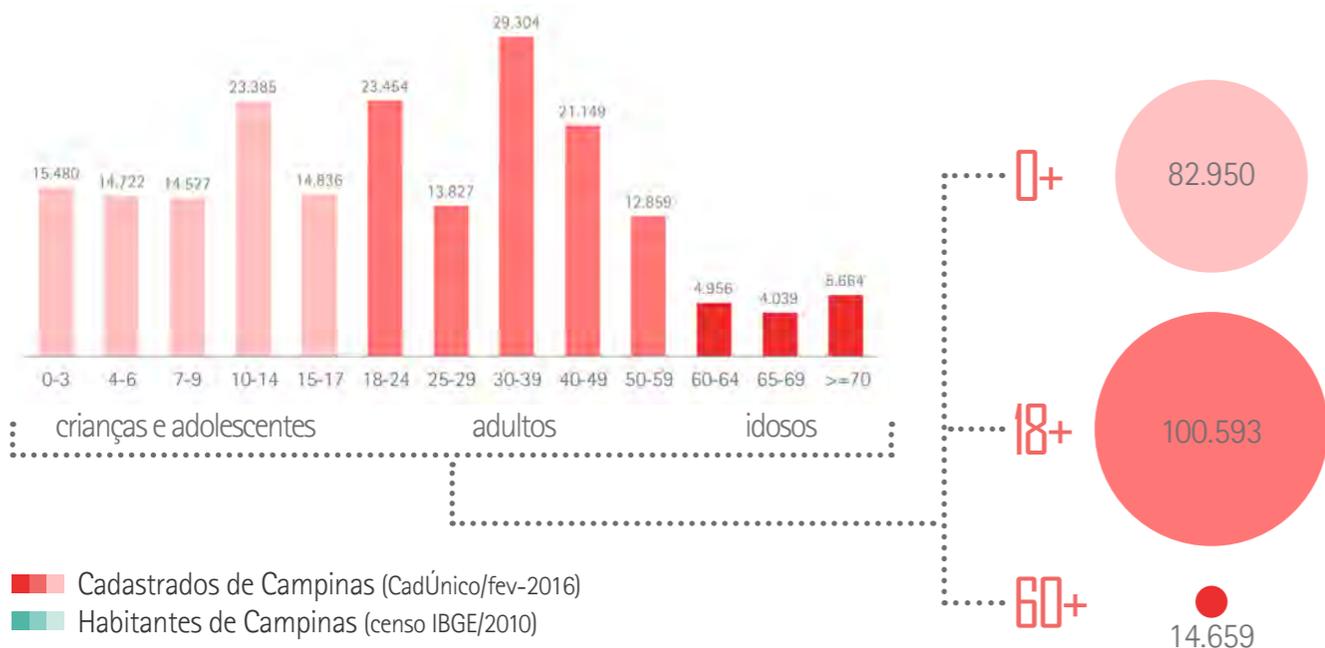
.11

Distribuição percentual das famílias de Campinas cadastradas no CadÚnico, em relação à renda mensal per capita, tendo 1/2 salário mínimo como referência, por regiões, em 2015.

FONTE: SMCAIS (2015).



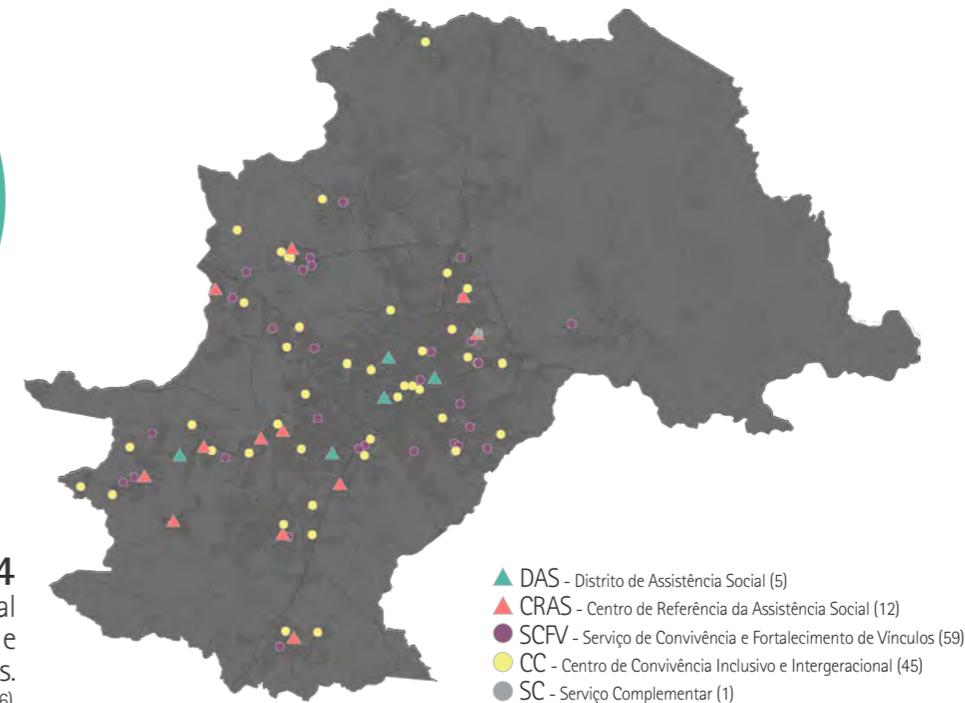
A distribuição por faixa etária dos cadastrados no CádÚnico em Campinas indica a prevalência de adultos, seguida de crianças e adolescentes e, por fim, de idosos. A Figura .13 mostra essa relação, trazendo a pirâmide etária do município como parâmetro. Uma análise comparativa entre a distribuição dos cadastrados e dos habitantes aponta para uma quantidade maior de crianças e adolescentes no CadÚnico proporcionalmente à quantidade dessa faixa etária em Campinas.



.13
População de Campinas cadastrada no CadÚnico, em habitantes por faixa etária, em 2016, e pirâmide etária do município de acordo com o censo de 2010.
Elaboração própria.
FONTE: IBGE (2010), CadÚnico/MDS (2016).



.14
Equipamentos da Proteção Social Básica em Campinas, públicos e cofinanciados.
Elaboração própria. FONTE: SMCAIS (2016).



Proteção Social Básica

Considerado uma das principais unidades do SUAS, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é peça estruturante da proteção básica. Os CRAS são equipamentos socioassistenciais públicos descentralizados, responsáveis pela coordenação, organização e execução dos serviços da proteção básica. Têm como proposta atuar na prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, gerindo a rede da proteção básica e oferecendo o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que é o principal serviço oferecido na proteção básica e tem como objetivo prevenir as situações de risco, atuando no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os CRAS podem oferecer outros serviços da proteção básica, desde que a oferta do PAIF não seja prejudicada, por falta de espaço físico ou profissionais (VALENTE e SENRA, 2015). Estão distribuídos no território, concentrados nas regiões de maior vulnerabilidade, sendo a entrada para a rede de serviços socioassistenciais. O município de Campinas tem um total de 12 CRAS, divididos da seguinte maneira entre as regiões: norte (2), leste (2), sul (2), sudoeste (3), noroeste (3).

Dada as proporções do município de Campinas e a alta procura pelos serviços prestados pela assistência social, a Secretaria criou o Distrito

de Assistência Social (DAS). Diferente do CRAS, o DAS não é tipificado nacionalmente, é uma novidade do município para enfrentar os problemas que surgiram na prática da assistência. São cinco unidades no total, uma para cada região, com o papel de atender a demanda pela proteção básica nos bairros que não estão cobertos pelos CRAS. O DAS faz o atendimento da população, mas não o acompanhamento das famílias, como é feito nos CRAS.

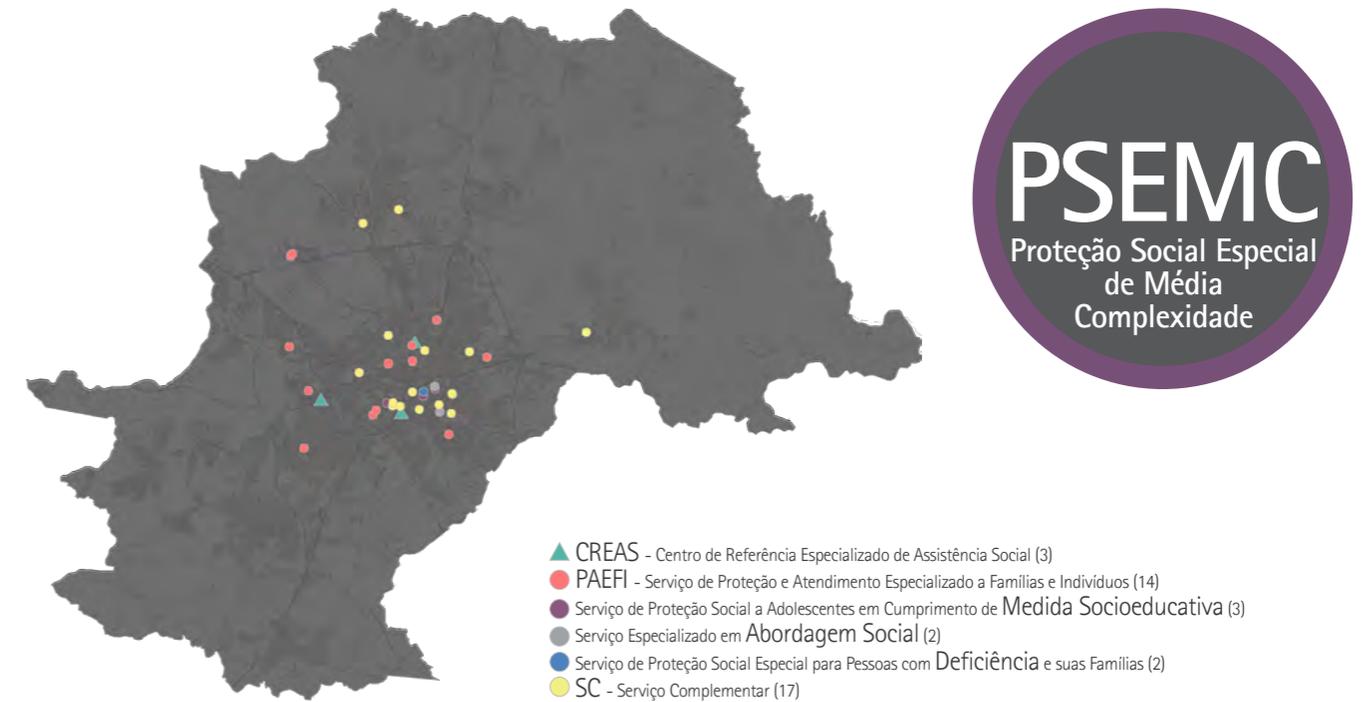
Além das unidades públicas, existem entidades cofinanciadas que também realizam serviços de proteção básica no município. Há um edital de chamamento anual na Secretaria, através do qual os interessados devem se cadastrar, apresentando um plano de trabalho. Essas unidades cofinanciadas prestam Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), compondo a rede complementar da Proteção Social Básica, da qual também fazem parte os Centros de Convivência Inclusivos e Intergeracionais (CC). Esses serviços têm caráter preventivo e proativo no sentido de desenvolver capacidades e potencialidades dos usuários para o alcance de alternativas emancipatórias no enfrentamento das vulnerabilidades sociais (CNAS, 2009). Atualmente, apesar de não haver gestão das vagas oferecidas pelas entidades cofinanciadas, os serviços por elas prestados seguem o plano de trabalho que foi aprovado pela secretaria do município e há um diálogo constante entre profissionais que atuam nos DAS, CRAS e cofinanciadas de cada região¹¹.

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Os serviços da Proteção Especial de Média complexidade estão organizados a partir dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Em Campinas existem 3 CREAS, sendo 1 para as regiões Leste, Norte e Sudoeste, 1 para a Noroeste e 1 para a Sul. Os CREAS são as unidades públicas que prestam os serviços da proteção especial de média complexidade e fazem a gestão da rede, o monitoramento, a capacitação e supervisão dos profissionais, inclusive das entidades cofinanciadas. Devem prestar obrigatoriamente o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e, de acordo com a demanda, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Além desses, os serviços Especializados em Abordagem Social e de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias podem ser oferecidos por unidades específicas referenciadas ao CREAS. A Figura .15 mostra a distribuição dos CREAS e das demais entidades cofinanciadas da PSEMC, de acordo com o serviço que oferecem¹².

11. Campinas conta ainda com um Serviço Complementar na PSB, que não está tipificado nacionalmente, que é itinerante de atendimento no território a crianças, adolescentes, adultos e famílias.

12. A PSEMC em Campinas também oferece Serviços Complementares para pessoas em situação de rua e com deficiência.



.15 Equipamentos da Proteção Social Especial de Média Complexidade em Campinas, públicos e cofinanciados.

Elaboração própria. FONTE: SMCAIS (2016).

13. De acordo com a Secretária da Assistência Social, esse financiamento chega a corresponder a 90% do orçamento das entidades para prestação do serviço de acolhimento. (VALENTE, 2016)

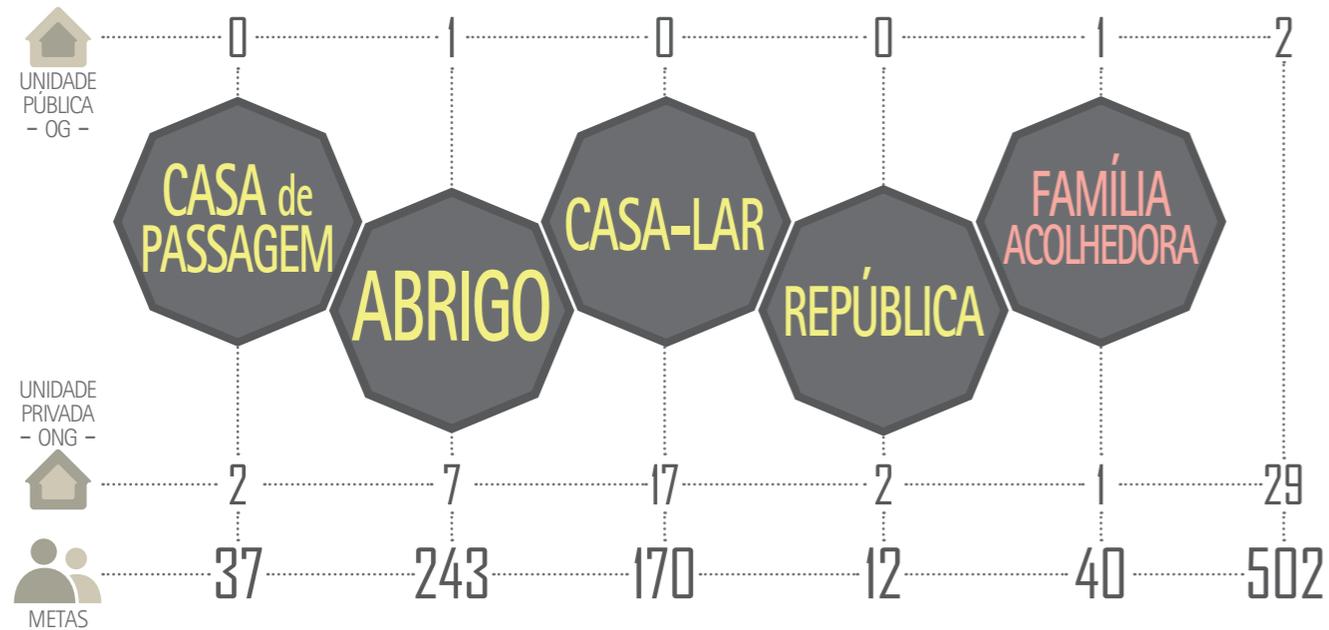
Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A área responsável pela alta complexidade lida com os serviços de acolhimento do município e tem como função a gestão de toda a rede, inclusive das vagas. As unidades de acolhimento trabalham por faixas etárias, contemplando crianças e adolescentes, adultos e idosos.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes estão discriminados na Figura .16, de acordo com o tipo de unidade — pública (OG) ou privada (ONG), e com as metas de acolhimento. Eles serão o foco da discussão a seguir, por serem destinados à faixa etária contemplada neste trabalho.

O município dispõe de unidades públicas, mas a maioria dos serviços é executada por entidades cofinanciadas, que recebem financiamento da prefeitura¹³ — semelhante ao que ocorre nos demais níveis de proteção discutidos anteriormente. A discrepância existente entre a quantidade de unidades públicas e privadas remonta ao passado histórico da assistência social no país. Esse modelo traz vantagens e desvantagens para a gestão dos serviços, como qualquer modelo público-privado, e atualmente, ele viabiliza a existência da assistência social no município, unindo o potencial das entidades e mantendo o controle da gestão no poder público.

As metas são a quantidade máxima de crianças/adolescentes que podem ser abrigados, e são também o valor referente ao qual a entidade recebe o financiamento da prefeitura. Esse valor independe de todas as vagas estarem de fato preenchidas, pois se refere ao serviço prestado como um todo e não deve ser calculado *per capita*, como indicado nas orientações técnicas (BRASIL/CONANDA/CNAS, 2009). Nota-se que apenas duas das 31 unidades existentes são do governo do município.



A OG que trabalha com a modalidade de família acolhedora é o Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e Adolescente (SAPECA). O SAPECA realizou seu primeiro acolhimento em 1998, atuando portanto, num período em que não existia tipificação dos serviços de acolhimento. O sucesso do serviço e seu pioneirismo no Brasil, fazem do SAPECA referência nacional. Em estudo realizado sobre famílias acolhedoras, o perfil de acolhidos nesse modelo revela a faixa etária de 0 a 3 anos como predominante no programa, com 64% dos atendimentos. Isso indica que as diretrizes nacionais e internacionais estão sendo cumpridas (VALENTE, 2013).

A outra unidade da prefeitura de Campinas é um abrigo, conhecido por Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA). Ele foi criado em 1981, época em que o ECA ainda não existia e vigorava

.16
 Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em Campinas, tipo de unidade de oferecimento e total de metas de acolhimento.
 FONTE: SMCAIS (2016).

14. O apadrinhamento consiste em um programa voltado para crianças e adolescentes que foram destituídos do poder familiar e com remota possibilidade de colocação em família substituta. A proposta é que essas crianças e adolescentes estabeleçam vínculos afetivos com pessoas da comunidade, os padrinhos, que vão dedicar tempo para apoiar e acompanhar suas vidas. Atualmente Campinas tem um programa de apadrinhamento afetivo, chamado Programa Acordar, que é realizado pela ONG: Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA) e tem capacidade para 30 crianças e adolescentes.

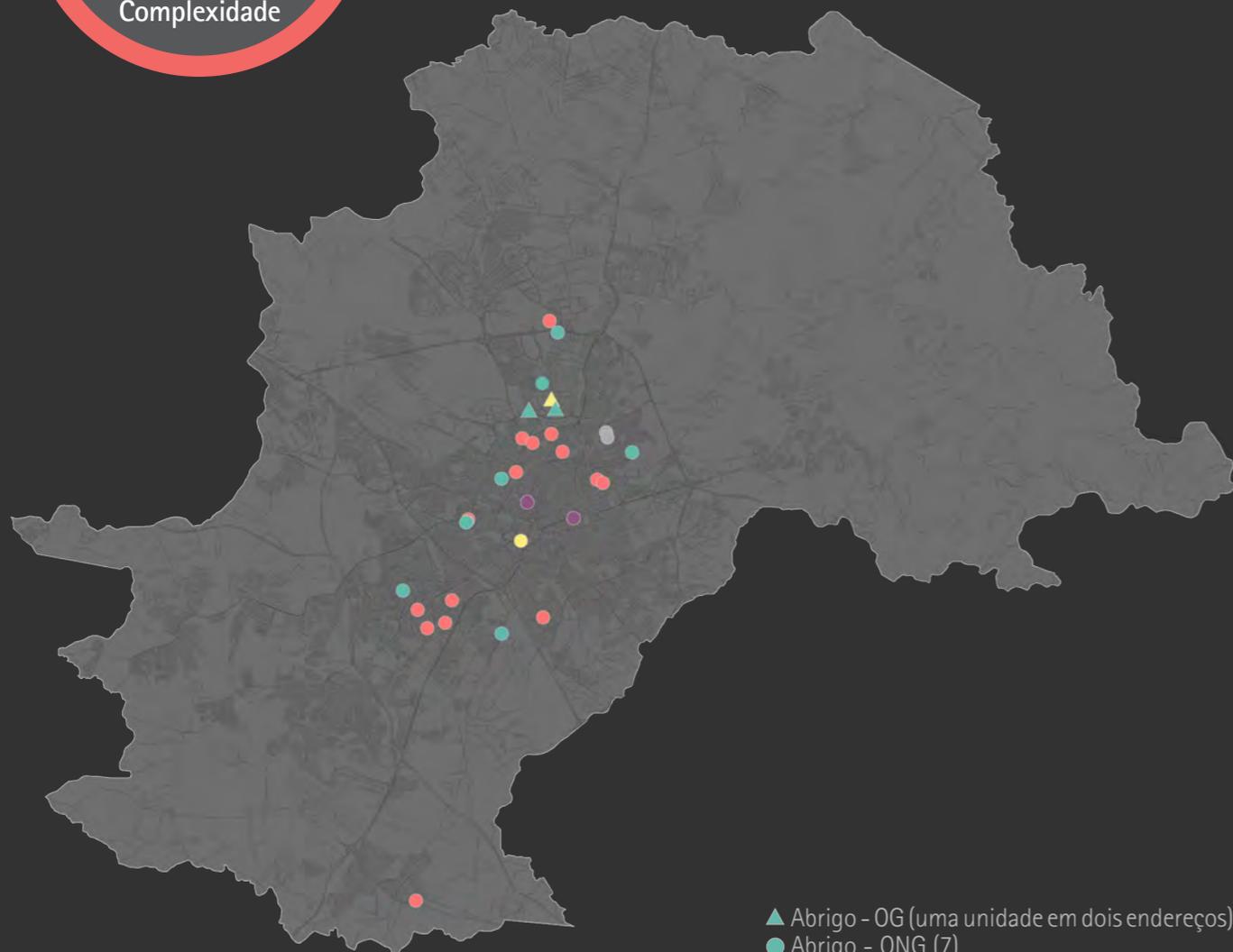
15. A instituição Padre Haroldo Rahn é responsável pelos serviços especializados, que fazem parte do seu programa Além das ruas.

o Código do Menor, que institucionalizava crianças e adolescentes considerados em *situação irregular*. Esse serviço se chamava na época, Centro Municipal de Recepção e Triagem do Menor (CRT), foi inaugurado em 1982 e tinha 16 vagas de 4 a 14 anos. Em 1988, a capacidade aumentou para 80 usuários, quando houve a mudança de endereço para o edifício onde funciona atualmente a sede administrativa. Em 1996, dada a repercussão do ECA, o serviço recebeu seu atual nome, CMPCA, e passou a acolher 65 crianças e adolescentes. O abrigo fez uma parceria com o SAPECA, em 2004, reduzindo o número de acolhidos para 58. Em 2005, o serviço colocou em prática o projeto do apadrinhamento¹⁴, para crianças acima de 7 anos destituídas do poder familiar. Em 2008, o centro passou por um reordenamento, atendendo 25 pessoas, em dois endereços, mas logo fechou um deles, no ano seguinte, quando alguns usuários foram transferidos para casas-lares. Em 2012, o atendimento tinha como meta atender 25 crianças e adolescentes, mas atendia 35 em média, em uma única casa. Atualmente o CMPCA atende pessoas de 0 a 18 anos e está funcionando em dois endereços, ambos no Taquaral: um deles é a sede administrativa e o abrigo para 8 bebês e seus irmãos, num edifício que foi projetado para ser uma escola; e o outro é uma casa alugada, que funciona apenas como abrigo para 19 usuários. O CMPCA vem se adequando para seguir as orientações técnicas, mas o espaço físico não está alinhado com a proposta: funciona em dois endereços separados e nenhum dos dois edifícios foi projetado para ser de fato um abrigo.

Todos os demais serviços de acolhimento são realizados por entidades privadas sem fins lucrativos. Há entre esses serviços, duas unidades que são especializadas, um abrigo e uma casa de passagem, ambos são serviços oferecidos pela mesma instituição¹⁵. Eles se diferem dos demais serviços de acolhimento por atenderem adolescentes que tem uma circularidade de rua, ou seja, transitam entre o serviço de acolhimento, a rua, os serviços de medidas socioeducativas (incluindo a internação). A proposta do serviço é dispor de uma equipe de profissionais que atendam esses adolescentes de forma integral, independente de onde estejam. A especificidade das ações necessárias diante desse comportamento particular – de vivência de rua, uso de substâncias psicoativas, agravos na saúde mental – justifica a existência desse serviço no município. Entre as casas-lares, há uma específica para adolescentes grávidas ou com filhos. E as 2 repúblicas são uma para cada sexo, com 6 vagas cada.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES



- ▲ Abrigo - OG (uma unidade em dois endereços)
- Abrigo - ONG (7)
- Casa-lar (16)
- Casa de Passagem (2)
- República (2)
- ▲ Família Acolhedora - OG (1)
- Família Acolhedora - ONG (1)

.17

Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em Campinas, por modalidade, prestados pelas unidades públicas e privadas. Observação: no mapa estão indicadas apenas 16 unidades da modalidade Casa-lar, porque uma delas não tem o endereço indicado.

Elaboração própria. FONTE: SMCAIS (2016).

PSEAC no território

As orientações técnicas foram elaboradas buscando fortalecer o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, discute-se que a proximidade da comunidade deveria ser mantida para preservar os vínculos e facilitar a reintegração familiar quando possível. Apesar da atual distribuição dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em Campinas ainda não estar de acordo com essa diretriz nacional, essa proposta de ação está estabelecida em seu Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CMDCA, 2011). A Figura .17 mostra onde estão localizadas as unidades de acolhimento no território do município, públicas e privadas. Nota-se uma maior concentração nas regiões mais centrais da cidade, indicando que a distribuição não se dá de maneira homogênea ou acompanhando os indicadores de vulnerabilidade.

Essa medida não é simples de ser implementada, principalmente devido às implicações desse reordenamento nos vínculos dos acolhidos (GEREMIAS, 2016). Atualmente, os serviços do município acolhem crianças e adolescentes de todo o território, sem qualquer tipo de regionalização. Reorganizá-los significa dispor de unidades de acolhimento nos locais com grande índice de vulnerabilidade social, e acolher de acordo com a origem, estabelecendo inclusive maior proximidade com os demais níveis de proteção. Essa transição é complexa para os que já estão em acolhimento, e deve ser planejada em parceria com toda a rede de atendimento, incluindo os conselhos tutelares, a vara da infância e da juventude e o ministério público.

A distribuição regionalizada é fundamental para os casos com possibilidade de retorno para a família de origem, no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Para crianças e adolescentes que foram destituídos do poder familiar, porém, a localização da unidade de acolhimento deixa de ser um fator relevante. E ainda, nas situações que pressupõem afastamento da família por ordem judicial - para segurança do acolhido, o local passa a ser um fator determinante no sentido contrário, da criança/adolescente não permanecer na comunidade de origem. Assume-se assim, a importância de dispor de unidades de acolhimento distribuídas por todas as regiões do município.

Essa proposta de reorganização dos serviços de acolhimento no território é uma diretriz, mas não uma prioridade da gestão, cuja preocupação atual é qualificar os serviços de acolhimento já existentes, como enfatizou a secretária da assistência social, Jane Valente (VALENTE, 2016).

Funcionamento dos serviços de acolhimento

Por envolver uma rede articulada de agentes e lidar com muitas excepcionalidades, a dinâmica de funcionamento dos serviços de acolhimento se torna relativamente complexa. Essa organização sofre alterações constantemente para readequar o serviço às novas realidades e pode variar entre os municípios, de acordo com os serviços oferecidos principalmente.

A seguir será explicada a estrutura de funcionamento dos serviços de acolhimento em Campinas, de acordo com o fluxograma anterior.

A entrada no serviço de acolhimento, justificada por uma situação de risco, pode ocorrer por iniciativa da Polícia Militar, da Guarda Municipal, de delegados, de entidades, ou até mesmo por qualquer cidadão. Por via de regra, o acesso ao sistema se dá via Conselho Tutelar, que solicita o afastamento do convívio familiar ao Ministério Público (MP), que por sua vez, avalia a ação cautelar. Em seguida, a Vara da Infância e da Juventude (VIJ) aplica a medida de proteção e solicita a vaga à gestão da PSEAC¹⁶.

Campinas dispõe da modalidade Casa de Passagem, criada com a função de resguardar o abrigo municipal de acolhimentos de curtíssima duração e de urgência. Esse serviço possibilita a efetivação do acolhimento nas situações emergenciais, funcionando como entrada ao sistema nesses casos. A Casa de Passagem é utilizada nas seguintes situações:

1. Através da abordagem social¹⁷ ou por procura espontânea;
2. Via Conselho Tutelar ou gestão da PSEAC, em casos considerados urgentes ou excepcionais, como por exemplo, não localização dos pais/responsáveis, abuso sexual ou violência física, incapacidade temporária de exercício do poder familiar. Se ocorrer durante o dia, a gestão da PSEAC será comunicada¹⁸, e se a ocorrência for à noite ou durante o fim de semana, o acolhimento será feito via plantão e a comunicação para a gestão da PSEAC se dará no próximo dia útil¹⁹;
3. Apesar não ser a proposta, a gestão da PSEAC pode encaminhar para a Casa de Passagem caso não haja vaga nos demais serviços de acolhimento, sendo essa situação excepcional e não desejável.

Na Casa de Passagem, será feito um estudo psicossocial para dar prosseguimento ao caso. Se a família for de outro município, estado ou até mesmo país, será feito o recâmbio, encaminhando a criança ou adolescente para o local de origem. Quando a situação tiver sido



16. Proteção Social Especial de Alta Complexidade, área do departamento de Assistência Social da SMCAIS.

17. A abordagem social conta com equipes que atuam nas ruas e praças do município para oferecer acolhimento, na tentativa de resgatar a autonomia.

18. Uma vez na gestão da PSEAC, de acordo com a situação e a oferta de vagas pode ser que se opte diretamente por um acolhimento institucional de maior permanência para evitar o período de estadia na Casa de Passagem.

19. De segunda à sexta das 8hs às 18hs, horário de funcionamento da PSEAC..

20. De acordo com a coordenadora técnica da casa de passagem Betel, a extensão do prazo de permanência ocorre por uma dificuldade da rede, de absorver a demanda com muita rapidez. Por falta de espaço nos abrigos, por exemplo, ou porque demora para se conseguir atendimento em núcleos, centros de saúde etc, medidas essas necessárias para dar o devido encaminhamento do caso.

21. Grupos de irmãos, idade avançada, necessidades específicas de saúde etc (BRASIL/ CONANDA/CNAS, 2009).



pontual e for resolvida rapidamente, a saída da Casa de Passagem poderá acontecer direto para a família de origem. As crianças/adolescentes que forem permanecer no sistema de acolhimento por uma duração maior, serão encaminhados via gestão da PSEAC para alguma modalidade de maior permanência, a ser estudada durante a estadia na Casa de Passagem. O prazo meta para ficar neste primeiro estágio é de 10 dias, mas na prática tem durado em média, de 20 dias a 3 meses²⁰ (FOGAÇA, 2016).

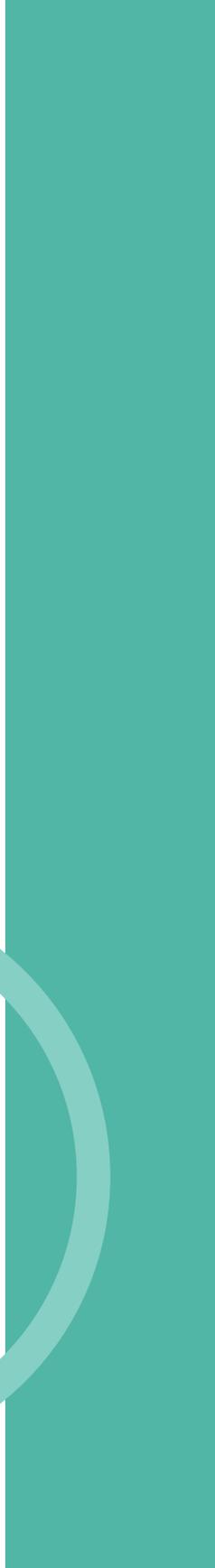
Quando os casos chegam à gestão, ela cumpre seu dever de analisar e decidir qual será o serviço de acolhimento para onde a criança/adolescente deverá ser encaminhado. Essa decisão, como discutido anteriormente, estará pautada em vários fatores, como vagas disponíveis, faixa etária, tempo necessário, grupo de irmãos, perfil da criança/adolescente.

Os serviços de acolhimento indicados como de maior permanência, no fluxograma, se referem àqueles que são a essência do serviço, de acordo com o período de abrigamento e suas as propostas. Neste grupo estão: família acolhedora (acolhimento familiar); abrigo e casal (acolhimento institucional). A partir dos estudos realizados pelos agentes envolvidos no caso, a gestão da PSEAC indica um modelo de acolhimento. A intenção é fazer a melhor decisão para evitar mudanças ao longo do tempo de acolhimento, mas elas podem acontecer. Um dos fluxos comuns é a mudança de abrigo pra casa-lar, quando há destituição do poder familiar, mas a probabilidade de saída do serviço de acolhimento é reduzida²¹. A depender da disponibilidade também, pode haver mudança entre acolhimento institucional e familiar.

Durante todo o período de acolhimento, há comunicação entre os serviços e a Vara da Infância e da Juventude (VIJ). Dentre as obrigatoriedades estão: a comunicação inicial, o Plano Individual de Atendimento (PIA), relatórios informativos ou conclusivos. Até que a criança/adolescente saia dos serviços de acolhimento, seu processo deve ser continuamente acompanhado, para esgotar as possibilidades e tornar a medida protetiva mais provisória quanto for possível.

A saída do sistema está condicionada à decisão judicial, tomada na VIJ. Caso haja possibilidade de reintegração familiar, a criança/adolescente é encaminhado para a família de origem. Se o processo tiver definido a destituição do poder familiar e houver possibilidade de adoção, a criança/adolescente é encaminhado para a família substituta. Esgotadas essas possibilidades, a gestão da PSEAC encaminha como situação processual a permanência em acolhimento institucional até que outra medida seja tomada.

PROJETO



2.1 Proposta

“A graça de um projeto não está em inventar formas misteriosas e mirabolantes, mas em propor aquilo que já sabemos que deve ser feito, de modo a desencadear os recursos na direção mais oportuna.”

Paulo Mendes da Rocha

A trajetória

Este projeto nasceu da vontade de desenvolver uma unidade de acolhimento em Campinas, a partir do envolvimento com os atores desse serviço e da compreensão do atual cenário da região.

No sentido de contribuir com o debate em curso sobre as políticas públicas relacionadas ao sistema de acolhimento em Campinas foi necessária uma aproximação com os órgãos e entidades envolvidas com o serviço para posteriormente elaborar um projeto que estivesse inserido no contexto do município e que respondesse a uma demanda existente. Esta proposta visa, portanto, realizar um projeto condizente com as necessidades e possibilidades apresentadas pelo sistema constituído na cidade, a partir do diálogo e da escuta dos agentes que efetivamente o constroem.

Além dos contatos e entrevistas realizadas durante este trabalho, a aproximação com a rede de acolhimento resultou no convite para participar das reuniões mensais da comissão de abrigos²⁴, com o intuito de compreender as questões, os projetos, os problemas discutidos acerca dos serviços.

Sabe-se, como discutido anteriormente, que os serviços de acolhimento passaram por importantes reformas nos últimos anos, porém, a maioria das edificações que abrigam esses serviços em Campinas não acompanharam essas transformações. Apesar de atualmente funcionarem em residências alugadas, a gestão da alta complexidade do município vislumbra a construção de edificações próprias para os abrigos, adequadas para oferecerem o serviço de acolhimento de acordo com as diretrizes da modalidade.

24. A comissão de abrigos é composta pela gestão da alta complexidade da SMCAIS, de representantes dos conselhos tutelares e dos coordenadores dos serviços de acolhimento familiar e institucional do município de Campinas.

Além dessa perspectiva, durante a entrevista realizada com a Secretária de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, Jane Valente, foi comentada a proposta de unificar as duas unidades do Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA) em um único projeto, em terreno adquirido pela prefeitura. A ideia é deixar a residência alugada e o antigo edifício onde funcionava uma escola, que alojam atualmente o abrigo municipal, e concentrar o programa em um único local, incluindo a moradia e a sede administrativa da unidade.

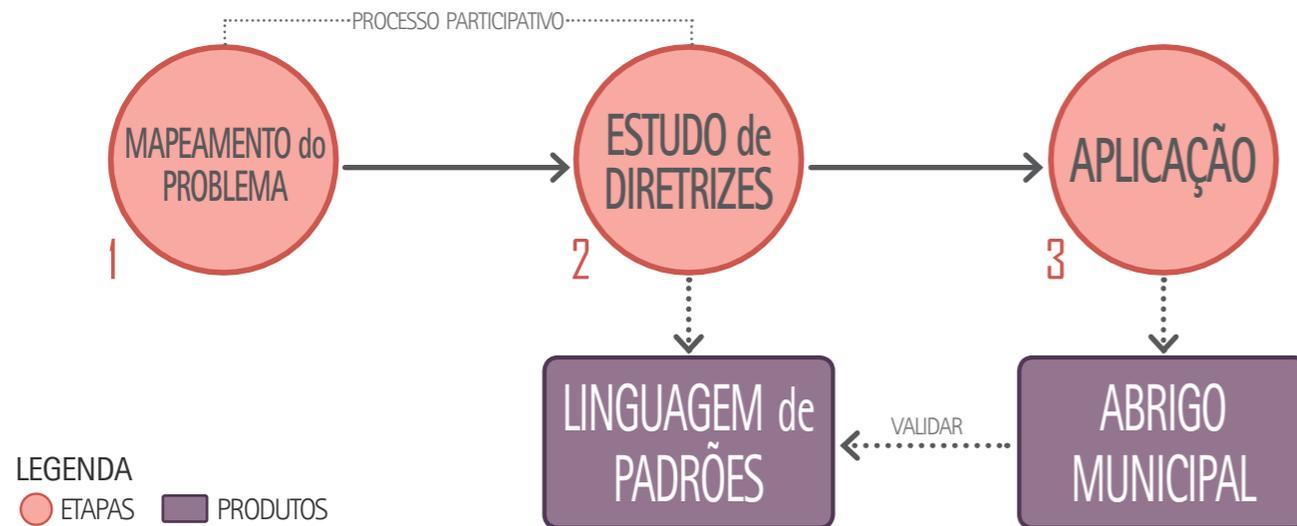
A proposta

Nesse contexto e com o intuito de responder a ambas as demandas apresentadas, estruturou-se o projeto em 3 etapas, que conduzem à realização de 2 produtos finais (ver Figura .19). As etapas consistem em (1) mapear o problema; (2) elaborar diretrizes projetuais no formato de uma linguagem de padrões; (3) aplicar os padrões para validar a linguagem.

O primeiro produto é uma linguagem de padrões para abrigo, que funcionará como um conjunto de diretrizes projetuais para auxiliar projetistas no desenvolvimento do projeto. E o segundo é o projeto arquitetônico do Abrigo Municipal, desenvolvido com a aplicação da linguagem de padrões.

A proposta é envolver os integrantes da comissão de abrigos em um processo participativo na realização das duas primeiras etapas, que conduzirão à linguagem de padrões, para que possam utilizá-la quando da elaboração de futuros projetos para suas unidades de acolhimento.

.19 Estruturação da proposta de projeto.



2.2 Mapeando o problema

"If I were given one hour to save the planet, I would spend 59 minutes defining the problem and one minute resolving it"²⁵

Albert Einstein apud Peña e Parshall, 2001

25. Tradução livre: Se eu tivesse uma hora pra salvar o mundo, passaria 59 minutos definindo o problema e 1 minuto resolvendo-o.

26. A palavra em português que mais se aproxima de uma tradução para *programming* seria programação. Porém, optou-se por não utilizar esse termo devido às várias interpretações que ele poderia gerar.

27. Com relação à abordagem adotada e no sentido de não criar falsas expectativas, vale ressaltar que este trabalho não tem como proposta trazer imagens de crianças e adolescentes acolhidos nos abrigos. Acredita-se que seria uma exposição desnecessária, que não agregaria valor à proposta.

A primeira etapa, anterior ao desenvolvimento do projeto propriamente, tem como objetivo mapear o problema, definindo as necessidades e as metas que devem ser alcançadas através da arquitetura. Uma vez que o projeto arquitetônico é compreendido como uma solução para uma dada questão, estima-se que quanto melhor estiver descrita, maior será a chance de ser bem resolvida.

Esta etapa se propõe, portanto, a criar as condições necessárias para a fase de projeto. Em inglês pode-se chamar esse processo de *programming*²⁶, o qual se refere à busca de informação suficiente para esclarecer, compreender e definir o problema (Peña e Parshall, 2001). Para esses autores, esta etapa seria de análise e a de projeto seria de síntese e eles estabelecem cinco passos que devem ser dados: estabelecer metas; coletar e analisar fatos; descobrir e testar conceitos; determinar necessidades; e situar o problema.

Adotando essas etapas de análise, a seguir serão sistematizados o problema, as metas e as necessidades desta proposta de projeto²⁷. Será dada continuação ao processo de coleta de fatos e entendimento de conceitos, que vem sendo realizado desde o início do trabalho, desta vez através de atividade participativa junto à comissão de abrigos.

Processo participativo

Um processo participativo no desenvolvimento de um projeto arquitetônico traz benefícios em diferentes escalas. Do ponto de vista social, ele contribui para a maior satisfação das necessidades do grupo envolvido; para o usuário, há uma maior sensação de ter influenciado no processo e conseqüentemente, maior consciência das implicações das decisões tomadas; e para o profissional projetista, a participação resulta em informação mais relevante e atualizada (SANOFF, 2000).

O processo participativo pode se dar de inúmeras maneiras. Para o desenvolvimento deste projeto especificamente, optou-se por realizar a participação fundamentalmente na etapa de MAPEAMENTO, com o intuito de: aprofundar o entendimento acerca das visões dos agentes que atuam no município; consolidar as necessidades e estruturar o problema que deverá ser resolvido com o projeto; e inserir esses agentes na temática, para valorizarem a arquitetura enquanto instrumento de auxílio no acolhimento.

O processo participativo será realizado também na etapa de ESTUDO DE DIRETRIZES, para a discussão de estratégias projetuais. Essa etapa possibilitará a colaboração coletiva no desenvolvimento do projeto²⁸ propriamente.

Programa – abrigo x residência unifamiliar

Com a reestruturação dos serviços de acolhimento, as diretrizes indicam que o abrigo deve ter aspecto semelhante ao de uma residência. Essa indicação é extremamente importante para a não institucionalização do edifício, indo na contramão ao que era praticado antigamente, como visto nos capítulos anteriores. Essa diretriz evidencia a busca de tornar esse lugar o lar dos que nele serão acolhidos.

A interpretação dessa indicação das orientações técnicas, porém, deve diferenciar uma residência unifamiliar de um abrigo: ter aspecto semelhante ao de uma residência não significa ser uma residência. O programa de necessidades do abrigo difere da demanda de uma habitação unifamiliar. Essa distinção é relevante para não haver equívocos no projeto, que poderia caminhar para o desenho de uma residência familiar disfarçada de abrigo e não responder às reais demandas.

É importante pontuar, que um lar acolhedor não é sinônimo de uma moradia de família convencional. Portanto, a intenção deve ser trabalhar o espaço para resolver o programa do abrigo, pensando soluções a partir da perspectiva de ser palco do acolhimento, de ser o lar. Não compreender o abrigo como uma simples residência pode ser, inclusive, necessário para a elaboração de propostas que dialoguem com o cuidado e explorem o espaço no que melhor ele pode contribuir com as particularidades impostas por essa modalidade de acolhimento.

Entende-se que na essência, o intuito dessa diretriz é não estigmatizar os abrigos e conduzir para o projeto de lares. Talvez, quando abrigo for sinônimo de acolhimento no projeto arquitetônico, essa diretriz não faça mais sentido, pois serão naturalmente o oposto do esteriótipo de instituição.

28. Projeto neste caso está se referindo ao processo de *design*, de desenvolvimento do projeto como solução para o problema apontado na etapa de mapeamento.

"todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa."
[Bachelard]



crianças e adolescentes
20

educador / cuidador
2-4

auxiliar
2-5

coordenador
1

equipe técnica
2-4

administrativo
1

moradia

administração

Quem são os usuários do abrigo?

Um abrigo, enquanto modalidade do serviço de acolhimento, deve ter capacidade para 20 crianças e adolescentes, considerando a faixa etária de 0 a 18 anos.

A gestão do abrigo é feita pelo coordenador, o qual, além de ter ensino superior, deve ter experiência em função semelhante e vasto conhecimento da rede de proteção, das políticas públicas e dos serviços oferecidos pelo município e região. Tem a função de elaborar, junto com a equipe, o projeto político pedagógico do serviço, supervisionar os trabalhos desenvolvidos, realizar a contratação de pessoal, manter a articulação com os demais serviços da rede e com o Sistema de Garantia de Direitos.

A equipe técnica, responsável pelo acompanhamento psicossocial dos acolhidos, é interdisciplinar e formada por profissionais com experiência no atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situação de risco. Em geral, é composta por uma ou duas duplas de psicólogo e assistente social, e um pedagogo. Esses profissionais têm carga horária mínima de 30 horas semanais e também atuam na capacitação, apoio e acompanhamento dos educadores/cuidadores. É a equipe técnica quem organiza as informações individuais que serão encaminhadas para as demais instâncias (judiciário, ministério público), bem como realiza a preparação da criança e do adolescente para o desligamento e aproximação da família, quando for o caso.

O cotidiano das crianças e adolescentes é acompanhado pelos educadores/cuidadores, que revezam em turnos. De maneira geral cada profissional pode cuidar de até 10 acolhidos, diminuindo essa proporção caso haja demanda por atenção específica (bebês, necessidades de saúde, deficiência). A formação mínima que devem ter para realizar essas atividades de cuidado básico, de organização do ambiente, de auxílio de maneira geral, é nível médio e capacitação específica.

Os educadores/cuidadores têm auxiliares, que os apoiam em suas funções e realizam as atividades de cuidado com a moradia: limpeza, organização, preparação de alimentos, etc. O auxiliar deve ter nível fundamental e capacitação específica. Assim como os educadores, revezam em turnos e o número de auxiliares pode variar de acordo com a unidade.

Além desses profissionais, que estão especificados nas orientações técnicas (BRASIL/CONANDA/CNAS, 2009), há ainda uma pessoa que trabalha realizando atividades administrativas, relacionadas ao financeiro, logística, etc.

Processo participativo – 1º Encontro

Durante o processo de aproximação com os órgãos e entidades envolvidas com os serviços de acolhimento, surgiu a possibilidade de participar das reuniões mensais da comissão de abrigos, como comentado anteriormente. Esse envolvimento criou um espaço para o diálogo com a gestão e os coordenadores das unidades.

Uma vez definido como poderia se dar o processo participativo neste projeto, foi apresentada a proposta para a coordenadora da comissão, Maria José Geremias, que prontamente aceitou a ideia e disponibilizou uma das reuniões do grupo para o desenvolvimento das atividades, que serão comentadas a seguir.

Fizeram parte do processo participativo, portanto: a equipe de gestão dos serviços (PSEAC) e coordenadores de unidades de acolhimento (Figura .20). Optou-se eticamente por não envolver crianças e adolescentes neste processo, devido à fragilidade emocional imposta pela situação de abrigo. Não seria a intenção criar qualquer tipo de expectativa ou estimular sonhos em relação a um lugar fruto de uma medida excepcional e que deve ser provisória em suas vidas.



.20

Grupo que participou do 1º Encontro (17/08/2016). Legenda de nomes começando na esquerda de pé.

FOTO: Laísa Cordeiro.

Karina Negreiro de Souza – Assistente social no Corsini
Mariza Abraão Martins – Coordenadora técnica do Convívio Aparecida Unidade I
Julio César Vieira Guimarães – Coordenador técnico do abrigo municipal (CMPCA)
Juliana Dias Barbosa – Coordenadora do Apadrinhamento afetivo
Josane Rossi Lazaretti – Coordenadora técnica do Lar da Criança Feliz
Maria José Geremias – Coordenadora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (SMCAIS)
William Mazolini – Assessor na Proteção Social Especial de Alta Complexidade (SMCAIS)
Kleber Pereira – Coordenador técnico da Aldeias Infantis
Vera Regina Almeida – Assessora na Proteção Social Especial de Alta Complexidade (SMCAIS)
Tais Herig – Autora deste projeto
Adriana Lima de Oliveira – Coordenadora técnica das casas-lares da Cidade dos Menores de Campinas
Erika Pereira – Coordenadora técnica da Família acolhedora CONVIVER
Joana Campoy – Coordenadora técnica da Família acolhedora CONVIVER (não está na foto)
Jaqueline Mônica da Silva Francelino – Coordenadora técnica do Lar Nosso Sonho (não está na foto)
Débora Quirino dos Santos – Coordenadora técnica das casas-lares da UNIASEC (não está na foto)

.21

Etapas da Atividade 1.

FOTOS: Laísa Cordeiro.



Atividade 1 – Verbos, ambientes

Dada a semelhança existente entre o abrigo e a residência unifamiliar, a proposta da primeira atividade com o grupo foi iniciar a discussão desconstruindo essa ideia, buscando evidenciar as diferenças que tornam o abrigo diferente de outra moradia.

A instrução foi que escrevessem em cada tira de papel um verbo, que expressasse uma atividade que era realizada no abrigo (Figura .21/A). Os papéis foram sendo colocados no chão para que todos vissem o que estava sendo escrito e não repetissem palavras.

Quando as ideias pareciam esgotadas, foi dada a instrução de agrupar as atividades em ambientes (Figura .21/B). Inicialmente apareceram alguns, mas poucos diante do que sabe-se que é necessário em um abrigo. Foi feito então o processo inverso: pensar quais ambientes existem em um abrigo e que não foram representados, e então especificar as atividades que são realizadas em cada um deles. Em alguns momentos houve discussão para esclarecer se determinadas atividades seriam na verdade ambientes e o contrário também, se ambientes poderiam ser apenas atividades.

Foi dada ainda, a opção de conectar ambientes, com o auxílio de barbante, para demonstrar obrigatoriedade de proximidade ou para separá-los, demonstrando necessidade de afastamento (Figura .21/C).

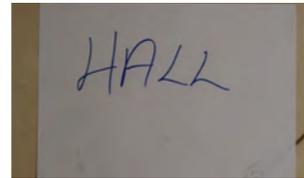
Aconteceram algumas discussões interessantes durante o processo, evidenciando a divergência de opiniões no grupo. As principais questões que surgiram diziam respeito à mistura das atividades que envolvem a moradia e a parte administrativa. Concordeu-se que os espaços devem ser tratados separadamente e por isso foram separados por uma barreira (Figura .21/D).

As Figuras .22 e .23 mostram o resultado da atividade, indicando os ambientes, as atividades associadas a eles e as conexões/barreiras feitas com o barbante.

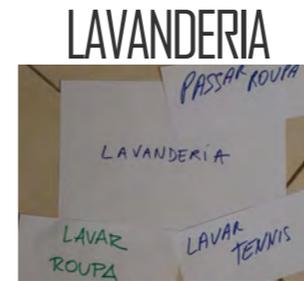
Os demais pontos que surgiram durante a discussão aparecem a seguir nas necessidades e metas.



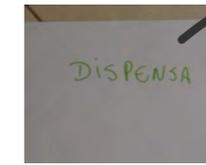
BANHEIRO



HALL



LAVANDERIA



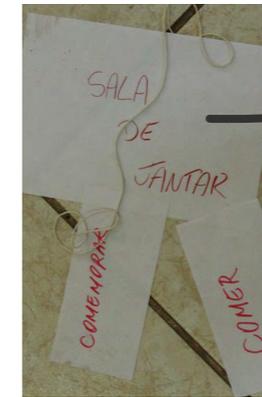
DISPENZA



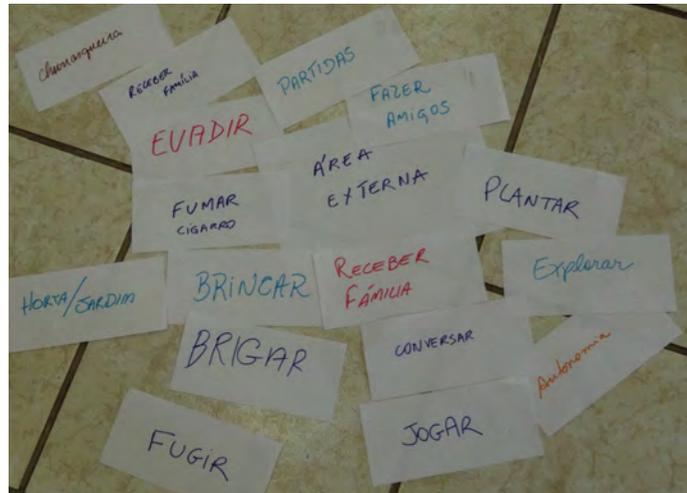
COZINHA



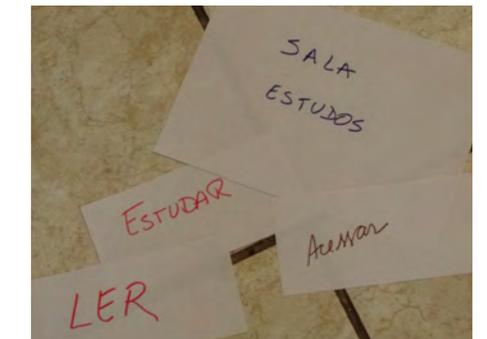
QUARTO



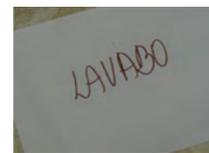
SALA DE JANTAR



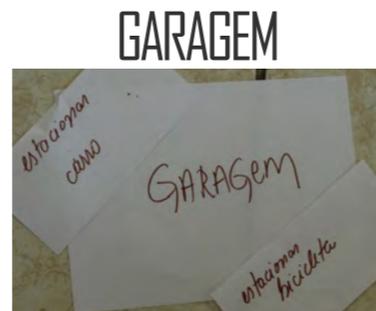
ÁREA EXTERNA



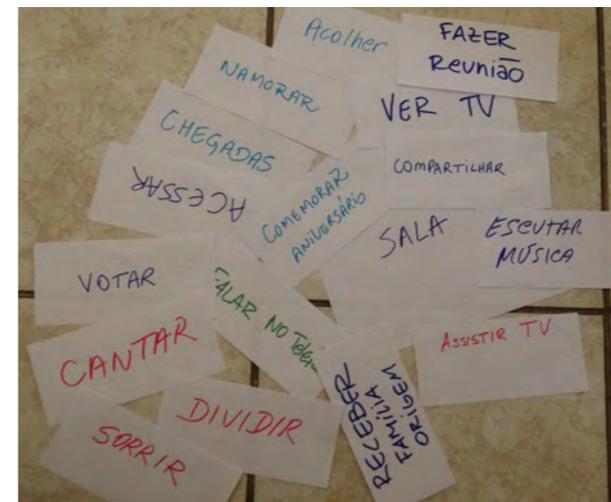
SALA DE ESTUDOS



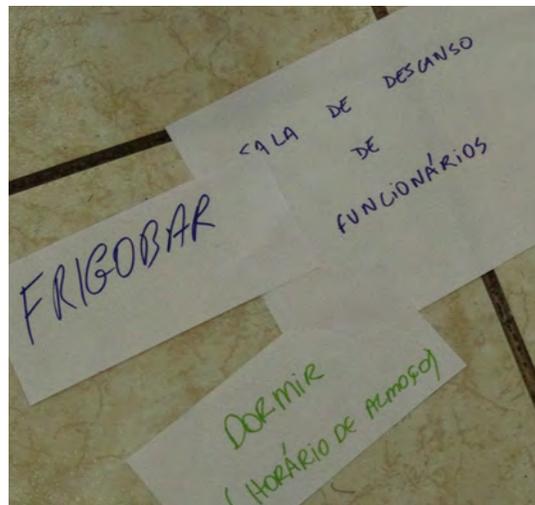
LAVABO



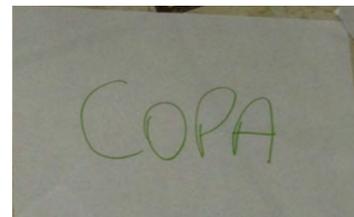
GARAGEM



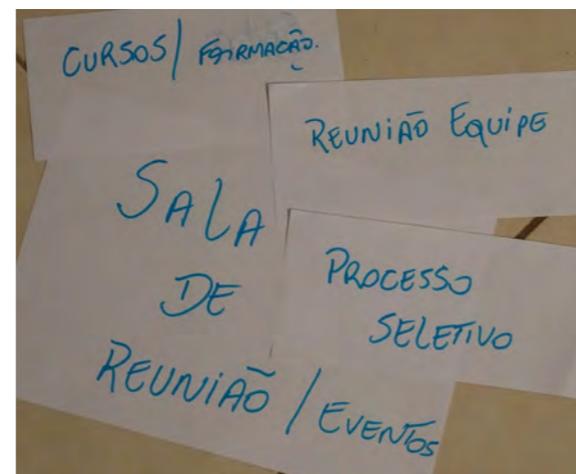
SALA



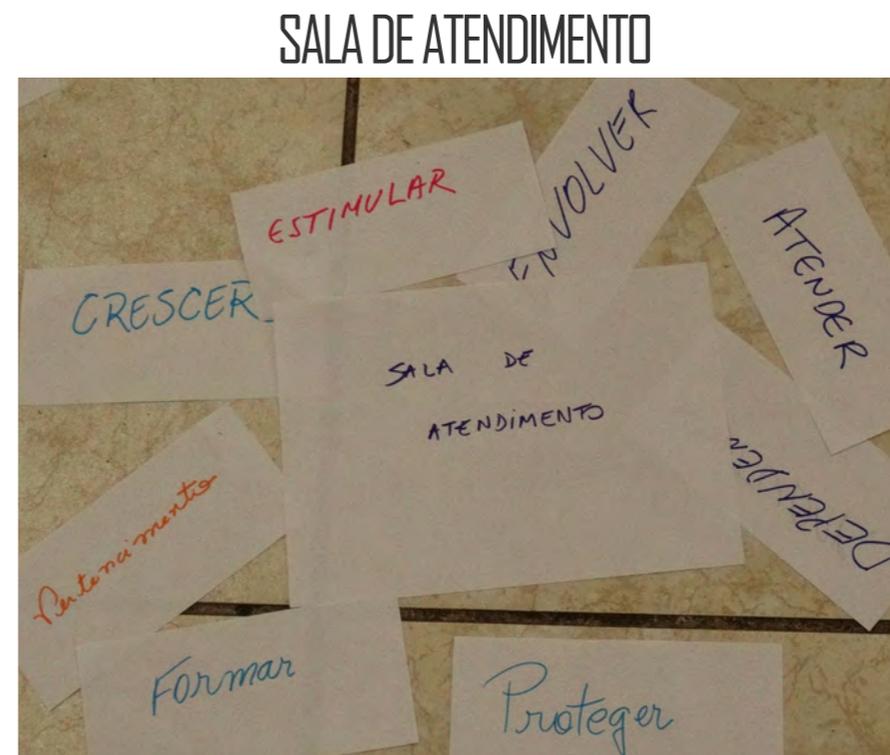
SALA DE DESCANSO



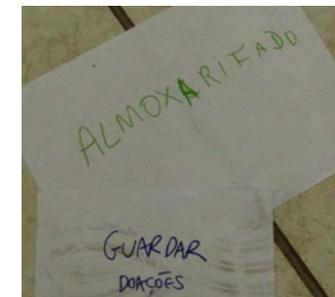
COPA



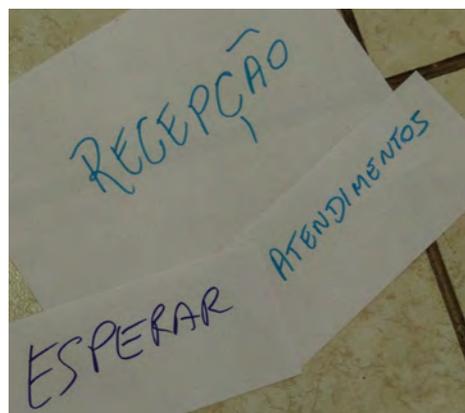
SALA DE REUNIÃO / EVENTOS



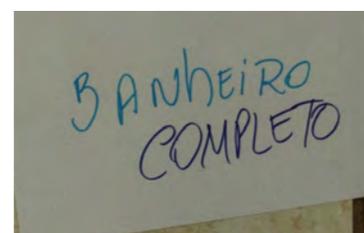
SALA DE ATENDIMENTO



ALMOXARIFADO

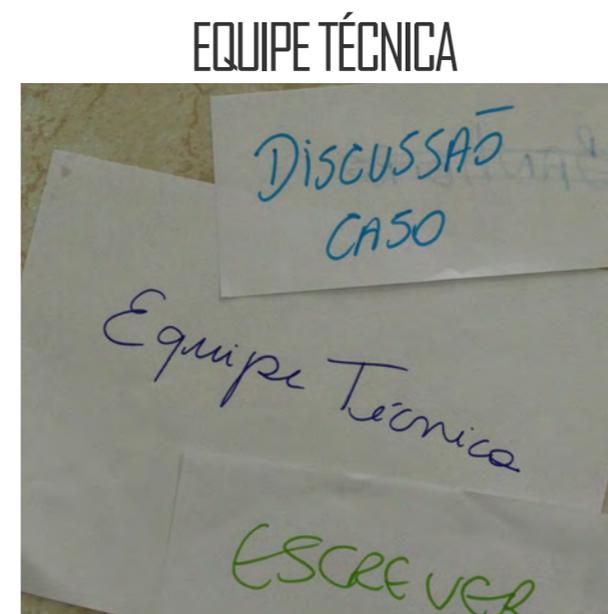
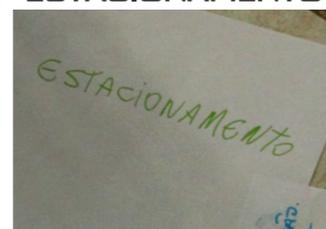


RECEPÇÃO



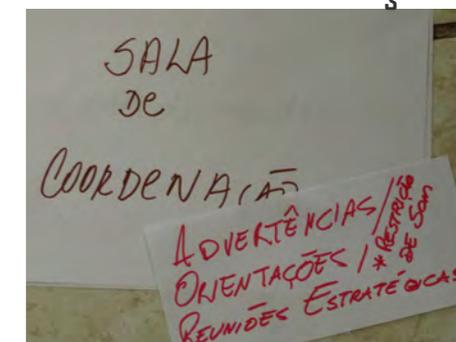
BANHEIRO

ESTACIONAMENTO



EQUIPE TÉCNICA

SALA DE COORDENAÇÃO





Atividade 2 – Necessidades e Sonhos

Esta atividade procurou estimular individualmente os participantes a expressarem o que acreditam ser necessário para um abrigo e aquilo que julgam como sonho, e que, portanto, seria interessante se pudesse existir, mas que não é necessário para o bom funcionamento do serviço.

Cada pessoa escreveu ao menos um item para cada uma das 3 categorias²⁹: azul – algo necessário e que já tem em seu abrigo; rosa – algo necessário e que não tem em seu abrigo; amarelo – um sonho.

Colocados os papéis coloridos, foi feita uma discussão sobre cada ponto levantado para organização na prancha síntese (ver Figura .25).

29. Ainda que não tenha atrapalhado o resultado da atividade, não foi interessante subdividir o item "NECESSÁRIO" em duas categorias, pois não agregou valor para a discussão.

.24

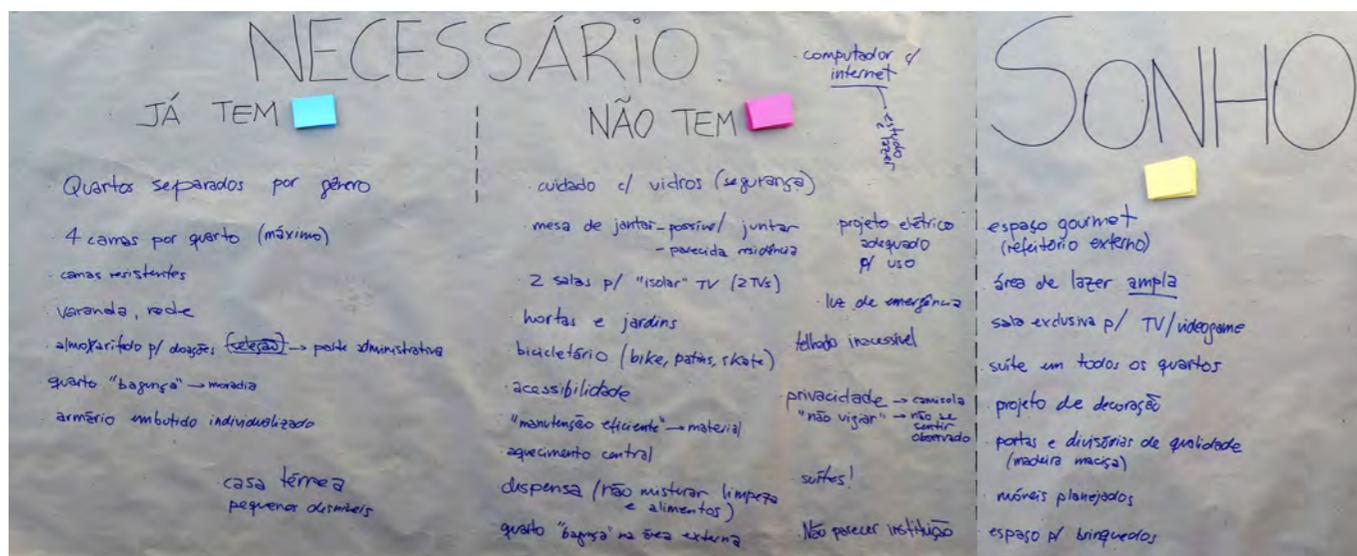
Atividade 2, na etapa de discussão dos itens escritos por cada um.

FOTO: Laís Cordeiro.

.25

Resultado da Atividade 2 – prancha síntese elaborada durante a discussão de cada um dos itens.

FOTO: Taís Herig.



Programa de necessidades – Ambientes

As atividades realizadas com a comissão de abrigos em conjunto com as orientações técnicas (BRASIL/CONANDA/CNAS, 2009) e com o trabalho de aproximação com o tema deram subsídio para a elaboração da síntese do programa de necessidades (Tabela .26).

.26

Síntese do programa de necessidades de um abrigo, construído a partir das orientações técnicas e do processo participativo.

A proposta foi reunir as informações relativas a cada ambiente para facilitar a etapa de desenho do projeto, fornecendo as atividades que devem ser previstas, as obrigatoriedades normativas, as necessidades e observações apontadas pela comissão, a capacidade que deve ser suportada e quem utilizará o espaço.

MORADIA

AMBIENTE	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO ORIENTAÇÕES TÉCNICAS <small>FONTE: BRASIL/CONANDA/CNAS (2009).</small>	CONSIDERAÇÕES (PROCESSO PARTICIPATIVO)	CAPACIDADE	ÁREA APROX. (m ²)
Quarto	dormir, guardar pertences pessoais, trocar-se, refletir, acolher, interagir, brigar, chorar, quebrar, não vigiar, rir, ter privacidade, destruir, amar, limpar, brincar	<ul style="list-style-type: none"> - Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). - Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade. - Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante. 	quartos separados por gênero; máximo de 4 camas por quarto, sem camas extras; camas resistentes; armário embutido individualizado; explorar a privacidade, não utilizar beliche	4 pessoas TOTAL 5 (suítes)	26
Banheiro	tomar banho, fazer higiene pessoal geral, maquiagem, desenvolver, silenciar	<ul style="list-style-type: none"> - Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes. - Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência. 	preferência por suítes	1 pessoa TOTAL 5 (suítes) + 1 (acessível)	4,7-6
Sala de Estar ou similar	conversar, jogar, sorrir, dividir, receber família, falar no telefone, escutar música, compartilhar, assistir TV, acolher, comemorar aniversário, fazer reunião, acessar, cantar, votar, chegar, namorar	<ul style="list-style-type: none"> - Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. - Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m² - Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m² 	sonho: sala exclusiva para televisão / videogame; espaço para brinquedos	24 pessoas TOTAL 2 salas	32
Sala de Estudo	acessar, ler, estudar, realizar atividades em silêncio	<ul style="list-style-type: none"> - Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura 	prever computador com internet (estudo e lazer)	8 pessoas	20

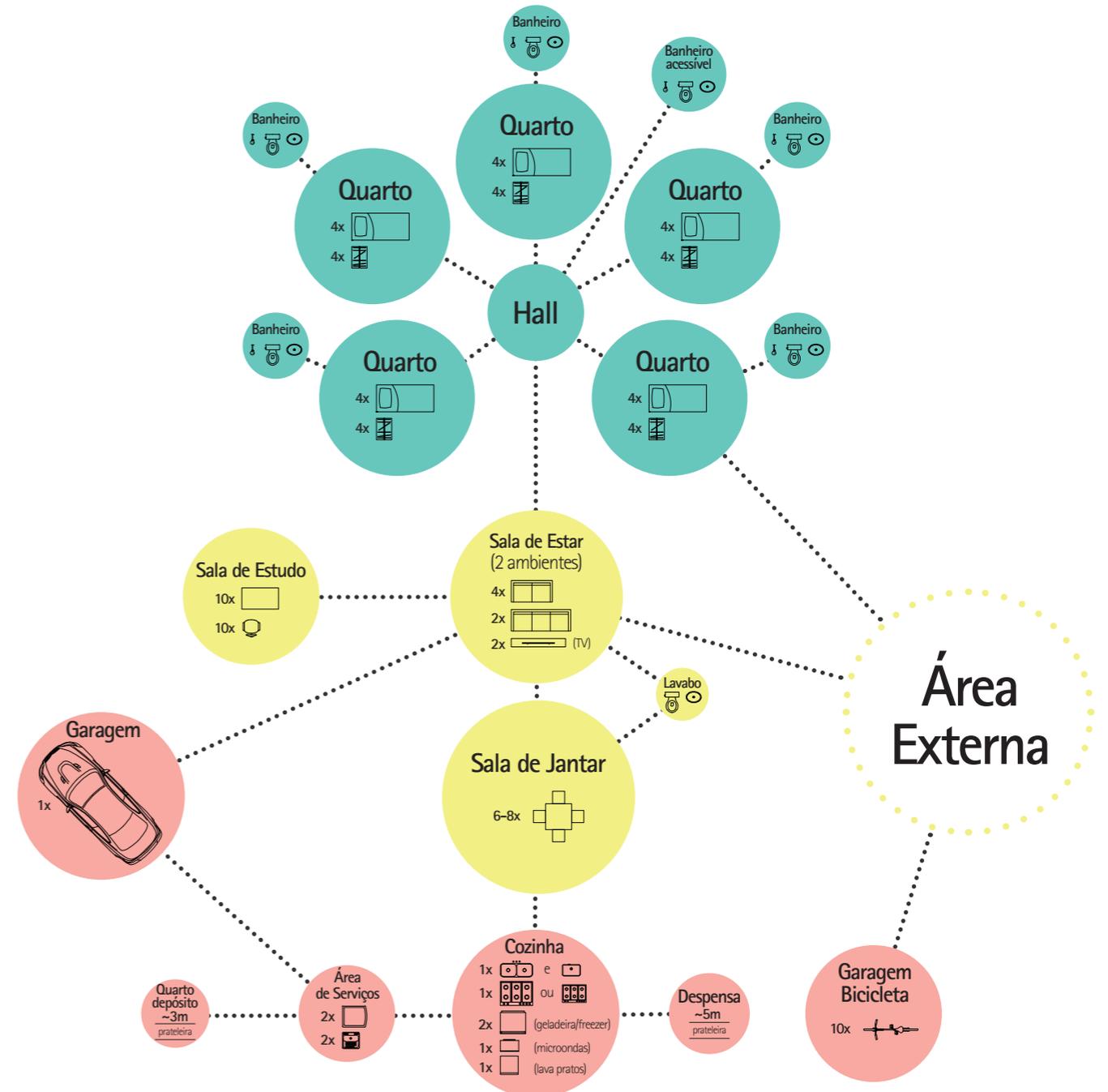
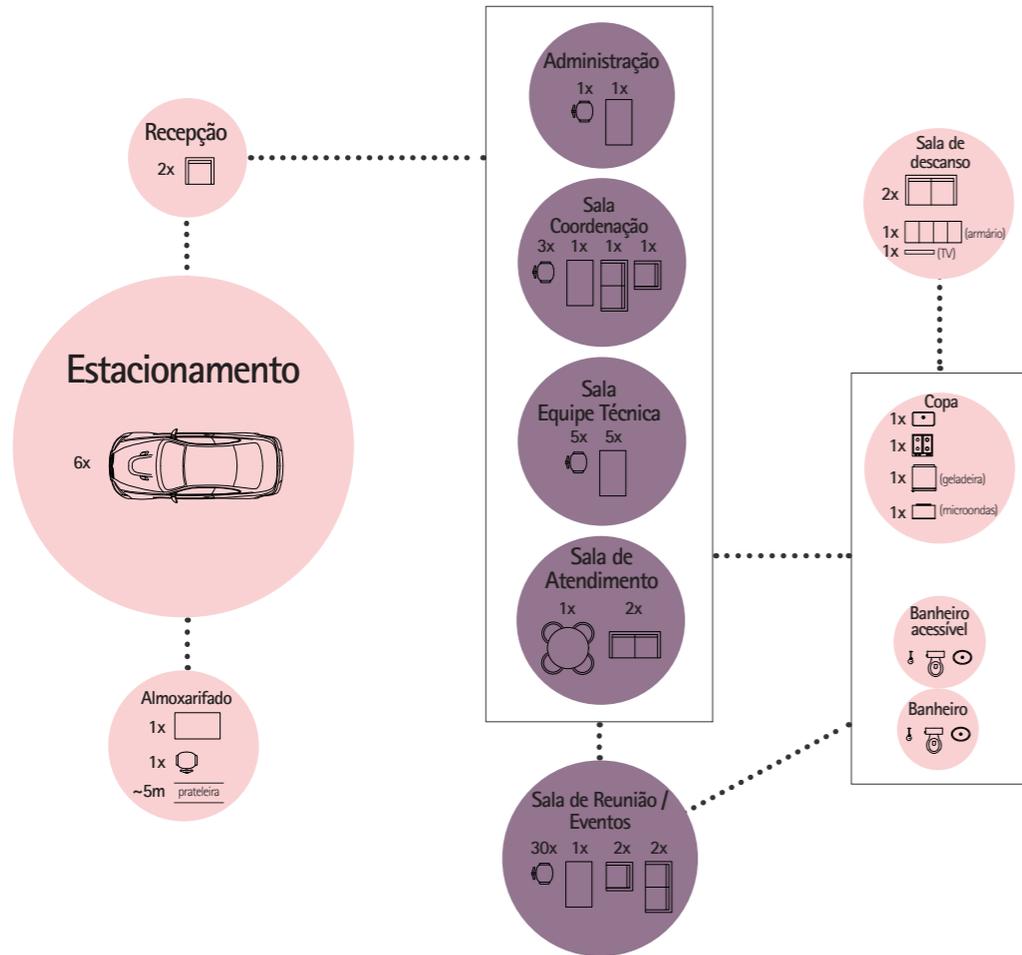
Sala de Jantar	comer, comemorar	- Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. - Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha). - Metragem sugerida: 1,00 m ² para cada ocupante.	mesas que possam ser agrupadas; buscar semelhança com ambiente familiar e não com refeitório; conexão com a cozinha	24 pessoas	40
Cozinha	preparar as refeições, armazenar louças, higienizar louças, armazenar e refrigerar alimentos, desenvolver autonomia, conhecer, descobrir, comer, participar, cozinhar, conversar	- Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.	cozinha comum, não industrial; limitar acesso de crianças pequenas; conexão com a Sala de Jantar e com a Despensa	5 pessoas	30
Despensa	armazenar alimentos	-	conexão com a cozinha; não armazenar produtos de limpeza	1 pessoa	7
Hall	conectar quartos, promover privacidade	-	-	-	-
Lavabo	lavar as mãos, utilizar a bacia sanitária	-	-	1 pessoa	3
Área de Serviços	guardar produtos de limpeza, lavar roupa, passar roupa, lavar tênis, desenvolver autonomia relacionada aos serviços	- Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.	-	3 pessoas	10
Quarto Depósito	guardar equipamentos, ferramentas, materiais, etc.	-	possibilitar organização, evitar bagunça no restante da moradia	1 pessoa	5
Garagem	estacionar carro, guardar bicicleta, patins, skate	-	-	1 carro 10 bicicletas	30
Área externa (varanda, quintal, jardim)	plantar, brincar, jogar, fazer amigos, explorar, ter autonomia, receber família, conversar, fumar cigarro, evadir, fugir, fazer churrasco, brigar, despedir-se	- Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. - Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. - Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.	horta, jardim, varanda, rede sonho: espaço gourmet (área para refeição); área de lazer ampla	32 pessoas	-

AMBIENTE	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO ORIENTAÇÕES TÉCNICAS <small>FONTE: BRASIL/CONANDA/CNAS (2009).</small>	CONSIDERAÇÕES <small>(PROCESSO PARTICIPATIVO)</small>	CAPACIDADE	ÁREA APROX. <small>(m²)</small>
Sala da Equipe Técnica	discutir caso, escrever, elaborar relatórios, fazer reuniões, guardar pertences	- Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc) - Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.	-	5 pessoas	20
Sala de Atendimento	atender famílias, estimular, proteger, formar, atender acolhidos, crescer, envolver	-	-	6 pessoas	20
Sala da Coordenação	advertir, orientar, fazer reuniões estratégicas	- Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). - Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. - Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.	deve ter isolamento acústico	1 pessoa + reuniões	20
Administração	realizar atividades administrativas	- Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.	-	1 pessoa	15
Sala de Reunião / Eventos	fazer reunião de equipe, realizar cursos/formação, processo seletivo	- Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.	-	30 pessoas	50
Sala de descanso	descansar, guardar pertences, recolher-se, dormir (horário de almoço)	-	-	4 pessoas	15
Copa	armazenar alimentos, comer, conversar, tomar café	-	ter um frigobar	6 pessoas	15
Recepção	esperar, receber, atender	-	não existe um funcionário para ficar na recepção	2 pessoas	10
Banheiro	tomar banho, fazer higiene pessoal geral	- 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários. - Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.	banheiro completo	1 pessoa TOTAL 1 + 1 (acessível)	4,7-6
Almoxarifado	guardar doações	-	-	2 pessoa	15
Estacionamento	estacionar carros	-	-	6 carros	82

Diagrama de áreas, relacionamentos e setorização

O diagrama da Figura .27 organiza o programa de necessidades graficamente de acordo com a área aproximada dos ambientes, a setorização e os relacionamentos. Da mesma maneira como foi apresentado anteriormente, o diagrama separa o programa em Administração e Moradia. A área é representada pela escala dos elementos redondos; a setorização se dá através das cores; e os relacionamentos são indicados pelas conexões.

.27
Diagrama de áreas, setorização e relacionamentos.



ADMINISTRAÇÃO

- desenvolvimento
- serviço
- ⋯ relacionamento
- grupo relacional

MORADIA

- íntimo
- social
- social (sem área definida)
- ⋯ relacionamento

Programa de necessidades – Temas

Além das necessidades e sonhos que foram apontados no programa de acordo com cada ambiente, existem ainda alguns pontos importantes que serão destacados a seguir de acordo com temas específicos.

Fachada

INSTALAÇÕES

COBERTURA

número de pavimentos

TERRENO

Acessibilidade

Materiais

PRIVACIDADE

As fachadas do abrigo devem reforçar seu caráter residencial em detrimento do institucional. Devem dialogar com o entorno habitacional, trazendo elementos para aproximá-lo tipologicamente das residências.

O terreno escolhido para a implantação do abrigo deve ter tamanho suficiente para suportar todo o programa de necessidades, considerando sua separação em moradia e administração (entradas independentes), e reservando espaço para a área externa não edificada. Terrenos com duas frentes são interessantes por facilitar a separação. São desejáveis terrenos em ruas não muito movimentadas. Caso não seja possível resolver todo o programa em um só terreno, deve-se considerar dividir o abrigo em dois terrenos próximos, separando moradia e administração. Faz-se necessário avaliar a declividade do terreno para garantir que as necessidades serão atendidas.

Dentre as instalações previstas para o abrigo, vale ressaltar a importância de haver um projeto elétrico calculado para suprir adequadamente a demanda. Deve haver luzes de emergência nos pontos estratégicos das edificações. O aquecimento deve ser preferencialmente central (solar e/ou a gás) para evitar problemas com chuveiros elétricos. Pontos para instalação de internet devem ser previstos - na administração e na sala de estudos da moradia.

O projeto da cobertura da moradia deve tentar minimizar a criação de locais que facilitem o acesso à cobertura, para dificultar a subida de crianças e adolescentes se aventurando.

Todo o programa do abrigo deve ser resolvido em edificação térrea. Pequenos desníveis são possíveis, desde que a acessibilidade seja garantida. Essa diretriz tem como fundamento: facilitar a acessibilidade e a segurança; facilitar o trabalho dos cuidadores, que devem gerenciar um número considerável de crianças.

A acessibilidade deve ser prezada em todo o projeto do abrigo para permitir o acolhimento de crianças e adolescentes com mobilidade reduzida, bem como funcionários. Uma vez que os ambientes previstos no programa de necessidades seguem o desenho universal, não há impossibilidade de se criar espaços adicionais que por princípio são inacessíveis.

Os materiais escolhidos para a edificação e o mobiliário devem ser de boa qualidade, resistentes ao uso intenso e de fácil manutenção. O uso de vidro na moradia deve ser feito com cautela para aumentar a segurança, uma vez que a ocorrência de episódios que levam à quebra de vidros é recorrente.

O projeto do abrigo deve considerar a privacidade como elemento estruturante e organizador. O conceito que fundamenta esse olhar deve ser o "não vigiar". As crianças e adolescentes devem ser cuidados, não vigiados.

2.3

Estudo de diretrizes

“O campo projetivo arquitetônico situa-se numa área intermediária entre ciência e arte, tendo que responder a questões não perfeitamente definidas e permitindo múltiplas abordagens.”

Doris Kowaltowski et al, 2006

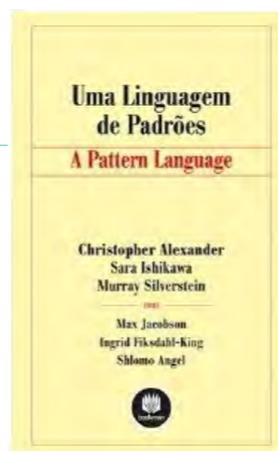
A decisão de dedicar este trabalho ao estudo de diretrizes projetuais se deu em resposta à demanda apontada pela gestão da PSEAC de Campinas, que gostaria de ter um projeto modelo que pudesse ser replicado em terrenos que porventura a prefeitura ou as entidades viessem a adquirir.

Nesse contexto, partindo do princípio que o projeto modelo não consegue dialogar com as particularidades impostas pelo terreno, entendeu-se que um conjunto de diretrizes poderia ser uma ferramenta importante para auxiliar no processo de projeto, facilitando e agilizando o trabalho de futuros projetistas de abrigo, sem rejeitar o lugar. Essa solução prioriza a apropriação do terreno a partir de um olhar sensível para questões relevantes no sentido de projetar um abrigo que preze pelo cuidado, entendido em suas diferentes escalas.

As diretrizes projetuais serão consolidadas em uma linguagem de padrões construída a partir do modelo proposto por Christopher Alexander (2013[1977]), no livro *Pattern Language*.

Por linguagem, entende-se um meio sistemático de comunicar ideias/sentimentos através de símbolos conhecidos. E padrão remete à ideia de modelo, de esquema, de algo que se repete. A proposta da linguagem de padrões desenvolvida por Alexander é descrever problemas que ocorrem repetidas vezes e o ponto central de sua solução - padrões - para que possam ser utilizados na resolução de diferentes casos, sem a repetição da mesma solução.

Neste trabalho, cada padrão descreve uma situação, que pode aparecer



1

ALEXANDER

padrões oriundos da Linguagem de Padrões do Alexander, sem alterações

2

ADAPTADO

padrões adaptados da Linguagem de Padrões do Alexander

3

NOVO

padrões novos, criados especificamente para responder a demandas do abrigo

no processo de projeto de qualquer abrigo, e o ponto central para a solução. Assim, cada padrão pode ser utilizado para solucionar as questões recorrentes nos diferentes projetos, funcionando como parâmetros para o processo. A linguagem se preocupa em englobar questões relativas às necessidades apontadas durante a etapa de mapeamento do problema, aspectos mais técnicos relacionados ao conforto ambiental e soluções específicas mais sensíveis, que priorizam o cuidado a partir da privacidade, da individualidade conseguida através do espaço.

A linguagem é, para este trabalho, a maneira de sistematizar o conhecimento adquirido durante seu desenvolvimento, no sentido de alimentar o processo criativo dos projetistas de abrigo, nutrindo-os de reflexões extremamente relevantes para o projeto de ambientes acolhedores. O intuito não é cercear o processo de projeto, pelo contrário, a linguagem tem um caráter propositivo e deve facilitar a identificação de soluções humanizadoras, alcançando através da intrínseca relação homem-ambiente a resposta tão almejada para o cuidado.

Tipos de padrão

Os padrões que compõem a linguagem proposta neste trabalho foram desenvolvidos de três maneiras distintas. Inicialmente foram selecionados os padrões da linguagem proposta por Alexander que são aplicáveis para abrigo. Dentre esses padrões, alguns puderam ser utilizados sem alterações e foram classificados como padrão tipo 1. Outros passaram por adaptações - padrão tipo 2. E o terceiro tipo de padrão classifica aqueles que são completamente novos, criados especificamente para abrigo, neste trabalho.

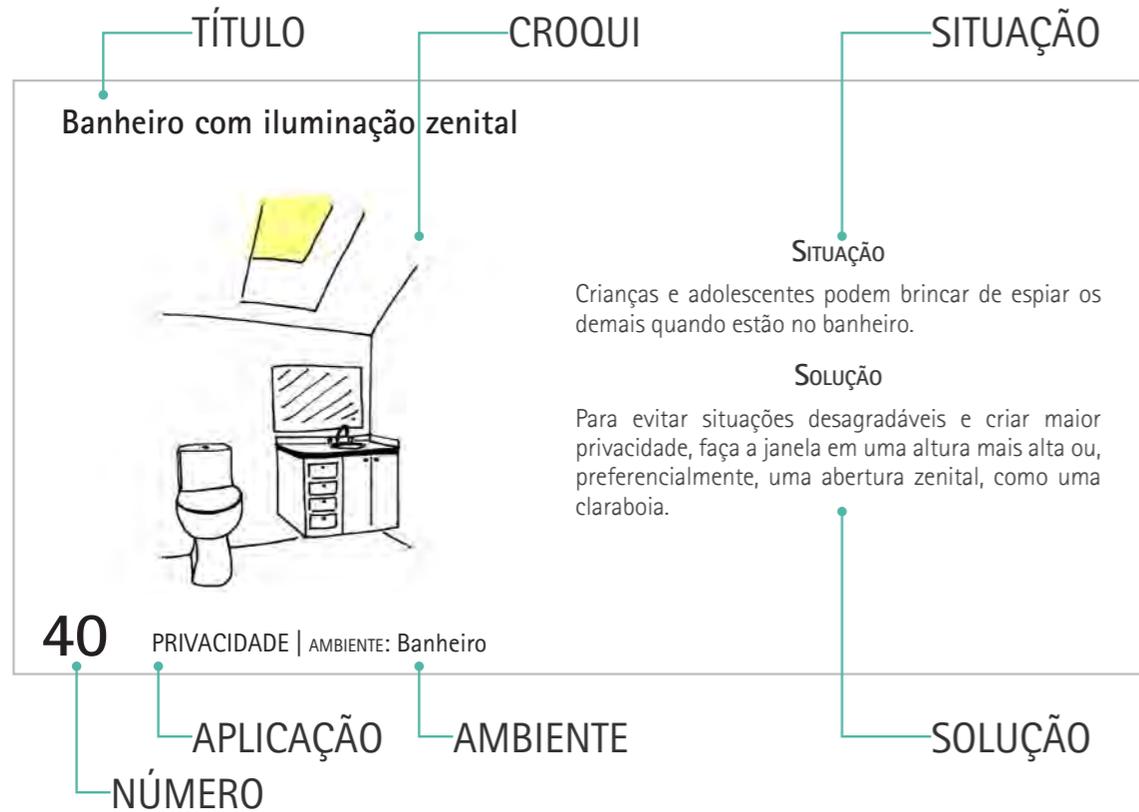
Estrutura da linguagem

Cada padrão da Linguagem para abrigos segue a estrutura apresentada na Figura .28 abaixo. O formato surgiu da simplificação do modelo apresentado por Alexander, com o intuito de manter apenas os pontos essenciais para a compreensão do padrão.

O título apresenta a essência do padrão e quando ele for do tipo 1 ou 2, há a indicação do número do padrão de Alexander que o deu origem; Um croqui³⁰ representa a ideia; O número o localiza na linguagem; A aplicação indica a finalidade de seu uso, de acordo com a lista ao lado; Para os padrões destinados ao uso específico em algum ambiente do abrigo, ele é também indicado; E por fim, são descritas a situação e solução.

No total, a linguagem desenvolvida nesta etapa resultou em 62 padrões, dos quais 23 são do tipo 1, 17 são do tipo 2 e 22 são do tipo 3. O croqui que representa cada um dos padrões pode ser encontrado na Figura .30, e os padrões completos estão organizados no capítulo 2.5.

- ACESSIBILIDADE
- CONFORTO
- CONVÍVIO
- DECORAÇÃO
- DIVERSÃO
- IMPLANTAÇÃO
- INSTALAÇÃO
- MOBILIÁRIO
- MOBILIDADE
- NATUREZA
- ORIENTAÇÃO
- PEDAGOGIA
- PRIVACIDADE
- RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR
- SEGURANÇA
- USABILIDADE



30. Os croquis dos padrões de tipo 1 e 2 foram redesenhados a partir do livro da Linguagem de Padrões em sua maioria. Alguns desses, porém, foram modificados para expressar melhor a ideia desejada. Os croquis do tipo 3 foram todos elaboração própria.

Configuração da cozinha
(padrão de Alexander #184)

SITUAÇÃO
Cozinhar se torna uma tarefa desconfortável se a bancada da cozinha for curta demais ou longa demais.

SOLUÇÃO
Para alcançar o equilíbrio entre uma cozinha pequena demais e uma cozinha dispersa demais, posicione o fogão, a pia, os armários e as bancadas de trabalho de maneira que:
1. Nenhum desses elementos fique a mais de 3m um do outro;
2. O comprimento total da bancada - excluindo-se a pia, o fogão e a geladeira - seja de pelo menos 3,7m;
3. Nenhuma seção da bancada tenha menos de 1,2m de comprimento.
Não é necessário que a bancada seja contínua ou totalmente contra as paredes - ela pode ser composta de áreas de trabalho soltas no centro da cozinha. Apenas as três relações funcionais descritas anteriormente são cruciais.

59 USABILIDADE | AMBIENTE: cozinha

Espaço pessoal para o adolescente
(adaptação do padrão de Alexander #141 e #154)

SITUAÇÃO
Ninguém consegue ser íntimo das outras pessoas se também não tiver oportunidades frequentes de estar sozinho. Se o lugar do adolescente na casa não reflete sua necessidade de certo nível de independência, ele sempre estará em conflito com sua família.

SOLUÇÃO
Expresse de maneira física o caminho do adolescente rumo à independência. Uma boa solução é criar um nicho com uma escrivaninha, prateleiras, no próprio quarto.

42 PRIVACIDADE | AMBIENTE: quarto

Casa na árvore

SITUAÇÃO
Subir em árvore é uma atividade que deveria ser mais explorada. Além de incentivar o contato com a natureza, estimula a criatividade, desafia.

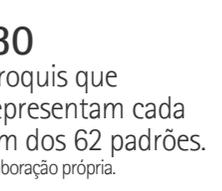
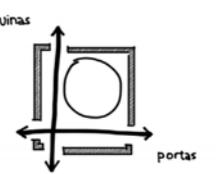
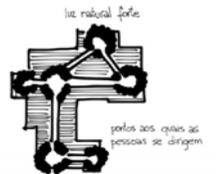
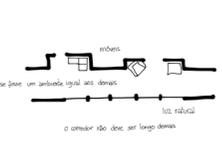
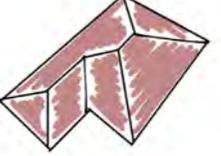
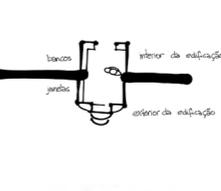
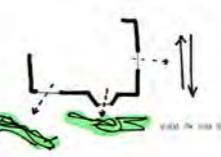
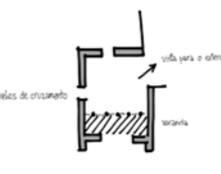
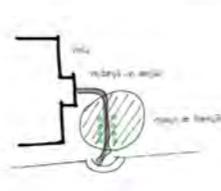
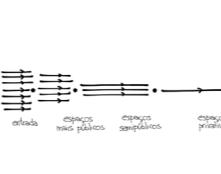
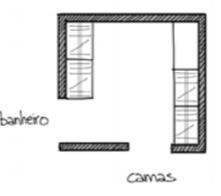
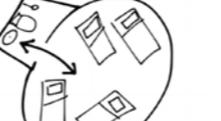
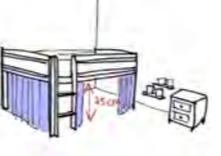
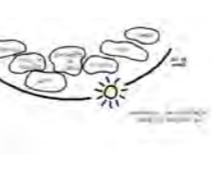
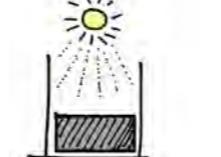
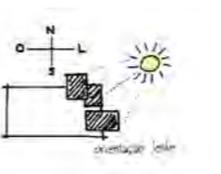
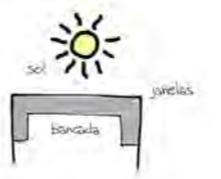
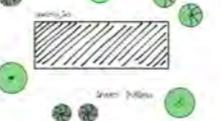
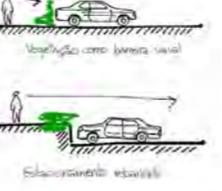
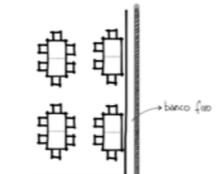
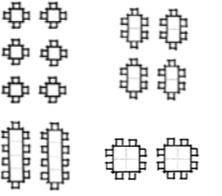
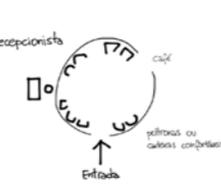
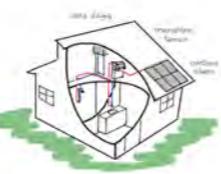
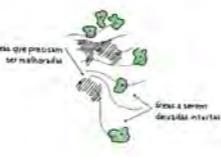
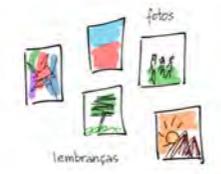
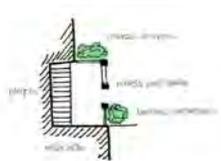
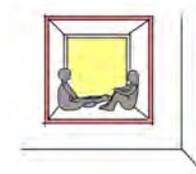
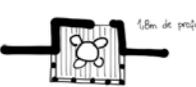
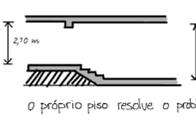
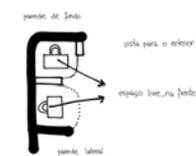
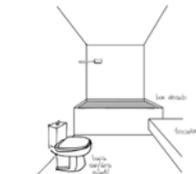
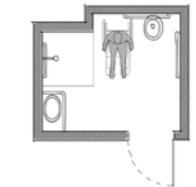
SOLUÇÃO
Explore árvores grandes existentes no terreno criando ambientes elevados que estimulem o imaginário das crianças e adolescentes. Se não existirem, planeje um local para cultivar árvores onde futuramente possa ser instalada uma "casa". Estruture a "casa" no próprio chão, caso o porte das árvores não sustente a plataforma sozinho. A proposta é criar um ambiente elevado em meio às árvores!

16 DIVERSÃO, NATUREZA
AMBIENTE: área externa

.29
Modelo estrutural de um padrão da linguagem para abrigos.
Elaboração própria.

.28
Modelo estrutural de um padrão da linguagem para abrigos.
Elaboração própria.

A Figura .29 exemplifica os tipos de padrão: o 59 é do tipo 1, oriundo do padrão 184 de Alexander; o 42 é do tipo 2, uma adaptação dos padrões 141 e 154 de Alexander; e o 16 é do tipo 3, criado para esta linguagem para abrigos.



.30 Croquis que representam cada um dos 62 padrões. Elaboração própria.

Processo participativo – 2º Encontro

O primeiro encontro participativo teve como proposta trabalhar a etapa de mapeamento do problema, como discutido anteriormente. E o segundo encontro teve como objetivo dar continuidade ao processo, envolvendo a comissão de abrigos no estudo de diretrizes e na discussão da linguagem de padrões desenvolvida.

Deste encontro participaram um representante da gestão da PSEAC, o coordenador do abrigo municipal e um coordenador e uma psicóloga da Aldeias infantis, uma ONG oferece acolhimento na modalidade casa-lar (Figura .31).

Apesar do *quorum* ter sido reduzido em relação ao encontro anterior, as discussões que surgiram durante as atividades foram bem importantes para a continuidade deste trabalho.



William Mazolini – Assessor na Proteção Social Especial de Alta Complexidade (SMCAIS)
Antônio Carlos Pinheiro de Paiva – Coordenador técnico da Aldeias Infantis
Taís Herig – Autora deste projeto
Julio César Vieira Guimarães – Coordenador técnico do abrigo municipal (CMPCA)
Cintia Cristina – Psicóloga da Aldeias Infantis (não está na foto)

Atividade 1 – Ambientes no terreno

Esta atividade funcionou como ponte para conectar a discussão do primeiro encontro com a atual etapa propositiva. A discussão foi retomada através da proposta de organizar os ambientes do programa de necessidades em um terreno real.

.31

Grupo que participou do 2º Encontro (08/09/2016). Legenda de nomes começando na esquerda.

Foto: Yasmin Pinheiro.

31.Foi interessante trabalhar com a lousa magnética para facilitar a distribuição dos ambientes, que eram ímãs. Além disso, a lousa também possibilitou que alguns desenhos fossem feitos como ferramenta para os participantes expressarem suas ideias.

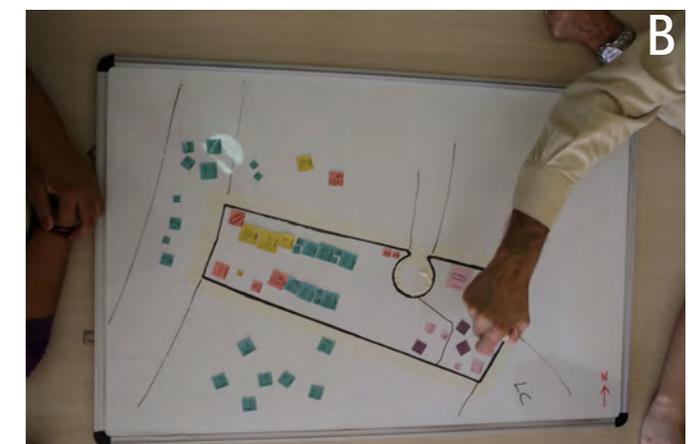
Para realizar a atividade, o grupo recebeu o desenho do terreno em escala (1:200), desenhado em uma lousa magnética³¹. Com o auxílio de uma foto aérea, o entorno foi apresentado, para que as relações com os vizinhos pudesse ser compreendida. Os ambientes foram representados em escala, no formato quadrado, com o desenho dos móveis previstos para sua configuração e coloridos de acordo com a setorização. Para alguns ambientes foram apresentadas mais de uma alternativa de tamanho de área, para que o grupo pudesse escolher qual usar, dentre eles: quarto, sala de estar e cozinha.

Os participantes foram convidados a organizar os ambientes no terreno, estabelecendo as relações que acham convenientes. A Figura .32 ilustra a sequência de configurações apresentadas, desde a explicação inicial da atividade (Figura .32/A), passando pelas diferentes discussões (Figura .32/B,C e D).

.32

Desenvolvimento da Atividade 1.

Fotos: Yasmin Pinheiro.



A dinâmica foi importante para validar o programa de necessidades, apontando as melhores alternativas para os ambientes com mais de uma configuração e corrigindo proporções equivocadas.

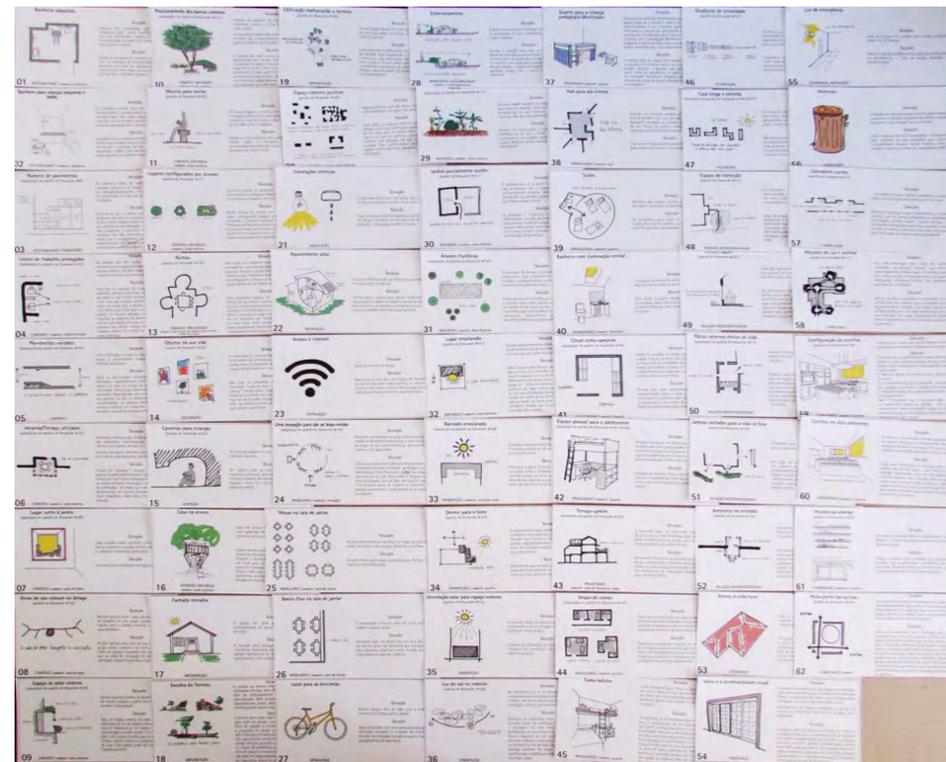
As reflexões trocadas durante esse processo foram de grande valor para compreender a leitura do terreno em relação à distribuição do programa, do ponto de vista dos participantes. Foi interessante para observar também a disposição dos ambientes e seus relacionamentos, dessa vez com as limitações impostas pelo terreno.

A atividade também tinha como proposta provocar os participantes a refletirem sobre a orientação solar e suas implicações, criando mais variáveis para tornar a resolução do problema ainda mais complexa.

E o intuito de provocar essas reflexões também era preparar os participantes para a atividade 2, que discutirá os padrões.

Atividade 2 – Relevância dos padrões

Esta atividade tinha o objetivo de apresentar a linguagem de padrões. E, além de tomarem conhecimento, a proposta era que julgassem o grau de importância de cada padrão, a partir do olhar de um personagem: gestor da PSEAC, coordenador de abrigo, criança/adolescente acolhido.



.33
Conjunto de cartas - Linguagem de padrões pra abrigo - entregue para a realização da Atividade 2.

.34
Desenvolvimento da Atividade 2.
FOTOS: Yasmin Pinheiro.



Para isso, foram entregues um conjunto de cartas (Figura .33) para cada um dos três participantes, cada um representando um personagem. Inicialmente todos leram cada padrão em conjunto e individualmente foram fazendo seu julgamento. A partir de um determinado momento, acharam mais eficiente fazer a leitura separadamente. As fotos da Figura .34 ilustra como se deu a dinâmica.



O julgamento levou à classificação dos padrões em: pouco importante, mais ou menos importante ou muito importante. A compilação das prioridades foi feita por maioria de respostas entre os 3 grupos de carta. Quando foram todas diferentes, foi considerado mais ou menos importante. Dessa maneira, chegamos ao quadro resumo ilustrado na Figura .35, que relaciona os tipos de padrão com a relevância.

A ideia é utilizar essa classificação como parâmetro para a etapa de desenvolvimento do projeto arquitetônico do abrigo municipal, quando a linguagem de padrões desenvolvida será aplicada no processo.

	POUCO importante	+/- importante	MUITO importante	
1 ALEXANDER	2	5	16	23
2 ADAPTADO	2	6	9	17
3 NOVO	2	4	16	22
	6	15	41	62

.35
Quadro resumo da Atividade 2, de acordo com o tipo de padrão e a relevância apontada pelo grupo.

2.4

Aplicação: abrigo municipal

"If programming is problem seeking,
then design is problem solving"³²

Peña e Parshall, 2001

A linguagem de padrões apresentada no capítulo anterior será o ponto de partida para o desenvolvimento do projeto do abrigo municipal de Campinas. Este projeto permitirá a avaliação da linguagem no sentido de aperfeiçoá-la, acrescentando, eliminando e/ou modificando os padrões de acordo com as percepções que surgirem ao colocá-la em uso.

Localização do terreno

O projeto será desenvolvido para o terreno apresentado pela secretária da assistência social do município, Jane Valente, como alternativa para destinação do abrigo municipal, que atualmente funciona em duas unidades (Figura .36).

Esse terreno, escolhido pela prefeitura como possibilidade para sediar o novo abrigo municipal agrega uma série de características relevantes: está situado próximo às atuais edificações, mantendo-se, portanto, toda a rede de serviços já articulada; tem área suficiente para abrigar tanto o projeto da sede administrativa quanto a moradia; tem dois acessos disponíveis, um em rua residencial e outro em avenida mais movimentada, o que facilita a separação dos programas.

Localizado na região Leste de Campinas, o terreno do projeto situa-se próximo ao Parque Portugal, onde está a Lagoa. O Largo do Café faz limite com o terreno do projeto, na extremidade oposta a sua entrada, que fica próxima à Lagoa (Figura .37).

32. Tradução livre: Se "programação" é a busca pelo problema, projeto é a solução para o problema.

.36

Mapa da região do Taquaral, em Campinas, indicando os atuais endereços do abrigo municipal (Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente - CMPCA I e II) e o novo terreno.

Elaboração própria. FONTE: Google.



O terreno

Com uma área total aproximada de 2700m², o terreno do projeto tem dois acessos: um pela Rua Jorge de Figueiredo Côrrea, que é movimentada por conectar diferentes regiões do bairro; e outro pela rua Maria Carolina Penteadado Benetti, que é local e com movimento bastante reduzido por terminar em cul-de-sac³³, configurando uma grande extensão de conexão do terreno com a rua (Figura .38).

De acordo com a lei de uso e ocupação do solo do município (CAMPINAS, 2011[1988]) o abrigo tem uso institucional, podendo ser enquadrado como: instituições de âmbito local (EL) ou instituições em geral (EG) - artigo 6. Quanto à ocupação, as edificações destinadas aos usos Comercial, de Serviços e Institucional podem ser classificadas nos tipos: CSE, CSE-1, CSE-2, CSE-3, CSE-4, CSE-5, CSE-6 - artigo 11.

De acordo com o zoneamento, o terreno é uma área pública pertencente à zona 3. Esta zona, por sua vez, permite o uso EL e os tipos de ocupação CSE e CSE-6. A taxa de ocupação máxima é 0,75 e o recuo frontal mínimo é de 5 metros.

Na Figura .39 estão organizadas algumas fotos do terreno, com respectiva indicação da vista correspondente em planta.

.37

Vista aérea do bairro Taquaral, em Campinas.

FONTE: Desconhecido.



TERRENO do PROJETO

.38

Terreno do projeto, com medidas em metros, e entorno. Detalhe: imagem aérea da região.

Elaboração própria. FONTE: Google.

33. Cul-de-sac é uma expressão em francês para designar rua sem saída, que terminam em espaço ampliado para possibilitar o retorno do veículo.





.39
Diferentes vistas do terreno.
FOTOS: Tais Herig.

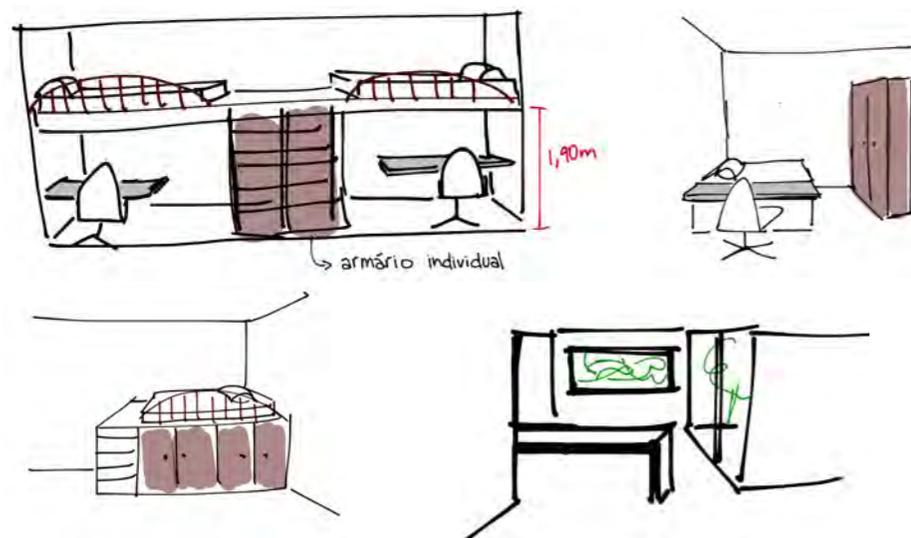
Processo de projeto

A partir da análise do terreno, foi feito um estudo de implantação, com base na forma que deveria ser explorada na volumetria, e na distribuição dos ambientes no terreno (Figura .40).



.40
Estudo de implantação.

Em paralelo a esse processo, a edificação começou a ser pensada a partir do seu interior, através de croquis esquemáticos, buscando traduzir em projeto os pressupostos deste trabalho. A Figura .41 mostra alguns desses croquis.



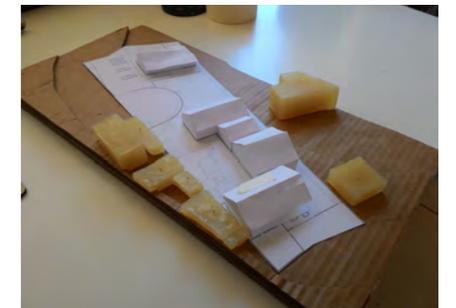
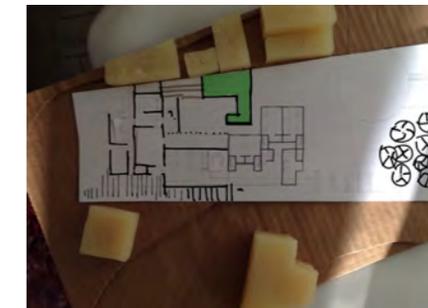
.41
Croquis de estudo.

O processo teve continuidade com a definição do partido que seria adotado para o projeto da moradia e da administração do abrigo. Com o partido estabelecido, os desenhos puderam avançar em planta e corte, com o auxílio modelos para trabalhar a volumetria, compreendendo a relação com as edificações do entorno (Figura .42).

O partido paisagístico foi desenvolvido mais tarde, quando os edifícios já estavam estruturados.

A linguagem de padrões desenvolvida para abrigo foi aplicada durante todo o processo de desenvolvimento deste projeto. As decisões projetuais foram tomadas de acordo com a linguagem, que funcionou como guia para garantir que as estratégias seriam concretizadas. Na prancha anexa a este memorial os padrões utilizados no projeto foram destacados e indicados em planta para facilitar a identificação do local onde foram aplicados (ver prancha anexa).

.42
Modelos de estudo.



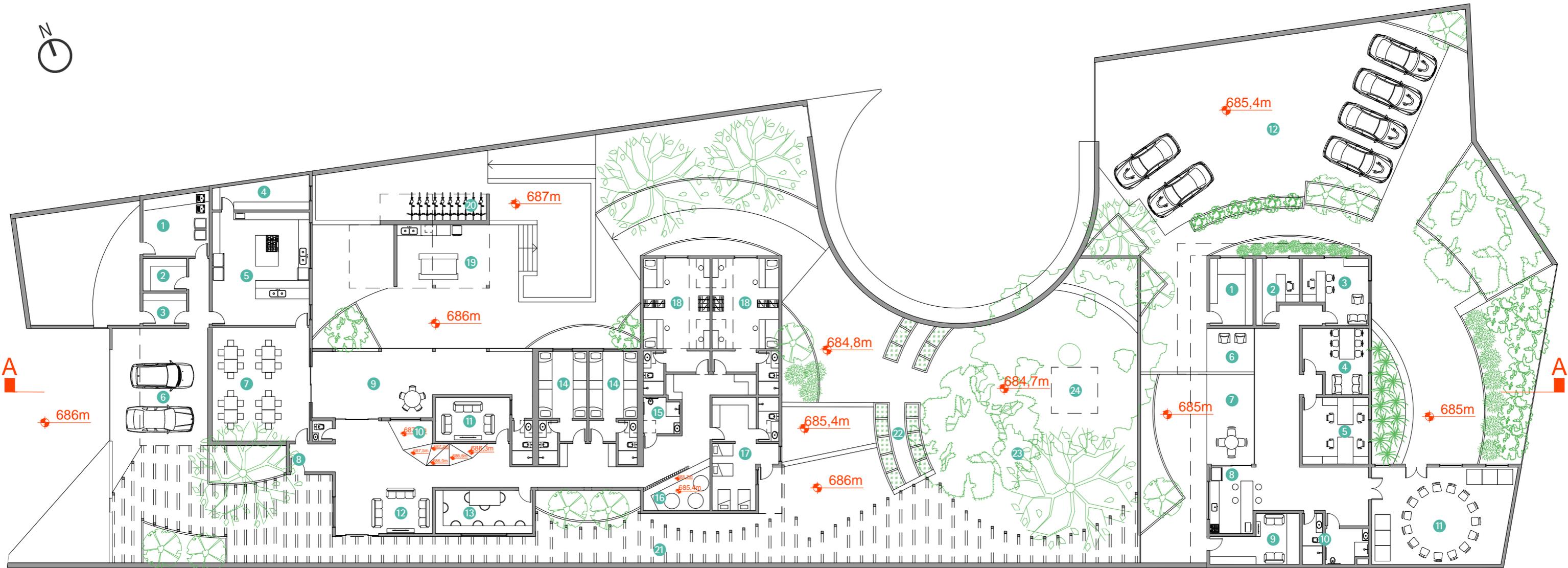
Partido de projeto

O partido adotado para o projeto nasce da forma conceitual de lar presente no imaginário de grande parte das pessoas: não é incomum você pedir para uma criança desenhar uma casa e o desenho ser algo semelhante aos da Figura .43.

Na busca pelo ambiente acolhedor, que despertará na criança e no adolescente o sensação de lar, entendeu-se que investir na tipologia do imaginário que acessa esse lugar de proteção seria importante.

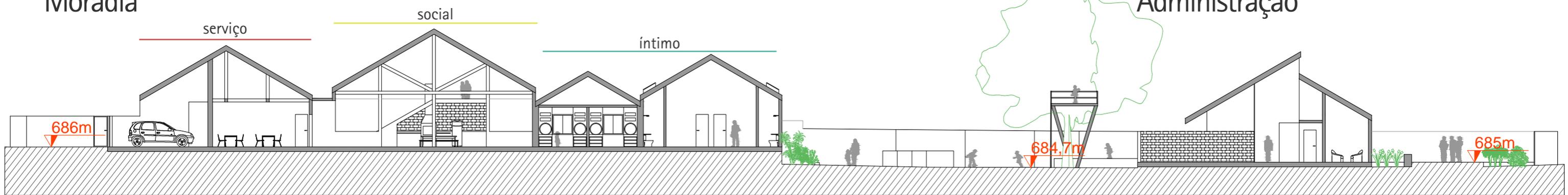


.43
Desenhos feitos por crianças,
retirado da coleção Abrigos em
movimento
FONTE: GULASSA, 2010'.



Moradia

Administração



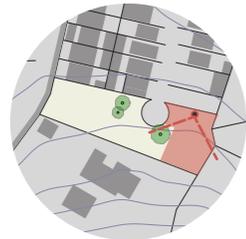
Administração

1. Almoxarifado
2. Administração
3. Sala da Coordenação
4. Sala de Atendimento
5. Sala da Equipe Técnica
6. Recepção
7. Varanda
8. Copa
9. Sala de descanso
10. Banheiros
11. Sala de Reunião / Eventos
12. Estacionamento

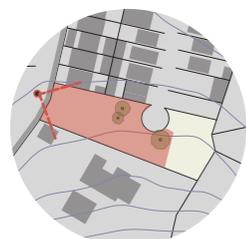
Moradia

1. Lavanderia
2. Quarto depósito
3. Despensa - produtos de limpeza
4. Despensa - alimentos
5. Cozinha
6. Garagem
7. Sala de jantar
8. Hall de entrada
9. Varanda
10. Plataformas para brincar
11. Sala de televisão
12. Sala de estar
13. Sala de estudos
14. **Suíte para crianças**
15. Banheiro acessível
- 16.
17. Suíte para bebês
18. **Suíte para adolescentes**
19. Espaço de convívio externo
20. Lugar para guardar bicicletas
21. Pergolado - conexão com Adm.
22. Horta
23. Área verde
24. Casa na árvore

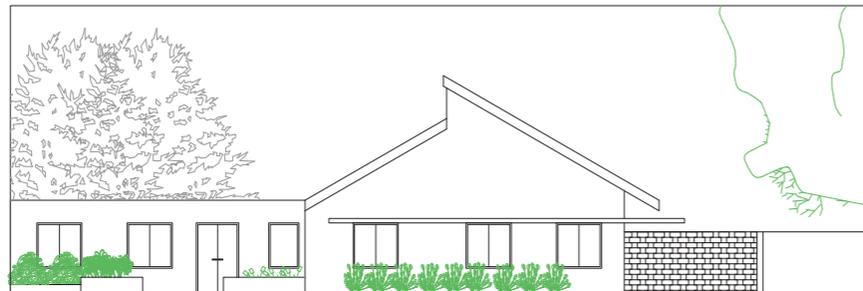
.47 (página anterior)
Planta e corte AA longitudinal
(1:250). A legenda dos ambientes
numerados na planta estão ao lado.



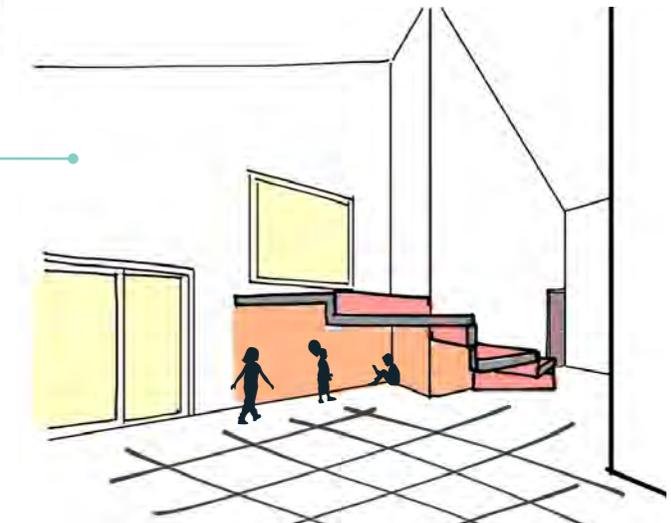
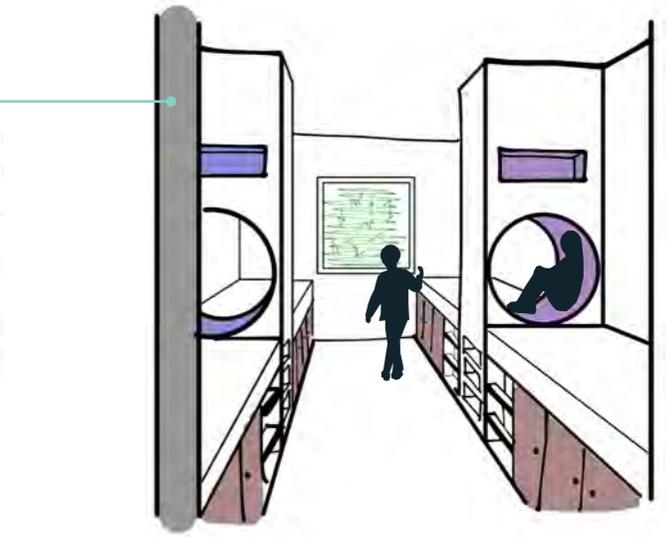
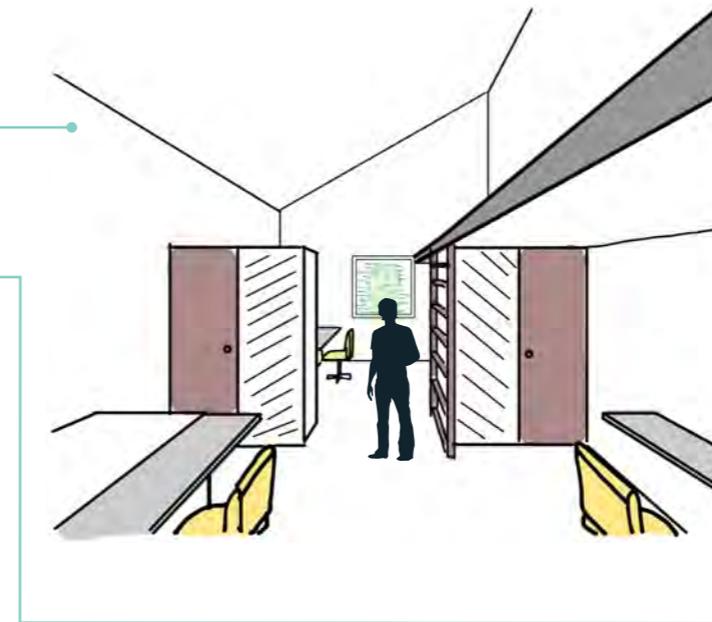
Administração



Moradia



.48
Fachada principal da Administração
e da Moradia do abrigo (1:250).



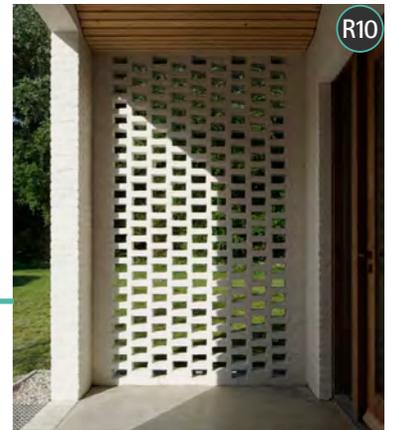
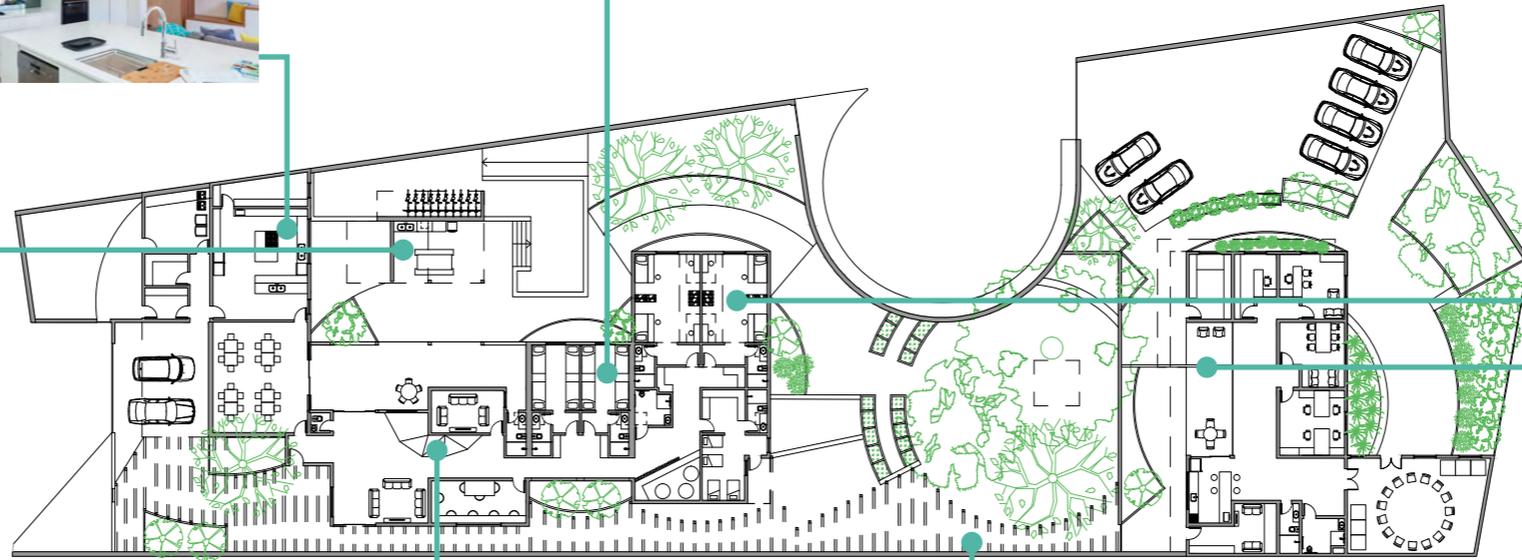
.49
Croquis dos ambientes do projeto
destacados na legenda.

Ambientes

A Figura .49 mostra alguns ambientes do projeto, cuja localização pode ser identificada na legenda da planta ao lado.

.50 (próxima página)
Esquema das referências projetuais
utilizadas por ambiente.

Para a criação dos espaços, algumas referências fotográficas foram importantes por expressarem de alguma maneira uma ideia que deveria estar presente no ambiente. O esquema da Figura .50 destaca algumas dessas referências. As imagens cujo projeto é conhecido estão indicadas com o número da referência a qual pertencem para serem identificadas no capítulo 3.1.



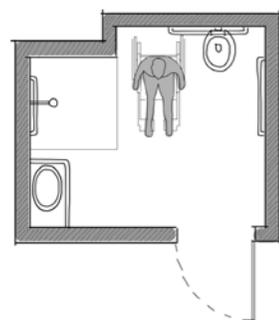
2.5

Linguagem de Padrões para abrigo

“A diferença entre a prosa e a poesia não está no uso de diferentes linguagens, mas no uso diferente da mesma linguagem.”

Alexander, 2013[1977]

Este capítulo será finalizado para a banca final, é a próxima etapa do projeto: revisar a linguagem de padrões aplicada. A seguir estão os padrões da maneira como foram desenvolvidos na etapa de estudo de diretrizes.



01 Banheiro adaptado

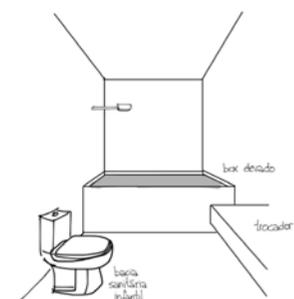
SITUAÇÃO

Pessoas com mobilidade reduzida podem ter problemas para utilizar banheiros convencionais, que não apresentam medidas adequadas para a movimentação da cadeira de rodas ou equipamentos para auxiliar no apoio.

SOLUÇÃO

Dispor de um banheiro completo, adaptado de acordo com as diretrizes de acessibilidade. Nem todos os banheiros precisam ser adaptados, porque além de exigirem uma área maior, ele não é ideal para pessoas que não têm mobilidade reduzida.

ACESSIBILIDADE | AMBIENTE: banheiro



02 Banheiro para crianças pequenas e bebês

SITUAÇÃO

Os cuidadores muitas vezes têm que dar banho em muitos bebês e crianças pequenas, mas os banheiros convencionais não estão adaptados para facilitar esse tipo de uso. A bacia sanitária também não tem tamanho adequado para crianças.

SOLUÇÃO

Uma alternativa é adaptar um banheiro para que o piso do box seja elevado, a altura de 1m aproximadamente, facilitando o processo de dar banho em crianças pequenas e bebês. Esse banheiro deve ter também bacia sanitária do tamanho infantil.

ACESSIBILIDADE | AMBIENTE: banheiro



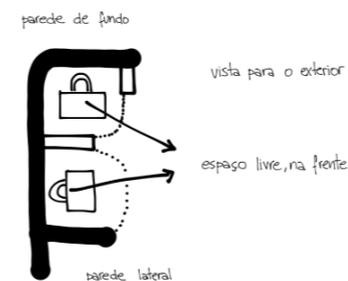
03 Número de pavimentos (adaptação do padrão de Alexander #96)

SITUAÇÃO

Na dinâmica diária da moradia do abrigo, cada cuidador gerencia um grupo de aproximadamente 10 crianças/adolescentes. A existência de mais de um pavimento se torna um problema, pois dificulta o trabalho.

SOLUÇÃO

Entende-se que a melhor solução para cumprir o programa da parte da moradia do abrigo é fazer um edifício térreo. Dessa maneira é mais simples resolver as questões de acessibilidade, segurança e o trabalho dos cuidadores e auxiliares e é facilitado. Pequenos desníveis não são entendidos como um problema, desde que a acessibilidade seja resolvida. Na parte administrativa não há restrições, desde que seja um edifício acessível e condizente com o entorno.



04 Locais de trabalho protegidos (adaptação do padrão de Alexander #183)

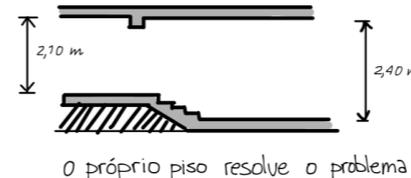
SITUAÇÃO

As pessoas não têm como trabalhar de maneira eficiente em um espaço de trabalho fechado demais ou exposto demais. Um bom espaço de trabalho alcança o equilíbrio certo entre estes atributos opostos.

SOLUÇÃO

Para que as pessoas se sintam confortáveis para trabalhar, busque posicionar cada mesa de trabalho de maneira que esteja protegida por paredes atrás e em uma das laterais, quando possível. Posicione a mesa de modo que a pessoa que está trabalhando nela tenha uma vista para o exterior, seja frontal ou lateral. Se houver pessoas trabalhando por perto, organize as vedações de maneira que cada indivíduo tenha a percepção de estar conectado a duas ou três pessoas, mas jamais coloque mais de oito postos de trabalho dentro do campo de visão ou audição de cada indivíduo.

CONFORTO | AMBIENTE: administração



05 Pés-direitos variados (adaptação do padrão de Alexander #190)

SITUAÇÃO

Uma edificação na qual os pés-direitos são sempre iguais é praticamente incapaz de proporcionar conforto às pessoas.

SOLUÇÃO

Varie os pés-direitos continuamente em toda a edificação, especialmente entre os ambientes que abrem uns para os outros, de modo que o nível de intimidade relativa dos diferentes espaços possa ser percebido. Faça grandes pés-direitos nos espaços de uso público ou que se destinam a receber grandes concentrações de pessoas (entre 3-3,7m) e pés-direitos menores em ambientes para concentrações também menores de pessoas (entre 2,15-2,75m).

CONFORTO



06 Varanda/Terraço utilizável (adaptação do padrão de Alexander #167)

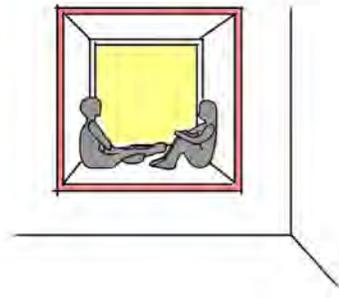
SITUAÇÃO

Varandas e terraços são ótimas áreas de convivência, são ambientes intermediários, se beneficiam do interior e do exterior do edifício. Sacadas, terraços e varandas que têm menos de 1,8m em uma de suas dimensões raramente são utilizados.

SOLUÇÃO

Invista em varandas e terraços, tanto na moradia quanto na parte administrativa. Use uma profundidade mínima de 1,8m. Como estratégias interessantes, recue ao menos em parte este espaço em relação à fachada da edificação, de modo que não fique totalmente desconectado do volume principal por uma simples linha imaginária. Além disso, feche parcialmente a varanda.

CONVÍVIO | AMBIENTE: área externa



07 Lugar junto à janela (adaptação do padrão de Alexander #180)

SITUAÇÃO

Todo mundo adora assentos junto a uma janela, janelas salientes e grandes janelas com peitoris baixos e cadeiras confortáveis perto delas.

SOLUÇÃO

Aproveite para configurar um espaço junto à janela.

CONVÍVIO | AMBIENTE: sala de estar



11 Mureta para sentar (padrão de Alexander #243)

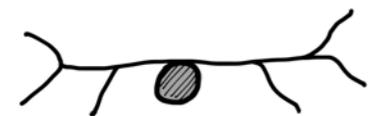
SITUAÇÃO

Em muitos lugares, os muros e as cercas que dividem os espaços externos são altos demais; por outro lado, a ausência total de limites é uma injustiça à sutileza das divisões entre os espaços.

SOLUÇÃO

Proteja as áreas externas com jardins estabelecendo limites sutis e utilizando muretas com aproximadamente 40cm de largura, para permitir que as pessoas se sentem nelas.

CONVÍVIO, NATUREZA
AMBIENTE: área externa



A sala de estar tangente à circulação

08 Áreas de uso comum no âmagô (padrão de Alexander #129)

SITUAÇÃO

Nenhum grupo social - seja uma família, uma equipe de trabalho ou um grupo escolar - consegue se manter sem o contato informal e constante entre seus membros.

SOLUÇÃO

Projete apenas uma área de uso comum para cada grupo social. Localize-a no centro de gravidade de todos os espaços ocupados pelo grupo, de maneira que as rotas de circulação de entrada e saída da edificação estejam tangentes a esta área.

CONVÍVIO | AMBIENTE: sala de estar



12 Lugares configurados por árvores (padrão de Alexander #171)

SITUAÇÃO

Somente quando se aproveita o potencial que as árvores têm de configurar espaços é que a presença e o significado verdadeiros da árvore são sentidos.

SOLUÇÃO

Plante árvores de acordo com a própria natureza delas, configurando espaços protegidos, alamedas, arvoredos e árvores frondosas soltas (guardassol). Projete as edificações próximas como uma resposta às árvores, de modo que as próprias árvores, assim como as árvores em conjunto com as edificações, formem lugares que possam ser utilizados pelas pessoas.

CONVÍVIO, NATUREZA
AMBIENTE: área externa

09 Espaço de estar externo (adaptação do padrão de Alexander #163)

SITUAÇÃO

Existem diversas formas de aproveitar a área externa, em muitas ocasiões o jardim por si só não é capaz de atender a necessidade.

SOLUÇÃO

Faça um espaço externo tão bem definido que dê a impressão de ser um espaço interno, ainda que possa não ter cobertura ou ser coberto parcialmente com uma pérgola, ou toldo retrátil. Crie "paredes" em volta dele, com cercas, muretas para as pessoas sentarem, treliças, cercas vivas ou as próprias paredes externas da casa. Este espaço pode ser explorado como um "espaço gourmet".

CONVÍVIO | AMBIENTE: área externa



13 Nichos (padrão de Alexander #179)

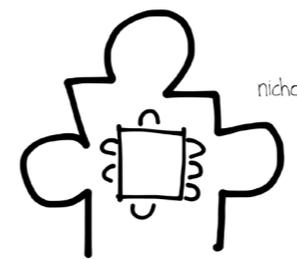
SITUAÇÃO

Não existe um ambiente homogêneo - ou pé-direito homogêneo - que consiga atender a todo um grupo de pessoas. Para que o grupo tenha a oportunidade de se manter junto, o ambiente também deve proporcionar aos integrantes a chance de estarem sozinhos ou em duplas dentro de um mesmo espaço.

SOLUÇÃO

Faça pequenos espaços na periferia de qualquer recinto de uso comum - geralmente 1,8m de largura e de 0,9 a 1,8m de profundidade. Estes nichos devem ser grandes o suficiente para que duas pessoas possam se sentar, conversar ou jogar e, às vezes, também devem ter um tamanho que comporte uma escrivaninha ou uma mesa. Estes ambientes são interessantes para proporcionar momentos mais privados entre a criança/adolescente e uma visita (ex:família).

CONVÍVIO, PRIVACIDADE
AMBIENTES: sala de estar, sala de jantar, sala de estudo (ambientes sociais)



10 Posicionamento dos bancos externos (adaptação do padrão de Alexander #241)

SITUAÇÃO

Quando os assentos externos são lançados sem considerar a vista e o clima, é quase certo que eles serão inúteis.

Se bem posicionados, eles podem ser um lugar para o encontro das crianças/adolescentes com as famílias, podendo oferecer privacidade na área externa.

SOLUÇÃO

A escolha de bons pontos para a distribuição de bancos externos é muito mais importante do que a construção de bancos requintados. Na verdade, se o lugar for bom, até o tipo mais simples de assento fica perfeito. Em climas quentes, coloque-os à sombra e recebendo as brisas de verão. Ofereça opções, dispondo em diferentes lugares da área externa. Proteja alguns com vegetação para dar mais privacidade.

CONVÍVIO, NATUREZA
AMBIENTE: área externa



14 Objetos da sua vida (padrão de Alexander #253)

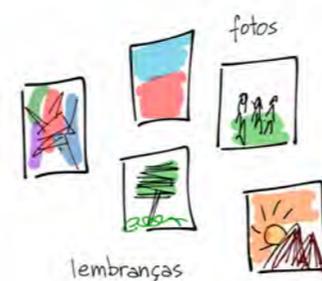
SITUAÇÃO

A "decoração" e o conceito de "arquitetura de interior" se tornaram tão difundidos que os próprios usuários muitas vezes se esquecem do instinto que têm pelas coisas que eles realmente querem ter ao seu redor.

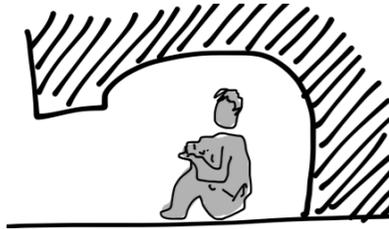
SOLUÇÃO

Não caia na armadilha de acreditar que uma decoração moderna deve ser chique, psicodélica, "natural", "modernista", "orgânica" ou qualquer outra coisa que os artistas da moda acreditam. A decoração mais bonita de todas é aquela que vem direto de sua vida - os objetos que têm valor sentimental, as coisas que contam sua história.

DECORAÇÃO



15 Cavernas para crianças (padrão de Alexander #203)



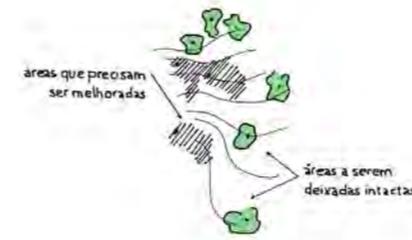
SITUAÇÃO

As crianças adoram brincar em locais pequenos, que lembram cavernas.

SOLUÇÃO

Em lugares onde as crianças forem brincar, crie pequenas "cavernas" para elas, aproveitando espaços residuais naturais. Mantenha baixo o pé-direito de tais espaços - entre 75 e 120 centímetros - e a entrada, bastante restrita.

DIVERSÃO



19 Edificação melhorando o terreno (padrão de Alexander #104)

SITUAÇÃO

As edificações devem ser construídas naquelas partes do sítio que estão nas piores condições, e não nas melhores partes.

SOLUÇÃO

Evite implantar as edificações nos locais mais bonitos. Na verdade, faça exatamente o contrário. Considere o terreno e suas edificações como um ecossistema vivo e unitário. Deixe as áreas mais preciosas, bonitas, confortáveis e saudáveis da maneira como estão, e edifique naquelas partes do terreno que hoje são as mais desagradáveis.

IMPLANTAÇÃO

16 Casa na árvore



SITUAÇÃO

Subir em árvore é uma atividade que deveria ser mais explorada. Além de incentivar o contato com a natureza, estimula a criatividade, desafia.

SOLUÇÃO

Explore árvores grandes existentes no terreno criando ambientes elevados que estimulem o imaginário das crianças e adolescentes. Se não existirem, planeje um local para cultivar árvores onde futuramente possa ser instalada uma "casa". Estructure a "casa" no próprio chão, caso o porte das árvores não sustente a plataforma sozinho. A proposta é criar um ambiente elevado em meio às árvores!

DIVERSÃO, NATUREZA
AMBIENTE: área externa



20 Espaço externo positivo (padrão de Alexander #106)

SITUAÇÃO

Espaços externos que são meros "espaços residuais" entre edificações, em geral, não serão utilizados.

SOLUÇÃO

Torne todos os espaços externos que circundam ou estejam entre suas edificações positivas. A cada um, dê um certo grau de fechamento; circunde-o com blocos ou alas de edifícios, cercas-vivas, passeios cobertos com pérgolas até que ele se torne uma entidade com características positivas e não se espalhe indefinidamente, passando pelas quinas das edificações.

IMPLANTAÇÃO | AMBIENTE: área externa

17 Fachada moradia



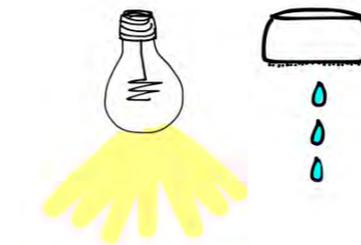
SITUAÇÃO

O abrigo não deve parecer uma instituição, principalmente na parte da moradia (orientações técnicas).

SOLUÇÃO

A fachada deve dialogar com as residências da vizinhança, explorando elementos representativos no padrão habitacional do entorno. Explore elementos significativos como materiais, cobertura.

IMPLANTAÇÃO



21 Instalações elétricas

SITUAÇÃO

A demanda elétrica em um abrigo não é comparada ao de uma residência unifamiliar, o uso é muito maior.

SOLUÇÃO

Faça um projeto elétrico capaz de suportar a demanda do abrigo. Considere um uso diário de 24 pessoas na moradia e 10 pessoas na administração.

INSTALAÇÃO

18 Escolha do Terreno



Dê preferência para terrenos planos

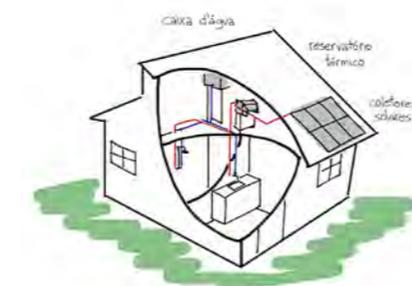
SITUAÇÃO

A escolha do terreno deve seguir as diretrizes das orientações técnicas. Além disso, o programa do abrigo deve ser necessariamente dividido em: moradia e administração. Esses programas devem ser resolvidos separadamente, porém, para que funcionem da melhor maneira possível, devem estar situados no mesmo terreno.

SOLUÇÃO

O terreno deve estar inserido em entorno residencial para estar de acordo com as orientações técnicas. Deve ser grande o suficiente para comportar todo o programa do abrigo separadamente (moradia e administração), em área aproximada de 2500m². Caso não seja possível um terreno desse porte, considerar utilizar terrenos próximos e separar o programa (não é o ideal). Dê preferência para terrenos mais planos, afim de reduzir a movimentação de terra. A moradia não deve ser implantada em rua muito movimentada, por segurança, devido ao grande fluxo de crianças.

IMPLANTAÇÃO



22 Aquecimento solar

SITUAÇÃO

Chuveiros elétricos não são ideais para suportar o uso intenso exigido no abrigo.

SOLUÇÃO

Utilize placas solares para manter reservatórios de água quente capazes de suprir o uso do abrigo. Além dos chuveiros, os lavatórios dos banheiros e as pias da cozinha também devem ter água aquecida.

INSTALAÇÃO



23 Acesso à internet

SITUAÇÃO

Deve ter internet no abrigo.

SOLUÇÃO

Determine o local para localização do roteador wifi no abrigo. Na parte administrativa a internet deve funcionar em todo o edifício. Na moradia, deve haver internet preferencialmente na sala de estudos.

INSTALAÇÃO

27 Local para as bicicletas



SITUAÇÃO

Muitos abrigos têm de lidar com a existência de inúmeras bicicletas, patins, skates.

SOLUÇÃO

Faça um projeto com local adequado para guardar as bicicletas, considere 10 unidades. No mesmo espaço, deve ter um local para armazenar patins, skates e seus equipamentos de segurança.

MOBILIDADE



24 Uma recepção para dar as boas-vindas (adaptação do padrão de Alexander #149)

SITUAÇÃO

Para que uma pessoa se sinta confortável, você deve recebê-la da mesma maneira que o faria em sua casa: se dirigir a ela, cumprimentá-la, oferecer-lhe uma cadeira e algo para beber.

SOLUÇÃO

Distribua uma série de coisas que deem as boas-vindas imediatamente após a entrada - poltronas ou cadeiras confortáveis, café. Posicione o balcão da recepção de maneira que ele não fique entre a recepcionista e a área de chegada, mas de lado, em ângulo - para que o funcionário possa se levantar e caminhar até as pessoas que entram, cumprimentá-las e convidá-las a sentarem.

MOBILIÁRIO | AMBIENTE: recepção



28 Estacionamento

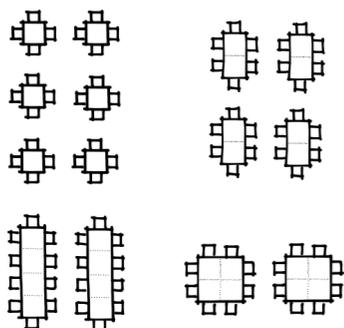
SITUAÇÃO

A parte administrativa do abrigo recebe pessoas que se locomovem de carro. Estacionamentos são áreas muito inóspitas.

SOLUÇÃO

Devido à grande área que um estacionamento demanda, faça apenas a quantidade de vagas previstas na lei de uso e ocupação do solo para o terreno. Tenha no mínimo, uma vaga para pessoas com deficiência. Busque reduzir o impacto do estacionamento criando barreiras visuais com o auxílio de vegetação, de desníveis.

MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE
AMBIENTE: estacionamento



25 Mesas na sala de jantar

SITUAÇÃO

Muitas vezes é preciso rearranjar as mesas da sala de jantar, para fazer uma refeição diferente, uma festa.

SOLUÇÃO

Dê preferência para mesas quadradas para facilitar o rearranjo da configuração.

MOBILIÁRIO | AMBIENTE: sala de jantar



29 Horta (adaptação do padrão de Alexander #177)

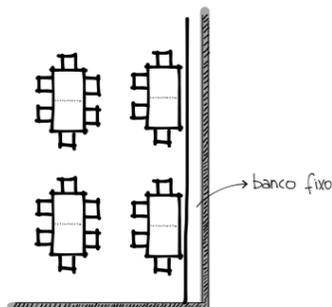
SITUAÇÃO

Em uma cidade saudável, as famílias podem cultivar seus próprios vegetais. Essa atividade é uma parte fundamental da vida humana, nos aproxima dos ciclos da vida, da nossa alimentação.

SOLUÇÃO

Projete um espaço para a criação de uma horta. Certifique-se de que a horta fique em um local ensolarado e, se possível, próximo à cozinha e ao quarto depósito (onde estarão as ferramentas de jardinagem).

NATUREZA | AMBIENTE: área externa



26 Banco fixo na sala de jantar

SITUAÇÃO

É interessante oferecer mais de uma maneira de sentar na sala de jantar.

SOLUÇÃO

Considere fazer um banco fixo em uma das paredes da sala de jantar. Ele permitirá que crianças sentem mais próximas umas das outras e ainda eliminará a necessidade de algumas cadeiras.

MOBILIÁRIO | AMBIENTE: sala de jantar



30 Jardim parcialmente oculto (padrão de Alexander #111)

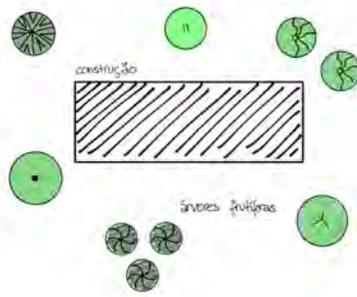
SITUAÇÃO

É possível que se o jardim ficar perto demais da rua, as pessoas não o utilizem, pois ele não será suficientemente privativo. Porém, se ele ficar longe demais da rua, também poderá não ser frequentado, pois ficará isolado demais.

SOLUÇÃO

A proposta é implantar o jardim em posição intermediária, ao lado da construção, para que fique parcialmente oculto em relação à rua e parcialmente exposto. Não colocar nem totalmente na frente, nem nos fundos. Talvez o formato do terreno dificulte a implantação desta solução.

NATUREZA | AMBIENTE: área externa



31 Árvores frutíferas (adaptação do padrão de Alexander #170)

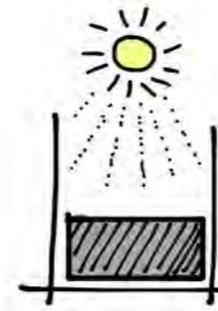
SITUAÇÃO

A presença de árvores frutíferas nos oferece uma experiência que praticamente desapareceu nas cidades - a experiência do crescimento, da colheita e das fontes de alimentos frescos.

SOLUÇÃO

Explore as árvores frutíferas que já existem no terreno e projete locais para plantar outras árvores. Além de darem frutos essas árvores também podem ser exploradas para a brincadeira. Sugestões de árvores: mangueira, angelim-doce, gabiroba, amoreira, aceroleira, pitangueira, jabuticabeira, goiabeira.

NATUREZA | AMBIENTE: área externa



35 Orientação solar para espaço externo (padrão de Alexander #105)

SITUAÇÃO

As pessoas usam os espaços externos se eles forem ensolarados e não os utilizam se estiverem na sombra, exceto em climas áridos.

SOLUÇÃO

Implante as edificações ao sul dos espaços externos contíguos (no hemisfério sul), mantendo os espaços externos ao norte.

ORIENTAÇÃO



32 Lugar ensolarado (padrão de Alexander #161)

SITUAÇÃO

A área imediatamente ao redor da edificação, ao norte (no hemisfério sul), deve ser trabalhada e transformada em um lugar que permita as pessoas se aquecerem.

SOLUÇÃO

Dentro de um pátio interno, jardim ou quintal voltado para o norte (no hemisfério sul), identifique o local mais ensolarado entre a edificação e a área externa. Desenvolva este ponto como um lugar especial para pegar sol - torne-o uma importante área externa de convívio, um lugar onde as pessoas possam trabalhar ao sol, usar um balanço, ter algumas plantas especiais, tomar um banho de sol. Tenha o máximo de cuidado para proteger do vento este local ao sol. Um vento constante impede que as pessoas aproveitem até o mais belo dos lugares.

NATUREZA | AMBIENTE: área externa



36 Luz do sol no interior (padrão de Alexander #128)

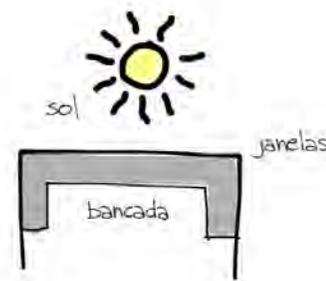
SITUAÇÃO

No hemisfério sul, se os cômodos certos estiverem voltados para o norte, a casa será iluminada, ensolarada e alegre, mas se os cômodos errados estiverem com a orientação norte, a casa será sombria e triste.

SOLUÇÃO

Distribua os ambientes mais importantes junto à fachada norte da edificação (no hemisfério sul) e alongue-a no eixo leste-oeste. Aperfeiçoe a distribuição de maneira que os ambientes adequados fiquem expostos ao sol nordeste e noroeste. Por exemplo: coloque a área social junto à fachada norte, os dormitórios na fachada nordeste e a varanda na fachada noroeste. Na maior parte dos climas isso significa que a edificação será mais alongada no seu eixo leste-oeste.

ORIENTAÇÃO



33 Bancada ensolarada (adaptação do padrão de Alexander #199)

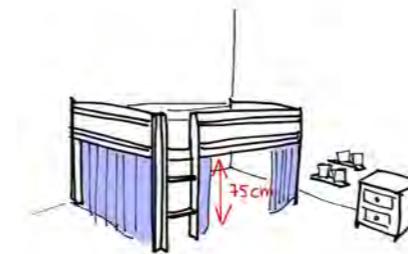
SITUAÇÃO

Cozinhas sombrias e mal iluminadas são deprimentes. A cozinha precisa ser tão bem iluminada quanto os outros ambientes.

SOLUÇÃO

Posicione a parte principal da bancada da cozinha nos lados norte e nordeste (no hemisfério sul), com grandes janelas, de modo que o sol possa entrar em abundância e banhar a cozinha com a luz amarelada tanto da manhã como da tarde.

ORIENTAÇÃO | AMBIENTE: cozinha, copa



37 Quarto para a criança - pedagogia Montessori

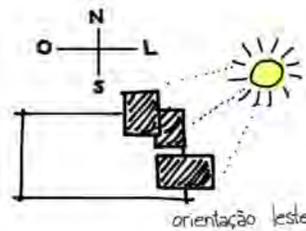
SITUAÇÃO

A autonomia pode ser desenvolvida desde criança e o quarto pode ser o primeiro lugar a ser pensado com essa finalidade. É raro encontrar quartos que foram feitos para a criança usar, geralmente as medidas dos adultos são consideradas para a altura das camas, dos armários, etc. A pedagogia Montessori desenvolve a proposta, e nesse sentido, várias soluções de projeto podem contribuir para esse desenvolvimento.

SOLUÇÃO

A criança deve ser usada como escala no projeto do seu quarto. Os armários devem ser a uma altura que possam alcançar e guardar suas próprias roupas, assim como as prateleiras. A cama também deve ser acessada facilmente. Espaços residuais, como embaixo da cama um pouco elevada, são ótimos para a brincadeira.

PEDAGOGIA | AMBIENTE: quarto



34 Dormir para o leste (padrão de Alexander #138)

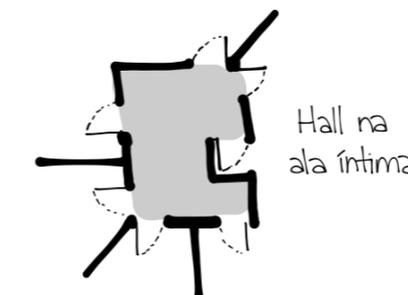
SITUAÇÃO

O organismo humano contém uma série de relógios biológicos muito sensíveis, e as pessoas são criaturas regradas por ritmos e ciclos. Somente é possível acordar espontaneamente e de acordo com o ciclo maior de atividade metabólica se você for despertado pelo sol nascente.

SOLUÇÃO

As partes da casa nas quais as pessoas dormem devem estar preferencialmente orientadas para o leste, de modo que elas acordem com o sol e a luz natural.

ORIENTAÇÃO | AMBIENTE: quarto



38 Hall para ala íntima

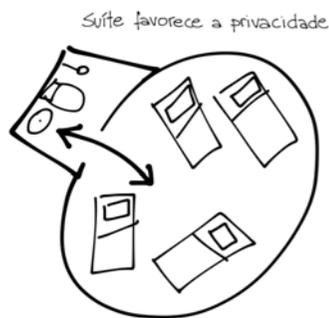
SITUAÇÃO

Quando um corredor conecta vários ambientes, o fluxo é grande e faz com que pessoas que estão de passagem consigam ver a parte interna dos espaços. Na ala íntima, os quartos acabam ficando muito expostos, prejudicando a privacidade.

SOLUÇÃO

Usar ambientes do tipo hall na ala íntima, como recurso para acabar com o fluxo e aumentar a privacidade.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: hall



39 Suítes

SITUAÇÃO

Banheiro são espaços íntimos onde são realizadas atividades que exigem privacidade.

SOLUÇÃO

Dê preferência para suítes ao invés de banheiros sociais. As suítes favorecem o uso restrito do banheiro, contribuindo com a privacidade.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: quarto



40 Banheiro com iluminação zenital

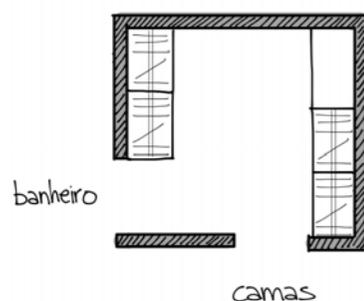
SITUAÇÃO

Crianças e adolescentes podem brincar de espiar os demais quando estão no banheiro.

SOLUÇÃO

Para evitar situações desagradáveis e criar maior privacidade, faça a janela em uma altura mais alta ou, preferencialmente, uma abertura zenital, como uma claraboia.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: Banheiro



41 Closet como camarim (adaptação do padrão de Alexander #189)

SITUAÇÃO

Despir-se, guardar as roupas, se vestir ou deixar as roupas fora do armário não precisa fazer parte de um conjunto de atividades maior. Na verdade, essas tarefas perturbam as outras atividades, pois são tão independentes que requerem um espaço concetnrado que não tenha outra função.

SOLUÇÃO

Preveja para cada criança/adolescente um closet compartilhado, entre a cama e o banheiro. Faça-o com tamanho suficiente para incluir uma área livre e o equivalente a um armário de 80cm de largura por 50cm de profundidade para cada pessoa.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: Quarto



42 Espaço pessoal para o adolescente (adaptação do padrão de Alexander #141 e #154)

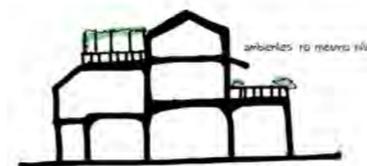
SITUAÇÃO

Ninguém consegue ser íntimo das outras pessoas se também não tiver oportunidades frequentes de estar sozinho. Se o lugar do adolescente na casa não reflete sua necessidade de certo nível de independência, ele sempre estará em conflito com sua família.

SOLUÇÃO

Expresse de maneira física o caminho do adolescente rumo à independência. Uma boa solução é criar um nicho com uma escrivaninha, prateleiras, no próprio quarto.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: Quarto



43 Terraço-jardim (adaptação do padrão de Alexander #118)

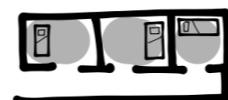
SITUAÇÃO

É essencial fazer as coberturas tirarem partido do sol e do ar. Esta estratégia pode ser aplicada à parte administrativa do abrigo, que não precisa ser necessariamente um edifício térreo.

SOLUÇÃO

Tire proveito da cobertura da parte administrativa do abrigo, crie ambientes reservados para os funcionários utilizarem junto à copa, para descanso. Torne possível sair diretamente de uma parte habitada do prédio para o terraço-jardim.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: sala de descanso, copa



44 Grupo de camas (adaptação do padrão de Alexander #143)

SITUAÇÃO

Cada criança precisa de um lugar privativo, em geral perto de sua cama. Ainda assim, as crianças pequenas se sentem isoladas quando têm de dormir sozinhas, se sua área de dormir for privativa demais.

SOLUÇÃO

Distribua as camas das crianças em nichos em volta de um espaço para brincar de uso comum. Faça cada nicho suficientemente amplo para cada criança poder deixar suas coisas. Os nichos podem ser fechados com cortinas para aumentar a privacidade.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: Quarto



45 Cama beliche

SITUAÇÃO

Uma alternativa para reduzir o tamanho do quarto em área é fazendo o uso de beliches. Mas esse tipo de cama tem uma conotação pejorativa por grande parte das pessoas que acreditam não ser confortável ou seguro.

SOLUÇÃO

Se bem feitas, as beliches podem ser uma ótima solução para a configuração de um quarto aconchegante, facilitando a criação de nichos e contribuindo com a privacidade. Para isso, a altura da cama de cima deve ser alta o suficiente para permitir que um adolescente fique sentado na cama de baixo sem bater a cabeça. A estrutura da cama de cima não precisa ser a mesma da cama de baixo, podendo ser feita inclusive em alvenaria. A proteção da parte de cima pode ser feita com grade de madeira, rede, etc. Use a criatividade para criar um ambiente interessante e seguro.

PRIVACIDADE | AMBIENTE: quarto



46 Gradiente de intimidade (padrão de Alexander #127)

SITUAÇÃO

A menos que os espaços de uma edificação sejam distribuídos em uma sequência que corresponda a seus graus de privacidade, as visitas serão sempre um pouco incômodas.

SOLUÇÃO

Organize os espaços do edifício de maneira que eles criem uma sequência que inicia na entrada e nas partes mais públicas e então leve para áreas um pouco mais privativas e, por fim, à zona mais íntima.

SETORIZAÇÃO



47 Casa longa e estreita (adaptação do padrão de Alexander #109 e #107)

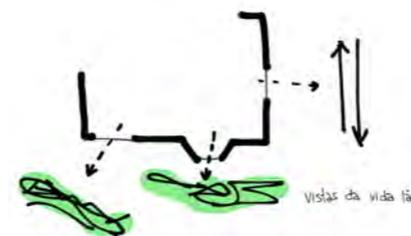
SITUAÇÃO

A forma de uma edificação tem enorme efeito nos seus níveis relativos de privacidade e sensação de apinhamento e isso, por sua vez, tem efeito crítico sobre o conforto e o bem estar das pessoas.

SOLUÇÃO

Não reúna todos os ambientes. Em vez disso, distribua-os longitudinalmente, de modo que a distância entre cada ambiente seja a maior possível. Quanto menor for a profundidade, mais fácil será de se conseguir luz natural no interior do edifício.

VOLUMETRIA



51 Janelas voltadas para a vida lá fora (padrão de Alexander #192)

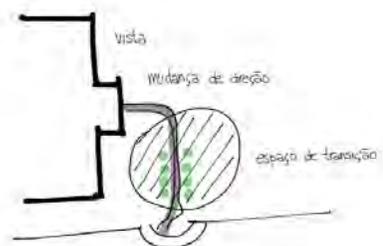
SITUAÇÃO

Ambientes sem vista externa são prisões para as pessoas que precisam ficar dentro deles.

SOLUÇÃO

Em cada um dos ambientes, distribua as janelas de maneira que sua área total corresponda aproximadamente aos valores adequados para sua região e posicione-as de modo a obter as melhores vistas possíveis da vida lá fora: o movimento na rua, os jardins tranquilos ou qualquer coisa diferente do cenário interno.

RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR



48 Espaço de transição (padrão de Alexander #112)

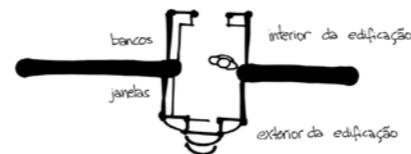
SITUAÇÃO

As edificações - especialmente as moradias - que têm uma transição graciosa entre o exterior e o interior são mais tranquilas do que aquelas que abrem diretamente para a rua.

SOLUÇÃO

Faça um espaço de transição entre a rua e a porta de entrada. O caminho que conecta a rua e a porta de entrada deve ser marcado por uma mudança de iluminação, de som, de direção, de superfície e talvez por demarcações de entrada que indiquem a mudança de espaços, mas acima de tudo, faça uma mudança na vista.

RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR



52 Ambiente de entrada (padrão de Alexander #130)

SITUAÇÃO

Sempre que você chegar a uma edificação (ou sair dela), precisará passar por um espaço de transição. Esse local chamaremos de hall de entrada.

SOLUÇÃO

Na entrada principal da edificação, projete um recinto com pouco mobiliário que demarque a entrada e defina o limite entre o interior e o exterior, ocupando tanto parte do espaço interno como do externo. A área externa pode ser uma varanda tradicional; a parte interna será um hall de entrada ou até uma pequena sala de estar.

RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR

49 Peitoril baixo (padrão de Alexander #222)

SITUAÇÃO

Uma das funções mais importantes de uma janela é nos colocar em contato com o exterior. Se o peitoril for alto demais, ele nos isolará do exterior.

SOLUÇÃO

Ao determinar a posição exata das janelas, também decida quais delas deverão ter peitoris baixos. No pavimento térreo, faça a base das janelas perto das quais você pretende se sentar a uma altura de 30cm a 35cm em relação ao piso. Nos pavimentos superiores, também faça peitoris baixos, mas um pouco mais elevados: a cerca de 50cm de altura.

RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR



53 Acesso à cobertura

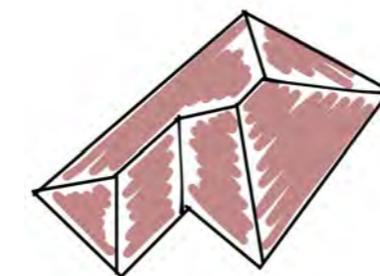
SITUAÇÃO

Não é incomum encontrar crianças/adolescentes subindo no telhado. O perigo de se machucarem é grande, além de poderem danificar a cobertura.

SOLUÇÃO

Tenha cuidado ao projetar a cobertura, principalmente a da moradia. Prefira beirais mais elevados para dificultar o acesso fácil por meio de escadas ou fazendo uso da própria construção e do muro. Considere utilizar coberturas mais seguras, com menor risco de quebrarem e causarem acidentes (ex: telha shingle).

SEGURANÇA



50 Pátios internos cheios de vida (adaptação do padrão de Alexander #115)

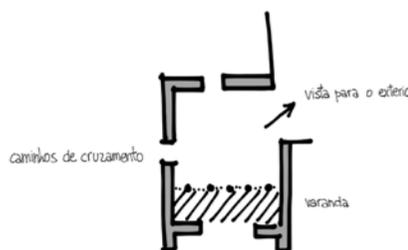
SITUAÇÃO

Existem diversas maneiras de explorar a relação interior-exterior e criar espaços para brincadeira, convívio.

SOLUÇÃO

Projete o pátio interno de modo que haja uma vista para um espaço externo e maior; planeje-o para que pelo menos duas ou três portas vinculem-no à casa e que os caminhos naturais que conectam estas portas ao exterior passem pelo pátio. Em uma das laterais, junto a uma porta, faça uma varanda ou um alpendre que configure um espaço de transição entre o interior e o exterior.

RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR



54 Vidro e a permeabilidade visual

SITUAÇÃO

O vidro é um material bastante utilizado na construção, pois ao mesmo tempo que impede a permeabilidade física, e que protege da chuva, e do vento, permite a entrada de luz, logo, a permeabilidade visual.

SOLUÇÃO

O projeto deve atentar-se à utilização do vidro na moradia, evitando seu uso sempre que possível, porém sem perder as qualidades arquitetônicas. A utilização de vidros que têm grande facilidade para quebrar deve ser evitada ao máximo na moradia. Optar pelos vidros temperados, que são mais difíceis de quebrar, e quando quebram, estilhaçam em pequenos pedaços e minimizam a chance de ferimentos.

SEGURANÇA





55 Luz de emergência

SITUAÇÃO

Falta de energia em espaços com muitas crianças podem ser um perigo.

SOLUÇÃO

Aloque luzes de emergência nos principais ambientes de permanência e fluxo do abrigo (moradia e administração).

SEGURANÇA, INSTALAÇÃO



56 Materiais

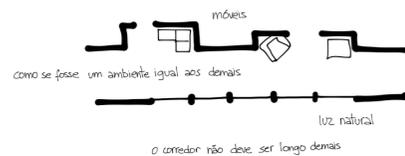
SITUAÇÃO

A frequência necessária para manutenção de móveis e esquadrias no abrigo é bastante alta. Muitos materiais quebram ou não resistem ao uso intenso.

SOLUÇÃO

Utilize materiais de fácil manutenção. Dê preferência para materiais de boa qualidade para aumentar a durabilidade. Quando utilizar madeira, opte por madeira resistente ao invés de compensado (mdf).

USABILIDADE



57 Corredores curtos (padrão de Alexander #132)

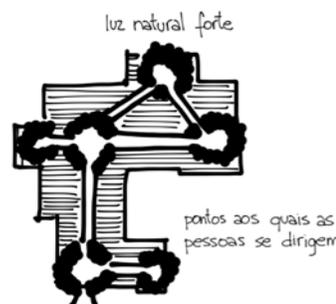
SITUAÇÃO

"...corredores longos e estéreis compõem o cenário de tudo o que a arquitetura moderna tem de ruim."

SOLUÇÃO

Não faça corredores longos. Assemelhe-os o máximo possível com os demais ambientes de permanência prolongada, usando móveis, janelas bonitas. Crie corredores de proporções generosas e sempre ilumine-os bem; os melhores corredores de todos são aqueles que têm janelas ao longo de toda uma parede.

USABILIDADE



58 Mosaico de luz e sombra (padrão de Alexander #135)

SITUAÇÃO

Em uma edificação com níveis de iluminação uniformes, há poucos "lugares" que funcionam como ambientes efetivos para os eventos humanos. Isso ocorre porque, em grande parte, os lugares que configuram ambientes efetivos são determinados pelo nível de iluminação.

SOLUÇÃO

Altere as áreas iluminadas e sombreadas por toda a edificação, de maneira que as pessoas caminhem naturalmente em direção à luz sempre que estiverem se deslocando para um lugar importante: um banco, uma entrada, um lugar especialmente bonito. As demais áreas devem ser mais escuras, para aumentar o contraste.

USABILIDADE



59 Configuração da cozinha (padrão de Alexander #184)

SITUAÇÃO

Cozinhar se torna uma tarefa desconfortável se a bancada da cozinha for curta demais ou longa demais.

SOLUÇÃO

Para alcançar o equilíbrio entre uma cozinha pequena demais e uma cozinha dispersa demais, posicione o fogão, a pia, os armários e as bancadas de trabalho de maneira que:
 1. Nenhum desses elementos fique a mais de 3m um do outro;
 2. O comprimento total da bancada - excluindo-se a pia, o fogão e a geladeira - seja de pelo menos 3,7m;
 3. Nenhuma seção da bancada tenha menos de 1,2m de comprimento.
 Não é necessário que a bancada seja contínua ou totalmente contra as paredes - ela pode ser composta de áreas de trabalho soltas no centro da cozinha. Apenas as três relações funcionais descritas anteriormente são cruciais.



60 Cozinha em dois ambientes

SITUAÇÃO

A cozinha é um ambiente que tem algumas restrições de acesso no abrigo, principalmente para crianças pequenas, devido à segurança. Por outro lado, é um ambiente importante para desenvolver a autonomia.

SOLUÇÃO

Fazer dois ambientes na cozinha para criar uma espécie de barreira para a área onde os auxiliares estarão trabalhando com os equipamentos mais restritos. Manter uma bancada com pia na área de acesso mais livre, para que as crianças e adolescentes possam lavar sua louça. E buscar dispor as bancadas de trabalho de maneira que os auxiliares consigam ver quem entra na cozinha.



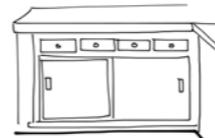
61 Prateleiras abertas (padrão de Alexander #200)

SITUAÇÃO

Armários profundos demais desperdiçam espaços valiosos e o objeto desejado parece sempre estar atrás de outras coisas.

SOLUÇÃO

Cubra as paredes com prateleiras de profundidade variável, mas sempre rasas o suficiente para que não sejam colocados itens uns na frente de outros - nenhuma coisa deve ficar na frente da outra.



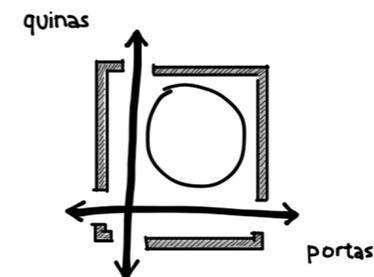
62 Porta perto das quinas (padrão de Alexander #196)

SITUAÇÃO

O sucesso de um ambiente depende, em grande parte, do posicionamento das portas. Se as portas gerarem um padrão de circulação que destrua a formação de lugares dentro do recinto, esse nunca possibilitará que as pessoas se sintam confortáveis.

SOLUÇÃO

Exceto em ambientes muito grandes, uma porta raramente faz sentido se estiver no meio de uma parede. Este posicionamento da porta é interessante em um hall, pois neste tipo de ambiente a porta em geral é o elemento mais importante para a definição do caráter do espaço. Porém, na maioria dos recintos, especialmente nos pequenos, devemos colocar as portas o mais perto possível das quinas. Se o ambiente tiver duas portas que definem uma rota de circulação, mantenha ambas as portas em uma das extremidades do ambiente.



REFERÊNCIAS



3.1

Referências Projetuais

"O projeto ideal não existe, a cada projeto existe a oportunidade de realizar uma aproximação."

Paulo Mendes da Rocha

CASA DE ACOLHIMENTO
PARA MENORES
Cebra (DINAMARCA, 2014)



ROOF HOUSE
Tezuka Architects (JAPÃO, 2009)



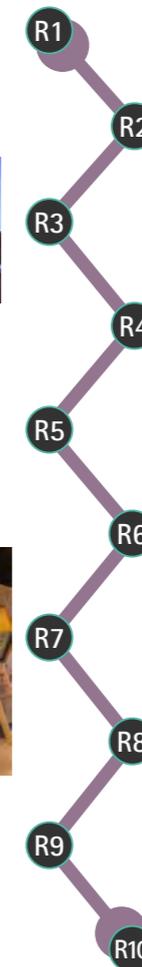
MINKA
THTH Architects (JAPÃO, 2013)



SELEXYZ DOMINICANEN
BOOKSTORE
(HOLANDA)



CASA FLORA
Carmel Gradoli Et
Arturo Sanz Architects
(ESPANHA, 2014)



CASA ESCU
Bijl Architecture
(AUSTRALIA, 2016)



THE RAMPART WAVE
Base Landscape Architecture
(FRANÇA, 2014)



MARITIME YOUTH HOUSE
PLOT = BIG + IDS
(DINAMARCA, 2009)

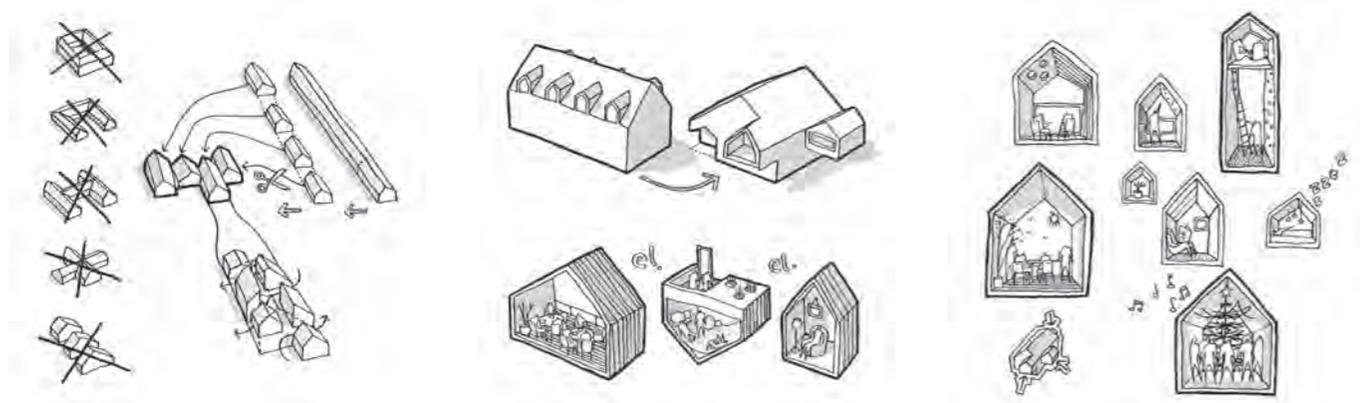


PARC CORREDERA
Martirià Figueras (ESPANHA, 2010)



CASA NO BOSQUE
Studio Nauta (HOLANDA, 2016)

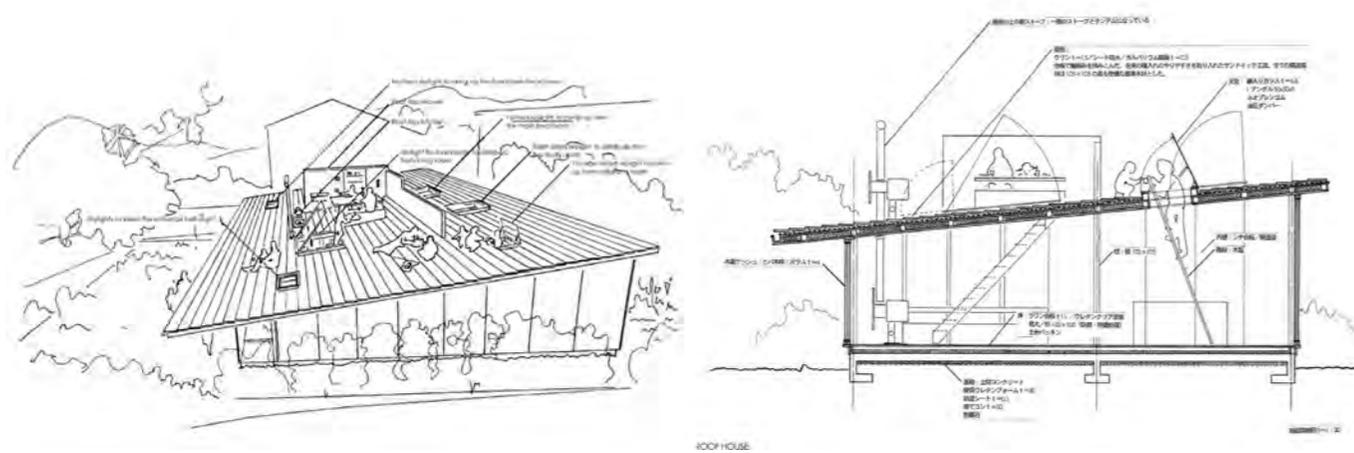
CASA DE ACOLHIMENTO PARA MENORES | Cebra (DINAMARCA, 2014)



CASA ESCU | Bijl Architecture (AUSTRALIA, 2016)

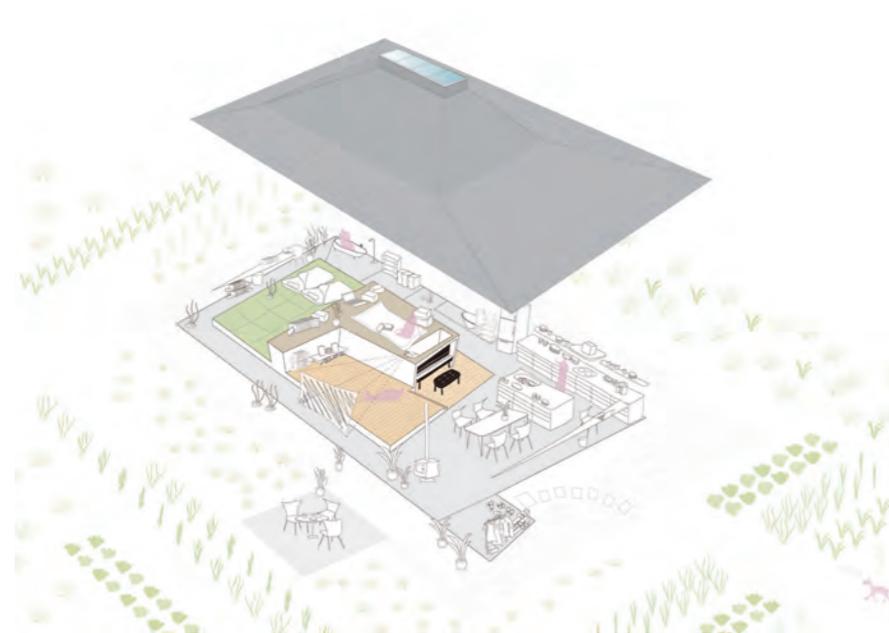


ROOF HOUSE | Tezuka Architects (JAPÃO, 2009)



THE RAMPART WAVE | Base Landscape Architecture (FRANÇA, 2014)





3.2 Referências Bibliográficas

"Tudo o que é absorvido e registrado por nossa mente soma-se à coleção de ideias armazenadas na memória. Uma espécie de biblioteca que podemos consultar toda vez que surge um problema. Assim, essencialmente, quanto mais tivermos visto, experimentado e absorvido, mais pontos de referência teremos para nos ajudar a decidir que direção tomar: nosso quadro de referência se expande."

Herman Hertzberger

ALEXANDER, Christopher, et al. *Uma linguagem de padrões: A Pattern Language*. Porto Alegre: Bookman, 2013 [1977].

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores), 1978 [1957].

BRASIL *Lei orgânica da assistência social (LOAS). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Brasília: Câmara dos deputados, 3ª edição, 2016 [1993].

BRASIL *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata*, Brasília: Câmara dos deputados, 13ª edição, 2015 [1990].

BRASIL *Censo SUAS - Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social*, Brasília: MDS, 2014.

BRASIL *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país*, Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

BRASIL *Plano Nacional pela Primeira Infância*, Brasília: Rede Nacional Primeira Infância, 2010.

BRASIL *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília: CONANDA/CNAS, 2009.

BRASIL *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: CNAS, 2009.

BRASIL *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)*, Brasília: CONANDA/CNAS, 2006.

BRASIL *Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006: Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*, Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS). Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília: CNAS, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília: CNAS, 2004.

BRASIL. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil, Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

CAMPINAS. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Lei nº 6.031, de 29 de dezembro de 1988. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2011 [1988].

CMDCA. Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PMCF), Campinas: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2011.

FEBEM: o começo do fim. Direção: Rita Moreira. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fvzEOMvgzRY>>. 1990.

FOGAÇA, Gilmara. Coordenação da Casa de Passagem - Casa Betel. Entrevista a Taís Herig realizada em 12/04/2016.

GEREMIAS, Maria Jose. Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da SMCAIS. Entrevista a Taís Herig realizada em 14/04/2016.

GIFFORD, Robert. **Environmental psychology: principles and practice**. 2nd edition. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (coordenação da publicação). **Abrigos em movimento: o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo**. São Paulo: Instituto Fazendo História: NECA – associação dos Pesquisadores de núcleos de estudos e Pesquisas sobre a criança e o adolescente, 2010.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (organização). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA – associação dos Pesquisadores de núcleos de estudos e Pesquisas sobre a criança e o adolescente, 2010.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. Martins Fontes, 1999.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. et al. **Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico**. Porto Alegre: Ambiente Construído, v.6, n.2, p.07-19, abr/jun, 2006.

MARANDOLA JR., Eduardo. **Mobilidade e Vulnerabilidade nos Espaços de Vida de Campinas**. In XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú: 2006.

MARCOS, Cristina M. **A reinvenção do cotidiano e a clínica possível nos 'Serviços Residenciais Terapêuticos'** São Paulo: Psyche (São Paulo) v.8 n.15. 2004.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie. 2002.

OLIVEIRA, Rita C. S. **Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo**. São Paulo : AASPTJ – SP, 2007.

ONU. **Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças**. 2009.

PEÑA, William M.; PARSHALL, Steven A.. **Problem Seeking: An architectural programming primer**. 4th edition. New York: John Wiley & Sons, 2001.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANOFF, Henry. **Community Participation Methods in Design and Planning**. New York: John Wiley & Sons, 2000.

SMCAIS (Isadora González Marchesini). **Relatório de informações sociais do município de Campinas**. . Campinas: Vigilância Socioassistencial, 2015.

SMCAIS. **Perfil das pessoas e famílias no Cadastro Único em Campinas**. Campinas: Vigilância Socioassistencial, 2015.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980 [1974].

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

VALENTE, Jane; SENRA, Carmen M. G. **A educação popular no reordenamento institucional da Proteção Social Básica de Campinas**. Campinas: Instituto Paulo Freire, Fundação FEAC e Prefeitura de Campinas, 2015.

VALENTE, Jane. SMCAIS. **Entrevista a Taís Herig realizada em 30/03/2016**.

WEBSITES

Aldeias históricas de Portugal: www.aldeiashistoricasdeportugal.com (Foto pg. 17)

Blog Arquiental: grupoarquiental.blogspot.com.br (Foto (7) pg. 46)

Blugraphic: <http://blugraphic.com>

Território do brincar: <http://territoriodobrincar.com.br>

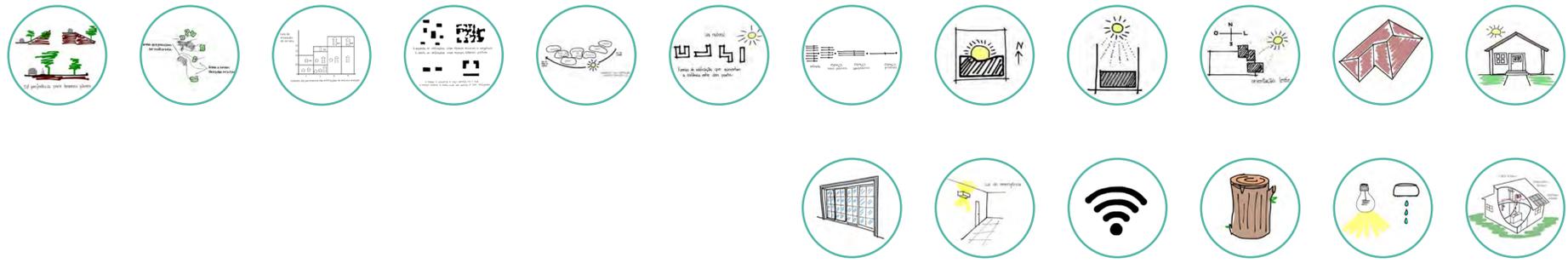
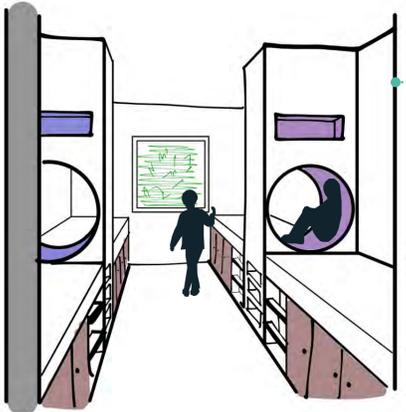
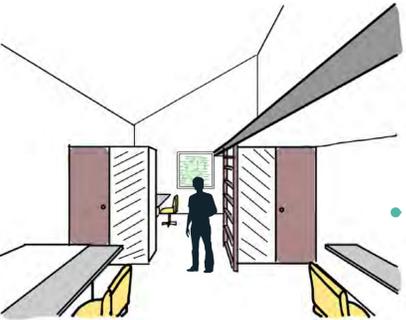
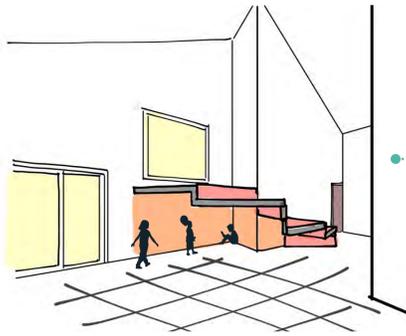
The Noun Project: <http://thenounproject.com> (Ícones pg. 34: Created by lastspark from)



Taís Herig

ORIENTAÇÃO
Evandro Ziggatti Monteiro

TÍTULO
Planta e corte longitudinal com
indicação dos padrões aplicados.
ESCALA
1:200



EMPREGO DA LINGUAGEM DE PADRÕES

Implantação e Partido

Detalhamento

